

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável

Camila Kelly Carneiro

**UM REGISTRO SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES E
TENACIDADES NA PAISAGEM URBANA:
O CASO DA RUA POUSO ALEGRE – BELO HORIZONTE**

Belo Horizonte
2017

Camila Kelly Carneiro

**UM REGISTRO SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES E TENACIDADES
NA PAISAGEM URBANA:
O CASO DA RUA POUSO ALEGRE – BELO HORIZONTE**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de concentração: Bens Culturais, Tecnologia e Território.

Linhas de pesquisa: Gestão do Patrimônio no Ambiente Construído.

Orientador: Prof. Dr. Marco Antônio Rezende Penido.

Belo Horizonte
2017

FICHA CATALOGRÁFICA

C289r

Carneiro, Camila Kelly.

Um registro sobre as transformações e tenacidades na Paisagem Urbana [manuscrito]: o caso da Rua Pouso Alegre – Belo Horizonte / Camila Kelly Carneiro. – 2019.

141 f. : il.

Orientador: Marco Antônio Rezende Penido.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Patrimônio cultural – Teses. 2. Patrimônio histórico - Teses. 3. Ruas (Belo Horizonte, MG) - Teses. 4. Espaço urbano- Teses. I. Penido, Marco Antônio Rezende. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 350.85

Camila Kelly Carneiro

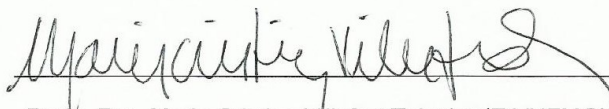
"UM REGISTRO SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES E TENACIDADES NA PAISAGEM URBANA: O CASO DA RUA POUSO ALEGRE - BELO HORIZONTE"

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais

Comissão Examinadora:



Prof. Dr. Alfio Contil (EA/UFMG)



Prof. Dra. Maria Cristina Villefort Teixeira (EA/UFMG)



Prof. Dr. Marco Antônio Penido de Rezende (EA/UFMG)

Belo Horizonte, 27 de novembro de 2017.

Aos meus pais, José Américo e Magda, pela presença incondicional; ao Samuel pelo carinho; ao meu filho Davi por cada sorriso e às minhas irmãs Danusa e Bárbara, eternas amigas.

AGRADECIMENTOS

A Deus, fonte de equilíbrio e sabedoria.

Aos meus pais e às minhas irmãs, pela presença constante em todos os momentos desta jornada.

Ao meu filho Davi, por ser a luz do meu caminho.

Ao Samuel, amore... pela paciência, amor e apoio incondicional. Muito obrigada!

A você, Marco Antônio, meu orientador, eterna admiração por sua competência, pelo incentivo e o carinho de sempre.

Aos funcionários do Museu Histórico Abílio Barreto, da Diretoria do Patrimônio Cultural e do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, pela disponibilidade constante e valiosa contribuição na trilha da pesquisa documental.

Às professoras Maria Cristina e Beatriz, pela acolhida, críticas e sugestões no exame de qualificação.

Aos meus queridos amigos do Mestrado, pela agradável convivência, cumplicidade e amizade sincera.

Aos moradores da rua Pouso Alegre e do bairro Floresta que me acolheram com tanto carinho.

“[...] qualquer lugar real pode ser recordado: em parte, porque é algo único e em parte, porque afeta nosso corpo e é capaz de provocar associações suficientes para ser incorporado no nosso universo pessoal”.

(Bloomer e Moore 1983, p. 119)

RESUMO

O presente trabalho examina as transformações e usos urbanos na rua Pouso Alegre no bairro Floresta, atinentes às interfaces existentes entre a Lei de Uso e Ocupação do Solo, as políticas do patrimônio histórico cultural, e às formas como as mesmas são apropriadas pela população que convive cotidianamente com esses espaços transformados em patrimônio da cidade. Percebe-se que, ao longo de algumas décadas, a rua Pouso Alegre no trecho que compreende o túnel da Lagoinha à rua Flávio dos Santos, sobretudo na vertente que a comunica com o centro da cidade, teve grande importância social e urbana, polarizando e respondendo ao processo de urbanização que a cidade de Belo Horizonte como um todo enfrentava.

Por certo, estas transformações consistem sempre em processos, de curta ou longa duração, os quais partem de estados iniciais, originais, para outras situações que, mesmo planejadas e circunscritas, podem acarretar consequências de difícil mensuração. Por esta via de análise, as transformações provocadas pela ação do homem, as quais objetivam adequar o crescimento da cidade às necessidades da população, podem ser consideradas enquanto estados intermediários, espécies de hiatos onde se é possível localizar, visualmente, circunstâncias diferenciadas entre os usos urbanos.

Por outro lado, têm-se as tenacidades, ou seja, as edificações que persistem mantendo suas características originais, embora apresentem marcas da inevitável ação do tempo, muito mais sutis.

Neste sentido, visando uma melhor compreensão da dinâmica do crescimento, foram realizadas análises da paisagem da rua Pouso Alegre através dos processos de rupturas, continuidades e sobreposições implicadas no processo de transformação.

Palavras-chave: Rua Pouso Alegre; Patrimônio Cultural; Transformações; Tenacidades.

ABSTRACT

The present work examines the transformations and urban uses in Pouso Alegre street in the neighborhood Floresta, related to the existing interfaces between the Land Use and Land Use Law, the historical cultural heritage policies, and the ways in which they are appropriated by the population that lives with these spaces transformed into patrimony of the city. It can be noticed that, over a few decades, Pouso Alegre Street in the stretch that includes the Lagoinha tunnel to Flávio dos Santos Street, especially in the area that communicates with the city center, had great social and urban importance, polarizing and responding to the process of urbanization that the city of Belo Horizonte as a whole faced.

Of course, these transformations always consist of processes of short or long duration, starting from initial, original states, to other situations that, even planned and circumscribed, can have consequences of difficult measurement. In this way of analysis, the transformations provoked by the action of man, which aim to adapt the growth of the city to the needs of the population, can be considered as intermediate states, species of hiatus where it is possible to locate, visually, different circumstances between the uses urban

On the other hand, there are the tenacities, that is, the buildings that persist while maintaining their original characteristics, although they have marks of the inevitable action of time, much subtler.

In this sense, aiming at a better understanding of the dynamics of growth, analyzes of the Pouso Alegre street landscape were performed through the processes of ruptures, continuities and overlaps involved in the transformation process.

Keywords: Pouso Alegre Street; Cultural heritage; Transformations; Tenacities.

LISTRA DE FIGURAS

Figura 1: Planta Geral da Nova Capital (CCNC) com demarcação da rua Pouso Alegre.....	20
Figura 2: Limites do bairro Floresta	22
Figura 3: Vista geral do bairro Floresta em 1920	24
Figura 4: Detalhe da Planta Geral da Nova Capital com destaque para a rua Pouso Alegre ...	26
Figura 5: Localização do recorte territorial	28
Figura 6: Paisagem da rua Pouso Alegre.....	29
Figura 7: Unidade de vizinhança na rua Pouso Alegre	29
Figura 8: Típicas residências do início da ocupação da rua Pouso Alegre.....	30
Figura 9: Detalhe de residências com afastamento frontal.....	31
Figura 10: Mapa das linhas de bonde de Belo Horizonte em 1950.....	32
Figura 11: Vistas dos viadutos de Santa Tereza e Floresta	33
Figura 12: Centro comercial no encontro das ruas Pouso Alegre e Curvelo.....	34
Figura 13: Bloco carnavalesco Corsário do Samba em carro alegórico.....	35
Figura 14: Fachada principal do Cine Floresta.....	36
Figura 15: Jornal A Floresta n.º 1	37
Figura 16: Alunas do Colégio Santa Maria	38
Figura 17: Folheto de divulgação do Colégio Santa Maria.....	39
Figura 18: Capela Nossa Senhora do Líbano e Colégio Santa Maria	40
Figura 19: Início do processo de verticalização da rua Pouso Alegre.....	42
Figura 20: Sobrado em estilo eclético	43
Figura 21: Sobrado em estilo <i>art déco</i>	44
Figura 22: Primeiro arranha-céu – Edifício Galeria Pio VI.....	46
Figura 23: Lei de Uso e Ocupação do Solo n.º 2.662 de 1976.....	48
Figura 24: Edifício residencial multifamiliar construído no ano de 1982.....	50
Figura 25: Conjuntos habitacionais próximos ao túnel da Lagoinha	50
Figura 26: Lei de Uso e Ocupação do Solo n.º 4.034 de 1985	51
Figura 27: <i>Shopping</i> Floresta.....	52
Figura 28: Lei de Uso e Ocupação do Solo n.º 7.166 de 1996.....	53
Figura 29: Lei de Uso e Ocupação do Solo n.º 9.959 de 2010.....	56
Figura 30: Edifício Portal da Floresta.....	58
Figura 31: Protesto contra o processo de tombamento provisório	69
Figura 32: Resultado do processo de proteção no Conjunto Bairro Floresta	70

Figura 33: Grau de proteção e altimetria	72
Figura 34: Diversidade de estilos arquitetônicos.....	73
Figura 35: Rua Pouso Alegre, 252 – uso original: residencial, uso atual: serviços	78
Figura 36: Rua Pouso Alegre, 404 – restauração do bem tombado	79
Figura 37: Rua Pouso Alegre, 303 – futuro Templo da Igreja Batista das Alterosas.....	80
Figura 38: Rua Pouso Alegre, 1.247 – descaracterização do bem tombado	82
Figura 39: Rua Pouso Alegre, 1.222 – descaracterização do bem tombado	83
Figura 40: Rua Pouso Alegre, 1.273 – descaracterização do bem tombado	83
Figura 41: Rua Pouso Alegre, 396 – descaracterização do bem tombado	84
Figura 42: Rua Pouso Alegre, 357 – descaracterização do bem tombado	84
Figura 43: Rua Pouso Alegre, 645 – exemplar típico de residência em estilo chalé	88
Figura 44: Rua Pouso Alegre, 224 – substituição de uso	89
Figura 45: Rua Pouso Alegre, 295 – chalé incorporando um novo uso	90
Figura 46: Rua Pouso Alegre, 570 – uso original: residencial, uso atual: serviços	91
Figura 47: Paisagem urbana, uso atual – área I	92
Figura 48: Rua Pouso Alegre, 407 (Instituto dos Olhos) e 417 (CEFLAG), respectivamente	93
Figura 49: Rua Pouso Alegre, 510 – processo de demolição	93
Figura 50: Rua Pouso Alegre, 80 – processo de ruptura	94
Figura 51: Rua Pouso Alegre, 810 – uso original: residencial, uso atual: serviços	96
Figura 52: Expulsão do comércio local – ampliação da confeitaria MOMO	96
Figura 53: Paisagem urbana, uso atual – área II.....	97
Figura 54: Rua Pouso Alegre, 884 – uso atual: serviços de âmbito regional	98
Figura 55: Paisagem urbana, uso atual – área III	99
Figura 56: Rua Pouso Alegre, 1422 – exemplar típico de comércio remanescente (brechós)	100
Figura 57: Vazio urbano – Cine Floresta x Posto de Combustível	101

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Zoneamento e parâmetros urbanísticos de acordo com a lei n.º 2.662/76.....	49
Tabela 2: Parâmetros urbanísticos de acordo com a lei n.º 7.166 de 1996	55
Tabela 3: Parâmetros urbanísticos da lei n.º 9.959 (2010)	57
Tabela 4: Edificações com tombamento provisório no ano de 1996.....	67

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APCBH	Arquivo Público da cidade de Belo Horizonte
CA	Coeficiente de Aproveitamento
CCNC	Comissão Construtora da Nova Capital
CDPCM/BH	Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte
DIPC	Diretoria do Patrimônio Cultural
ICOM	Conselho Internacional de Museus
ICOMOS	<i>International Concil on Monuments and Sites</i>
ICROM	Centro Internacional para o estudo da Preservação e Restauração da Propriedade Cultural
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LPOUS	Parcelamento, Ocupação e Uso do solo
LUOS	Lei de Uso e Ocupação do Solo
MA	Modelo de Assentamento
MISBH	Museu da Imagem e do Som
PBH	Prefeitura Municipal de Belo Horizonte
SMC	Sociedade Mineira de Cultura
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
TO	Taxa de Ocupação
UNESCO	<i>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization</i>

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	URBANIZAÇÃO: A NOVA CAPITAL, O BAIRRO FLORESTA E A RUA POUSO ALEGRE	18
2.1	Do engenho à nova capital: Belo Horizonte.....	18
2.2	O bairro Floresta.....	21
2.3	A rua Pouso Alegre e sua heterogeneidade de ocupação e usos	26
3	MODERNIDADE: DO FASCÍNIO À FRAGMENTAÇÃO.....	41
3.1	A metropolização: verticalização	41
3.2	A paisagem através das lentes das leis de uso e ocupação do solo	47
3.3	Formação do conceito do patrimônio histórico cultural.....	58
3.4	A importância da preservação do patrimônio cultural	63
3.5	A proteção do Conjunto Urbano Bairro Floresta	65
4	A PAISAGEM DA RUA POUSO ALEGRE	75
4.1	Tenacidades: edificações que persistem ao tempo e sua importância.....	75
4.2	A percepção da paisagem e o processo de transformação	84
4.3	O passado e o presente na voz dos moradores e usuários	101
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	107
	REFERÊNCIAS	109
	ANEXOS.....	114

1 INTRODUÇÃO

A Belo Horizonte projetada pela Comissão Construtora da Nova Capital em fins do século XIX não se restringiu à área interna do anel da avenida 17 de Dezembro (atual avenida do Contorno). As áreas suburbanas e as colônias agrícolas, ambas localizadas fora do anel da avenida do Contorno, formam hoje os denominados bairros pericentrais. A ocupação desses bairros se deu com a formação dos núcleos urbanos delimitados pela zona urbana e central da cidade propostos por Aarão Reis para a nova capital. Em função do período de ocupação e da proximidade da zona urbana, os bairros pericentrais preservaram características peculiares à fundação da Nova Capital através da arquitetura de suas edificações e na vida de bairro (Teixeira, 1996).

Nas primeiras décadas do século XX, as alterações da paisagem urbana de Belo Horizonte foram influenciadas pela dinâmica da atualização. A cidade expandida implicou, como ainda implica, em recorrentes surtos de modernização, que tornaram obsoletos, com enorme rapidez, os avanços anteriores.

Apesar de todas as transformações ocorridas há mais de um século, ainda é possível encontrar nos bairros pericentrais edificações residenciais, comerciais, áreas de lazer provenientes da primeira fase de ocupação, as quais sustentam a relação de vizinhança típica dos bairros antigos.

A dissertação de mestrado aqui apresentada procura abordar, através de investigações teórico-metodológicas, pesquisas empíricas e imagens, as transformações urbanas e os consequentes efeitos visíveis da passagem do tempo a partir de um estudo de caso, o da rua Pouso Alegre, no bairro Floresta, em Belo Horizonte.

O recorte territorial da pesquisa compreende a rua Pouso Alegre no trecho entre o túnel da Lagoinha e a avenida Flávio dos Santos. A opção por estudar este trecho adveio da necessidade de reconhecer o processo de produção da paisagem através da formação urbana, de sua arquitetura e da riquíssima diversidade sociocultural presente no contexto. No entanto, a pesquisa não abarca a extensão completa da rua, pois sua parte a posteriori à avenida Flávio dos Santos no sentido do bairro Santa Tereza apresenta uma dinâmica urbana peculiar e distinta à área de pesquisa.

As investigações, sejam aquelas teórico-metodológicas e/ou pesquisadas em acervos no transcurso do trabalho, demonstraram que a rua Pouso Alegre, sobretudo através da compreensão de uma sociedade moderna transformadora da ordem social, considera a cidade

enquanto cenário de um discurso temporal. Este, por sua vez, trata de construções teóricas sobre o tempo, aspecto e a percepção da paisagem como instrumentos e hipóteses em exploração no exercício de análise textual.

Na busca por conceitos para melhor esclarecimento das alterações na configuração da paisagem original, a fotografia também se estabelece como um instrumento que concede visibilidade às transformações urbanas de ordens distintas, pois permite pontuar, localizar as marcas da passagem do tempo e os seus efeitos visíveis, tendo sido estes motivados ou não, pela ação do homem.

Com a implementação dos decretos-lei e, em seguida das leis de uso e ocupação do solo, alterações significativas foram presenciadas na paisagem da rua Pouso Alegre. Posteriormente, revisões destas leis objetivaram adequações às características de infraestrutura apresentadas por determinada área. Apesar disso, a rua mantém, em parte, a configuração da paisagem original.

Com o intuito de delinear o processo evolutivo e suas transformações, o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte deliberou em outubro de 1996 a proteção do Conjunto Urbano Bairro Floresta, definindo o perímetro desta proteção e as edificações que receberiam o tombamento específico. As investigações teórico-metodológicas tiveram como base a preservação não apenas do objeto arquitetônico isolado, mas de conjuntos e centros urbanos, teoria que teve início no mundo todo a partir de grandes reformas urbanas no século XIX. O conceito Patrimônio Urbano teve sua origem em 1931 através da obra *Vecchie Città ed Edilizia Nuova*, na qual o arquiteto e urbanista Gustavo Giovannoni, reconheceu o valor estético e histórico das partes antigas das cidades e a relação de complementaridade com as partes mais novas.

Com base nas cartas patrimoniais, principalmente no conceito abordado na Carta de Amsterdã de 1975, surge uma nova leitura conceitual que retratou a relação da diversidade arquitetônica existente e suas marcas provenientes do processo histórico deixadas no espaço urbano. Com isso, o espaço urbano torna-se um referencial simbólico, à medida que as edificações existentes contribuem para ambiência e coesão dos valores não somente às pessoas notáveis, mas a toda e qualquer manifestação cultural. De acordo com Santianna:

Esse novo conceito de cidade-documento justificou, assim, ao longo de toda a década de 80, a proteção de áreas urbanas sem grande interesse artístico ou estético, portadoras de conjuntos arquitetônicos heterogêneos e já bastante fracionados, mas que tinham muito a dizer sobre a história urbana do país. Os critérios de intervenção praticados anteriormente sofrem duras críticas nesse período, em favor de uma

abordagem mais histórica e menos estética do patrimônio urbano (SANTIANNA, 2004, p. 80).

Desde 1994, as políticas de proteção do patrimônio de Belo Horizonte têm como referência a concepção de bem cultural da Carta de Amsterdã, aplicando assim o conceito conferido à Carta de conjunto urbano e sua ambiência. Os conjuntos urbanos são formados através de agrupamentos de edificações e seus entornos, cujos graus dos valores históricos, arquitetônicos, estéticos e socioculturais concebem uma expressividade à cidade. A percepção estática ou dinâmica do conjunto se vincula à sua ambiência, seja natural ou construída.

Vale ressaltar que, em 2006, em atendimento às expectativas de adensamento impostas pelo poder público para a região do bairro Floresta, o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte aprovou uma revisão do grau de proteção de determinados imóveis, das diretrizes especiais de projeto e das diretrizes altimétricas.

Nos capítulos que se seguem, são apresentadas abordagens textuais e fotográficas acerca de todo o trecho da área de pesquisa da rua Pouso Alegre sob a ótica das transformações de sua paisagem.

Em um primeiro momento, a percepção visual, juntamente à expressividade histórica, foi decisiva para o desenvolvimento do trabalho e para a compreensão da relação entre as transformações e tenacidades na paisagem da rua Pouso Alegre.

Em busca de excelência na objetividade, o trabalho foi dividido em três capítulos. No primeiro buscou-se investigar, a partir de pesquisa bibliográfica, o desenvolvimento histórico, morfológico e cultural do bairro Floresta, e qual a natureza da relação existente entre transformação e tenacidade na paisagem da rua Pouso Alegre. Isso sob a ótica de uma sociedade moderna, transformadora da ordem social. O acervo fotográfico e de projetos arquitetônicos disponíveis no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, no Museu da Imagem e do Som de Belo Horizonte, e na Diretoria de Patrimônio Cultural foram fundamentais para análise das edificações e do perfil de ocupação e usos urbanos durante as primeiras décadas de sua existência. As imagens permitem materializar parte de dados textuais, proporcionando assim comparações visuais do mesmo objeto e/ou espaços em diferentes momentos.

A metropolização e a valorização do patrimônio da distinta rua Pouso Alegre são objetos de estudo do segundo capítulo. A paisagem foi avaliada sob o enfoque do processo de verticalização e implantação das Leis de Uso e Ocupação do Solo, as quais permitiram um maior adensamento. Em contrapartida, houve a preservação do patrimônio arquitetônico,

histórico e cultural dos bens circunscritos no perímetro da rua Pouso Alegre, através da proteção do Conjunto Urbano bairro Floresta pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte.

Por fim, para realizar a leitura da paisagem da rua Pouso Alegre atual, o terceiro capítulo aborda as transformações urbanas pontuais, resultantes dos processos de rupturas, continuidades e sobreposições das edificações que ocorrem nesse espaço, utilizando exemplos de edificações extintas, outras que permanecem com características da época de construção e finalmente as que foram modificadas ao longo do tempo. Parte dos dados obtidos e inseridos na base textual desse capítulo foram obtidos através de pesquisas de campo.

No decorrer dos três capítulos, pretende-se que, paulatinamente, a investigação teórico-metodológica apresentada, juntamente com os estudos fotográficos e a interpretação de projetos arquitetônicos, possam transcender as características da rua no processo histórico, as sutilezas dos efeitos visíveis da passagem do tempo, e as transformações urbanas de ordem singular ali ocorridas.

2 URBANIZAÇÃO: A NOVA CAPITAL, O BAIRRO FLORESTA E A RUA POUSO ALEGRE

Neste capítulo buscou-se investigar, através da exploração do desenvolvimento histórico da cidade de Belo Horizonte e a forma de ocupação do bairro Floresta, a profundidade da dinâmica urbana ocorrida na paisagem da rua Pouso Alegre e suas influências no cotidiano urbano deste local, bem como a interdependência entre o meio e aqueles que nele vivem.

Tal como uma obra arquitetônica, a cidade é uma construção no espaço, mas uma construção em larga escala, algo apenas perceptível no decurso de longos períodos de tempo (LYNCH, 1990, p. 11).

2.1 Do engenho à nova capital: Belo Horizonte

Durante a expansão paulista, que cresceu com a descoberta do ouro, o bandeirante João Leite da Silva Ortiz ocupou, em 1701, terras em que se estabeleceu a fazenda do Cercado, base do arraial do Curral Del-Rey. Até então, a capital de Minas Gerais, Ouro Preto, apresentava dificuldades de expansão urbana devido à sua localização. Isso gerou a necessidade da transferência da capital. O governador Augusto de Lima determinou ao Congresso Mineiro que a mudança da capital deveria acontecer para um local que reunisse melhores condições de localização e infraestrutura. Foram sugeridas então cinco localidades: Arraial do Curral Del Rey, Juiz de Fora, Barbacena, Paraúna e Várzea do Marçal.

O presidente do estado mandará, com urgência, por uma ou mais comissões de sua livre nomeação, proceder a estudos nos seguintes lugares para dentre eles ser escolhido um para o qual seja mudada a capital do estado: Arraial do Curral Del Rey (Belo Horizonte), Paraúna, Barbacena, Várzea do Marçal e Juiz de Fora (MINAS GERAIS. Lei n.1, de 28 de outubro de 1891. In: Imprensa Oficial, 1927, p. 43).

O Congresso Mineiro se pronunciou e decidiu que a capital fosse construída nas terras do arraial do Curral Del Rey. O território, após ser desmembrado de Sabará, recebeu inicialmente a denominação de Cidade de Minas (1893).

A capital do estado foi oficialmente transferida em 12 de dezembro de 1897. No ano de 1901, a Cidade de Minas, cuja origem foi nos primeiros anos do regime republicano, teve

seu nome modificado para Belo Horizonte em virtude da dualidade de nomes, já que o distrito e a comarca se chamavam Belo Horizonte.

O local escolhido para a nova capital oferecia condições ideais e estava no centro da unidade federativa, a 100 quilômetros de Ouro Preto. Rico em cursos d'água e localizado a uma altitude de 800 metros, apresentava excelentes condições climatológicas: protegido dos ventos frios e úmidos do sul e dos ventos quentes do norte, porém bem arejado devido às correntes amenas do oriente que vinham da serra da Piedade. Em suma, local ideal para implantação de uma nova capital.

Ótimas condições de salubridade, abastecimento abundante de água potável, facilidades oferecidas pelo local para edificação e construção em geral, como pedreiras, jazidas e matas, e ainda uma análise da topografia em relação a livre circulação e a ligação do plano geral da viação estadual e federal, de modo a facilitar a ação política e administrativa dos poderes públicos e a movimentação comercial e industrial do estado (MINAS GERAIS. Comissão de Estudo das Localidades indicadas para a nova Capital. Imprensa Nacional, 1893, p. 76).

O plano urbanístico de Belo Horizonte foi elaborado pela Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC), chefiada pelo engenheiro politécnico Aarão Reis, entre 1894 e 1897. O projeto apresentado baseou-se no contexto do urbanismo moderno, exibindo um traçado racional e positivista em conformidade com o pensamento vigente na época. A planta rompia profundamente com a herança colonial, ainda viva na sociedade brasileira e execrada pelos republicanos, que se identificavam com os ideais secessionistas da Inconfidência.

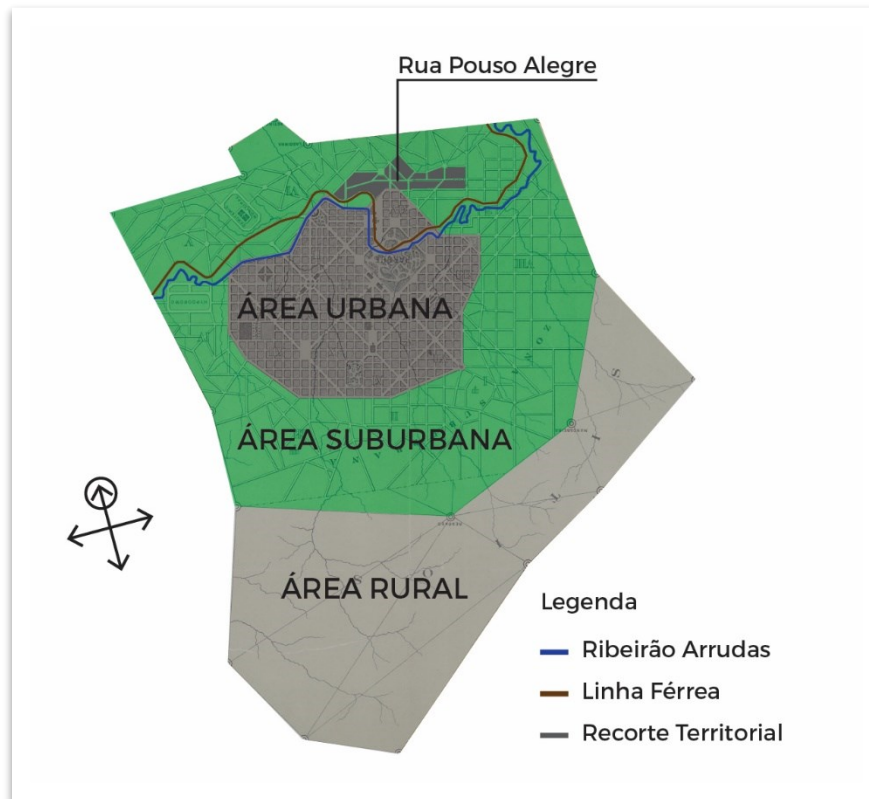
O projeto previa a existência de três zonas: a urbana, a suburbana e a rural/sítios, a serem ocupadas por grupos sociais distintos. Importante ressaltar que o projeto urbanístico definido e desenhado para a nova capital previa a implantação da Rua Pouso Alegre na zona suburbana (Figura 1).

O traçado urbanístico teve como finalidade abrigar todo o centro administrativo na zona urbana, compreendida em uma malha perpendicular entre ruas e avenidas com quarteirões regulares, sendo as ruas dimensionadas com 20 metros de largura e as avenidas com 35, com exceção da avenida Afonso Pena, com 50 metros de largura ligando o eixo Norte ao Sul.

A zona urbana que constituía o espaço moderno e ordenado reservado para as elites mineiras. Possuía avenidas largas, retas, geométricas, infraestrutura sanitária e técnica, área que deveria ser espelho das cidades mais modernas do mundo (OLIVEIRA, 2004, p. 34).

Envolta a um limite pré-estabelecido pelo plano, a avenida 17 de Dezembro (atual avenida do Contorno), teve como objetivo separar a zona urbana da zona suburbana e sítios, por meio de um muro imaginário, com traços segregacionistas.

Figura 1: Planta Geral da Nova Capital (CCNC) com demarcação da rua Pouso Alegre



Fonte: Adaptado pelo autor a partir de Maciel, 1998.

Outro aspecto interessante do projeto urbanístico desta área é a abundância de parques e praças, com destaque para um grande parque na área central, o Parque Municipal Américo Renné Giannetti.

A Belo Horizonte projetada pela CCNC não se limitou à área interna da avenida 17 de Dezembro, contrariando os planos e os ideais previstos pelos representantes da Comissão. A não previsão de um espaço para moradia e convivência dos trabalhadores que vieram para a implantação do projeto da nova capital fez com que a ocupação das áreas mais próximas à central acontecesse desordenadamente, ocasionando a urbanização da zona suburbana.

O projeto original elaborado para a nova capital apresentou a área suburbana com seu traçado urbanístico, embora alterações fossem realizadas em função de apropriações espontâneas. A zona suburbana de Belo Horizonte apresentava em seu traçado quarteirões irregulares, ruas com aproximadamente 14 metros de largura e lotes com áreas distintas, pois

foram implantados sob a topografia de sítios, características que se assemelham às particularidades das colônias agrícolas criadas.

[...] a zona suburbana, fora dos limites da avenida do Contorno que funcionava como uma fronteira que separava a vida urbana da suburbana, onde as moradias eram sofríveis e os serviços precários; e, por fim, a zona rural, um cinturão verde, onde se localizariam os núcleos coloniais que abasteceriam a Capital de frutas, legumes, verduras e matéria prima para a sua construção (OLIVEIRA, 2004, p. 35).

Em 1911, tais colônias foram emancipadas em virtude do crescimento acelerado e da aproximação da zona urbana. Essa emancipação e a incorporação do bairro Calafate à zona suburbana trouxeram benefícios para seus bairros, como calçamento das ruas em paralelepípedos (que eram apenas cascalhadas), iluminação pública e residencial, além de acesso ao transporte público e infraestrutura.

Em pouco tempo, a malha agrícola representada pelas ex-colônias entrelaçou-se com a malha urbana da capital, o que permitiu uma homogeneidade da paisagem através da conexão desses setores, que passaram a respeitar o regulamento do direito à construção e do lote vigente na zona urbana.

2.2 O bairro Floresta

“A minha vida é esta: Descer Bahia e subir Floresta”.
(Rômulo Paes, compositor mineiro)

A história do bairro Floresta se confunde com a própria história de Belo Horizonte pelo fato de ter surgido juntamente à formação da Nova Capital. Localizado na parte leste da cidade, o bairro desafiou o limite de um espaço urbano projetado e se expandiu para além da avenida do Contorno. Apresenta um espaço territorial subdividido de forma geral em duas partes, sendo uma delas situada na área interna do núcleo central da cidade, limitado pelo anel da avenida do Contorno, denominada zona urbana, e a outra fora deste limite, dentro do território das áreas pertencentes ao plano inicial de Aarão Reis e integrante da zona suburbana de Belo Horizonte (Figura 2). Ambas as partes, entretanto, ignoraram o limite estabelecido pela avenida do Contorno, pois não mantiveram as características do traçado urbanístico previsto pela comissão construtora.

Figura 2: Limites do bairro Floresta



Fonte: Adaptado pelo autor a partir de dados da Prefeitura de Belo Horizonte, 2016.

Situado nas franjas da avenida do Contorno, o bairro Floresta surge insubmisso, desafiando o risco de racionalidade com que Aarão Reis pretendia controlar o crescimento e o desenvolvimento do espaço urbano. Em princípio, o bairro apenas reflete o movimento da cidade: Belo Horizonte se contorce e solta, território desordenado, espalhando-se sem limites. A rigor, e ao longo dos anos seguintes, a cidade apenas traduz, com perfeição, os limites da modernidade desencantada que a gerou no coração arcaico das Minas. Construída na imagem sedutora do moderno, impregnada por uma fé absoluta na ideia de progresso, a cidade transforma-se ela mesma, em ícone da modernidade: nutre-se do progresso, desatando a voracidade de uma visão transformadora da paisagem; incorpora, em seu próprio movimento, a máquina e a explosão, igualmente signos de uma modernidade que purifica e destrói, é alicerce do progresso e base do ritual de passagem para ele (PAISAGEM FLORESTA, op. cit).

A Cidade de Minas fora idealizada para ser o centro administrativo do Estado e a falta de previsão, por parte dos planejadores, de um espaço de moradia para os trabalhadores, fez com que a ocupação desta região, tão próxima à área central, ocorresse de forma desordenada e contrária aos planos dos idealizadores, propiciando inclusive, a existência de muitas vilas de operários.

Nas imediações de onde se situa hoje a rua Sapucaí havia vilas de operários que trabalharam na construção da cidade e da estrada de ferro. Bem próxima a este tipo de ocupação, e na parte alta atrás da estação de Minas, surge a Favela Alto da Estação com seus inúmeros casebres de tábuas cobertos de zinco que abrigavam os trabalhadores e imigrantes com baixo poder aquisitivo. Bem diferente dos pressupostos idealizados em relação à regularidade e à higiene da cidade, surge com estas ocupações um novo modo de vida.

Casas velhas, cafuas, choupanas, ruas estreitas e tortas, largos e praças irregulares - eis o que se nota ainda do velho Curral del Rei. Umas centenas de cafuas e barracões que se vêem agrupados ou disseminados aqui, acolá, são tendas dos operários da nova cidade, e que são demolidos com a mesma facilidade com que são construídos (...). Contraste de velharias e novidades: ao pé de uma cafuá de barro coberta de capim ou de zinco eleva-se um edifício elegante e sólido; ao lado de um edifício velho do Curral del Rei surge um primoroso palacete da nova capital; junto de uma estreita e pobre rua, formada de casas e choupanas de todos os tons e categorias, que atestam a modéstia ou a pobreza dos antigos (e dos novos) habitantes do Curral, estira-se desafrontada, larga e extensa rua da nova cidade. Mas essas cafuas, essas velhas casas e essas ruas irregulares do Curral vão desaparecendo, pouco a pouco, ao passo que, como por encanto, surgem outras novas (PAISAGEM FLORESTA, op. cit).

Essa forma de ocupação no bairro, que aconteceu na mesma época da construção de Belo Horizonte, foi erradicada entre os anos 1911 e 1914, tendo seus moradores sido removidos para locais carentes de qualquer tipo de serviços, formando a atual área de abrangência do aglomerado da pedreira Prado Lopes e da região do Barroca.

Após a construção da estrada de ferro, a cidade recebeu muitos imigrantes que se instalaram no bairro em função do baixo valor da terra. Ainda no início do século XIX, outras formas de ocupação podem ser identificadas no bairro, como a implantação de colônias agrícolas destinadas aos estrangeiros europeus (imigrantes italianos em maior parte), responsáveis pela produção de gêneros alimentícios para o abastecimento da capital recém-inaugurada, e as grandes chácaras que surgiram em 1910 e foram ocupadas por famílias influentes da capital. Resquícios dessa última forma de ocupação ainda persistem no bairro, como a Praça Comendador Negrão de Lima, que pertencia à área de abrangência da Chácara do Comendador José Duarte da Costa Negrão situada na parte mais alta da colina do Floresta.

Para além dos limites da avenida do Contorno, e abrangendo uma parte significativa dos bairros Floresta, Santa Tereza e Horto, a Colônia Américo Werneck (antigo núcleo do Córrego da Mata), localizada na VI Seção Suburbana, foi uma das primeiras colônias adquiridas pelo estado por meio de desapropriação.

Na década de 1920, grande parte das chácaras já passara pelo processo de desmembramento, dando origem a novos quarteirões com seus respectivos lotes. A partir daí, a paisagem urbana tornou-se caracterizada pela presença predominante do uso residencial que se misturava ao comércio e serviços locais, semelhante aos cenários implantados nos bairros que se desenvolveram a redor do núcleo central de Belo Horizonte, denominados pericentrais (Figura 3).

Esses bairros compunham-se na época de sua implantação, de grandes superfícies, sendo que nos arredores da área central, o uso residencial mesclava-se com depósitos, usinas e entrepostos das vias férreas (TEIXEIRA, 1996, p. 35).

Figura 3: Vista geral do bairro Floresta em 1920



Fonte: MAGNI, 2012, p. 147.

Mesmo com as dificuldades de acesso à área central da cidade, advindas da linha férrea e do ribeirão Arrudas, o bairro, espontaneamente, foi-se adensando de forma irregular às características planejadas para a Nova Capital.

Com a implantação dos viadutos Santa Tereza e Floresta, concluídos na década de 1930, o bairro expandiu-se rapidamente. O número de estabelecimentos comerciais aumentou principalmente com a chegada das atividades que até então se concentravam no núcleo central da cidade. Além do caráter de bairro popular, passou a ser frequentado por várias classes sociais. A evolução dos espaços pericentrais se dava à medida em que a cidade se ia desenvolvendo (Teixeira, 1996, p. 35).

Ainda que abrigasse parte da zona boemia das primeiras décadas da cidade, o bairro manteve-se distinto desta caracterização, pela predominância de residências familiares. Além disso, a presença de personalidades ilustres como o poeta Carlos Drummond de Andrade, Pedro Nava e Negrão de Lima, antigos moradores do local, bem como dos compositores Noel Rosa e Rômulo Paes, mistificaram ainda mais o bairro Floresta.

Composto em sua maioria por edificações pertencentes ao estilo eclético, o bairro é um dos mais preservados da cidade, despertando o interesse do poder público municipal, que no ano de 1996 deliberou a proteção do Conjunto Urbano Bairro Floresta.

A arquitetura eclética compunha a proposta urbanística do plano idealizado por Aarão Reis para a nova Capital, buscando inspiração no neoclassicismo introduzido no cenário do Rio de Janeiro imperial e também na arte e na técnica dos mestres de obra, em sua maioria imigrantes italianos. Inspirada predominantemente no academicismo francês e com tendências pré-estabelecidas dos diversos períodos históricos, a arquitetura brasileira criou uma nova linguagem caracterizada pela combinação de elementos estilísticos sem compromisso estético de origens clássicas, medievais, renascentistas, barrocas e neoclássicas, aliada à simetria, à grandiosidade, e à hierarquização dos espaços internos, ricos em detalhes decorativos. Este estilo tirou partido também dos avanços tecnológicos principalmente do ferro batido trabalhado nas construções de elementos como gradil, guarda-corpo, corrimão, dentre outros.

Entre os primeiros arquitetos integrantes da chamada Comissão Construtora da Nova Capital, destacam-se Luiz Olivieri (nascido na Itália em 1869), Edgar Nascentes Coelho (nascido no Rio de Janeiro em 1853) e José de Magalhães, chefe da Seção de Arquitetura da Comissão (nascido em Pernambuco em 1851).

A Comissão apresentou um padrão de casas-tipo com semelhanças na forma de implantação e setorização dos espaços internos adotados pelas residências do período colonial, mantendo praticamente inalterada sua setorização. As referidas residências apresentavam soluções que resultavam em relações quase que padronizadas entre a forma externa e a função interna, sendo mais significativa a diferença de tratamento dado para a fachada principal que se destaca através da sua composição e ornamentação, e contrastava com a simplicidade apresentada nas fachadas laterais e posterior.

Em planta, o partido possui forma aproximadamente retangular, conformando-se a lotes que em alguns casos são mais estreitos que profundos. No entanto, quando era possível incorporar o lote vizinho, ou em terrenos maiores, construía-se casas com jardins laterais e grandes quintais com pomares nos fundos. Os lotes maiores também permitiam a existência de varanda lateral, ligada ao jardim por escadaria, essas varandas em muitos casos são sustentadas por esquias colunas metálicas, adornadas na parte superior por graciosos lambrequins de folha-de-flandres e guarnecidas por grades inspiradas no art nouveau (DOSSIÊ, 2012, p. 40).

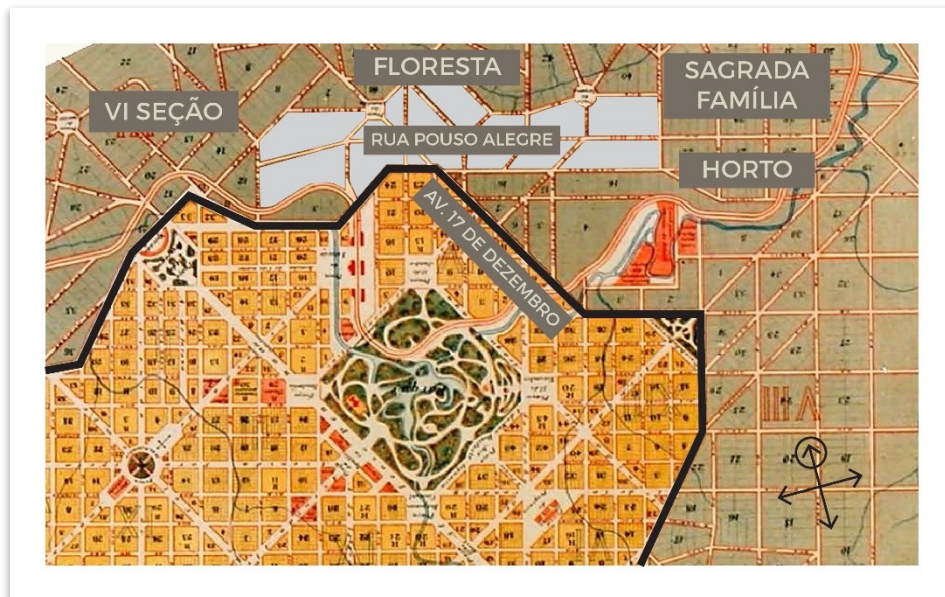
Caminhando pelo Floresta se descobre o segredo de um bairro que, mesmo tão próximo do centro da capital mineira e cortado pelas principais avenidas da cidade, ainda

conserva a tranquilidade de uma cidade do interior, ainda que, paradoxalmente, conte com uma intensa atividade comercial e um elevado fluxo viário. É usufruir de um verdadeiro “museu a céu aberto”, sempre prestes a contar a história do nascimento de nossa cidade.

2.3 A rua Pouso Alegre e sua heterogeneidade de ocupação e usos

Parte do plano original de Belo Horizonte, pertencente à Sexta Seção Suburbana e à ex-colônia Américo Werneck (atualmente parte do bairro Floresta, Horto e Sagrada Família), a rua Pouso Alegre foi construída e ocupada junto com a formação da capital mineira. Seu processo de ocupação e consolidação apresentou características típicas de um desenvolvimento individual e funcional, pois teve grande influência das vias de acesso às colônias agrícolas, cuja função predominante era o abastecimento de hortifrutigranjeiro para a capital recém inaugurada (Figura 4).

Figura 4: Detalhe da Planta Geral da Nova Capital com destaque para a rua Pouso Alegre



Fonte: Adaptado pelo autor a partir de dados da Fundação João Pinheiro, 1997, p. 31.

Para Nava, a rua Pouso Alegre em sua formação já apresentava características intrínsecas do cotidiano local, mas, com o transcorrer do tempo, despontou uma nova dinâmica urbana com a proximidade da avenida do Contorno.

[...] seguia, por exemplo, Pouso Alegre, caminho do oriente [...] Parava um instante, diante do portão de seu tio Licas, patriarca da família Negrão de Lima, que morava

numa imensa chácara separada por sede [...] Para lá desses limites, acabava a Floresta. Não sei se administrativamente, como circunscrição urbana. Mas acabava com caráter. Os logradouros assumiam outra fisionomia, na medida que a Pouso Alegre seguia para os lados da rua Itajubá, da Rua Curvelo e do desaguamento desta cautelosa Avenida do Contorno (NAVA, 1977, p. 107).

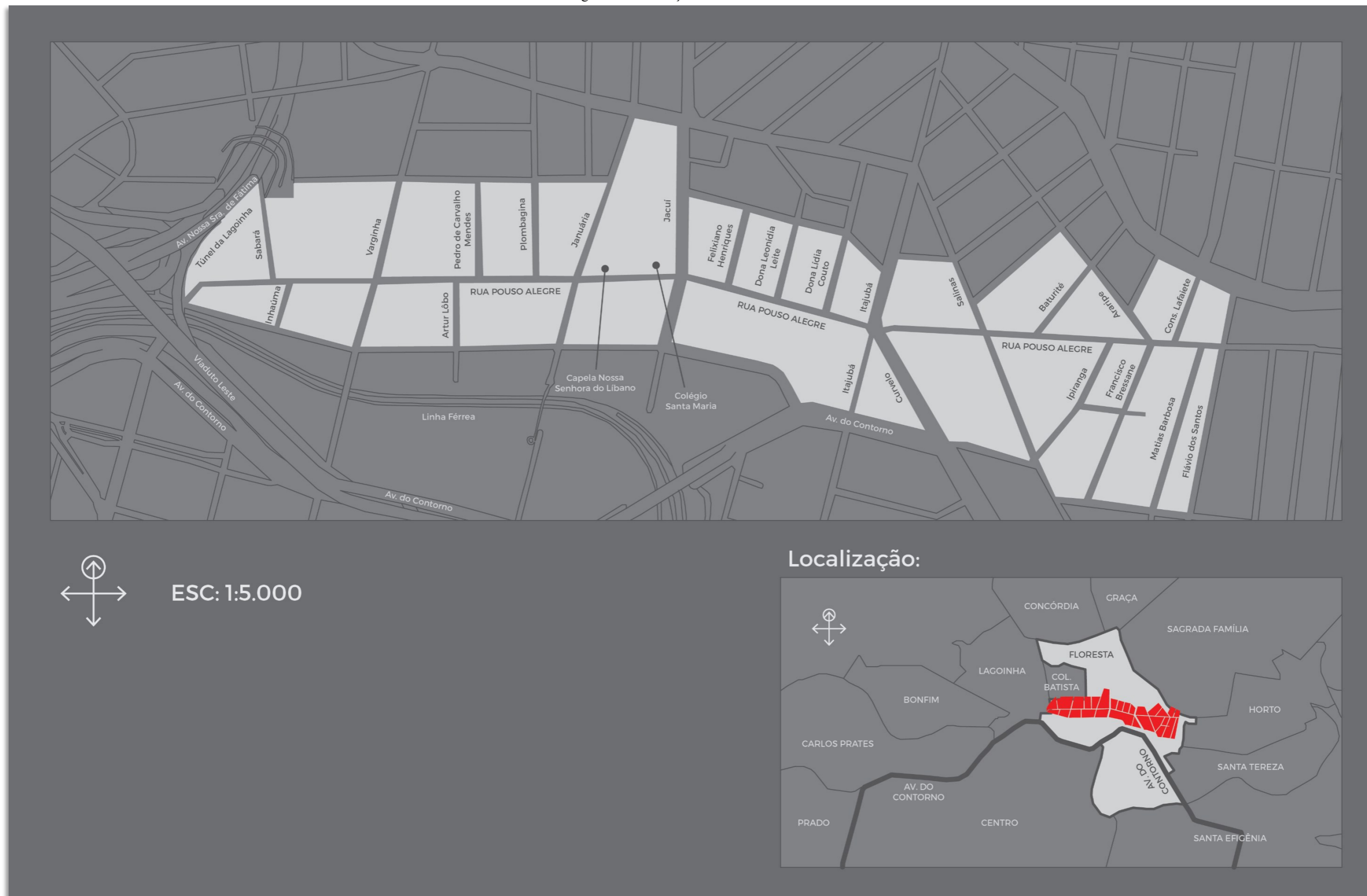
Tradicionalmente, a rua é marcada pelas atividades comerciais e prestação de serviços que se misturam às residências, constituindo a unidade de vizinhança.

O limite da rua adotado na presente dissertação compreende o trecho entre o túnel da Lagoinha e a avenida Flávio dos Santos no bairro Floresta (Figura 5), visto que esta área apresenta aspectos peculiares ao processo de ocupação do período de formação que se materializa com o desenvolvimento proveniente de uma modernidade envolvendo áreas adjacentes. Tal fenômeno é digno de análise para conhecimento não só dos moradores da rua, como para a população do bairro.

Após os desmembramentos das chácaras, a rua, embora com poucas edificações construídas, ganhou forma através dos quarteirões com seus lotes demarcados. Sua paisagem, predominantemente horizontal, conta com a presença da remanescente arborização derivada da dinâmica urbana do período de ocupação (Figura 6).

Sob a perspectiva de autonomia, a rua Pouso Alegre assemelha-se às típicas ruas de cidades do interior (Figura 7) devido à variedade de atividades comerciais em meio à constante presença de edificações residenciais, denotando a unidade de vizinhança. Tal característica se deve à presença dos obstáculos impostos pela linha férrea e o ribeirão Arrudas, tornando-a isolada da zona urbana de Belo Horizonte, apesar da proximidade.

Figura 5: Localização do recorte territorial



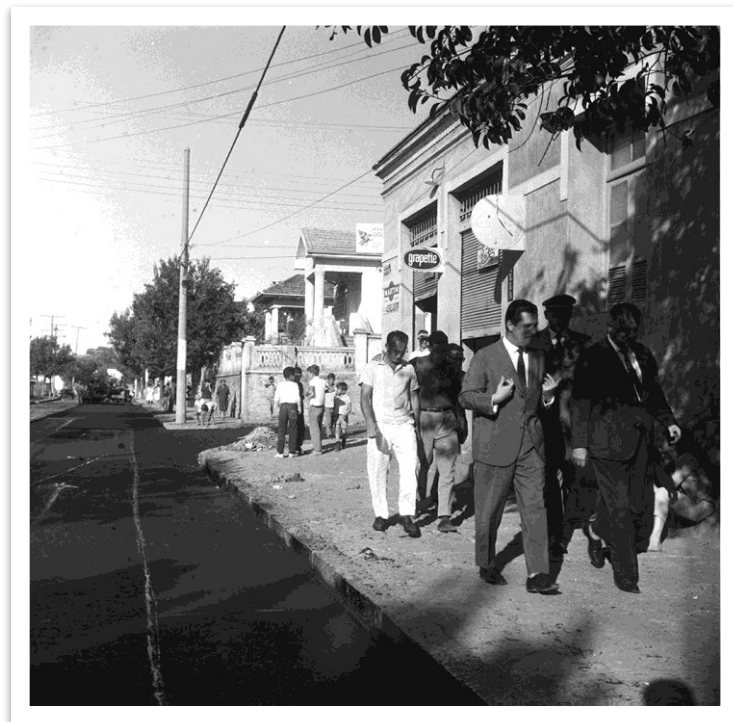
Fonte: Adaptado pelo autor a partir de dados da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 2016.

Figura 6: Paisagem da rua Pouso Alegre



Fonte: Arquivo Público da cidade de Belo Horizonte, 1965.

Figura 7: Unidade de vizinhança na rua Pouso Alegre



Fonte: Arquivo Público da cidade de Belo Horizonte, 1965.

Grande parte das edificações residenciais do início do período de ocupação era de estilo eclético e destinava-se, predominantemente, à população de baixa renda. Apresentavam variadas tipologias, sendo implantadas no alinhamento da rua, o que contribuiu para a existência de um quintal arborizado em sua parte posterior (Figura 8).

Figura 8: Típicas residências do início da ocupação da rua Pouso Alegre



- (a) Rua Pouso Alegre, 1444 – Após desmembramento das chácaras (década de 1910)
- (b) Rua Pouso Alegre, 1434 – Casa geminada (década de 1930)
- (c) Rua Pouso Alegre, 80 – Edificação do “padrão status” (década de 1920)

Fonte: Diretoria do Patrimônio Cultural, 1996.

O estilo eclético utiliza-se da combinação de elementos decorativos nas fachadas principais, presentes nos estilos anteriores, ou seja, uma nova linguagem arquitetônica, fato que o diferencia da tipologia residencial adotada no período colonial, já que a forma de ocupação nos terrenos e a setorização interna das edificações mantêm-se basicamente inalteradas. Este tipo de solução, considerado rígido, resulta em uma padronização entre o volume externo e os espaços internos, tornando-se mais significativo o grau de tratamento dado às fachadas frontais.

Nas décadas seguintes foram construídas moradias unifamiliares com afastamento frontal de no mínimo três metros, o que permitiu a implantação de um jardim no recuo, proporcionando maior privacidade e conforto ambiental (Figura 9).

Figura 9: Detalhe de residências com afastamento frontal



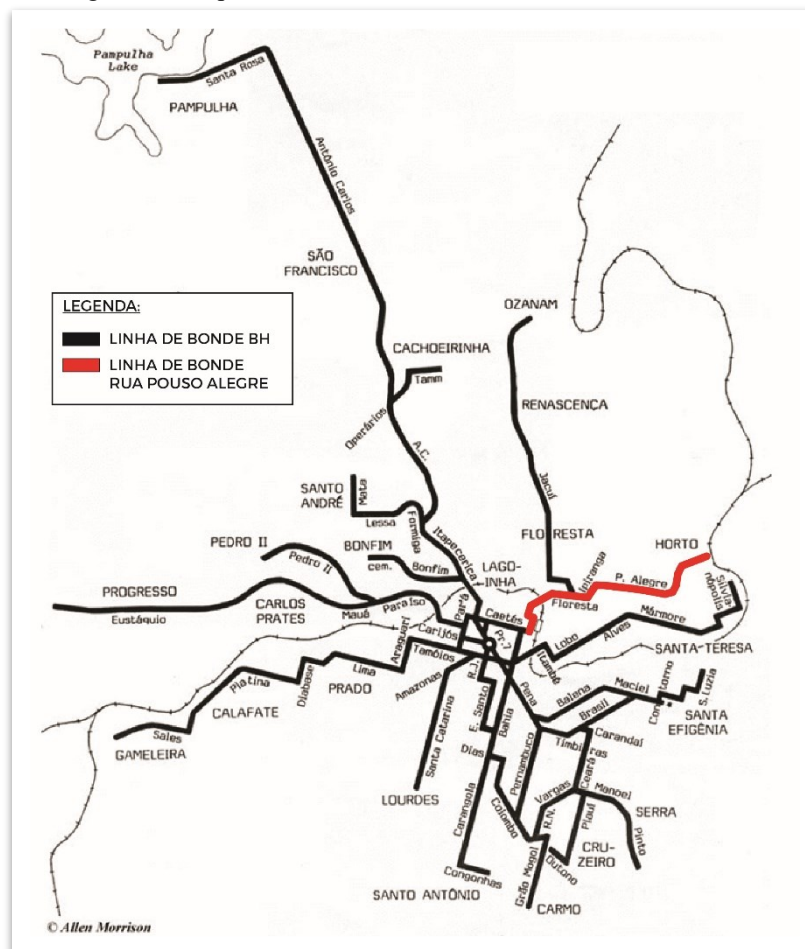
Fonte: Arquivo Público da cidade de Belo Horizonte, 1965.

A implantação da linha de bonde no bairro em 1905, cujo destino final era o cruzamento da avenida do Contorno com a rua Curvelo, antiga Praça São João Del Rei, demonstra a necessidade deste serviço pela população que ali se expandia. A partir daí, observou-se um adensamento das atividades comerciais e de serviços locais na rua, nas proximidades à referida linha. A duplicação dessa linha em 1914, permitindo o acesso ao bairro Horto através da rua Pouso Alegre, contribuiu significativamente para a ampliação do

setor comercial, que passou a apresentar não só características locais como também regionais, o que a transformou em polo comercial (Figura 10).

Os bondes chegaram a Belo Horizonte causando furor na cidade. O ferro Carril foi inaugurado no dia 7 de setembro de 1902, há 88 anos, portanto. A estação central ficava na Av. Afonso Pena, onde atualmente tem o mercado das Flores, na esquina da Rua da Bahia, no princípio do Parque Municipal. Já em 1914 duplicou-se as linhas de bonde da Av. Paraná e da Rua Carijós que ligavam Barro Preto – Floresta e Floresta – Cento. [...] Na Floresta tínhamos o Bonde Floresta que saía primeiro da Rua São Paulo, esquina com Av. Afonso Pena até o bairro, com o final na Rua Pouso Alegre, bem no alto (BORGES, 1990, Op. cit).

Figura 10: Mapa das linhas de bonde de Belo Horizonte em 1950



Fonte: Adaptado pelo autor a partir de <https://mdc.arq.br/2013/03/18/oscarianas-mineiras/#jp-carousel-8934>, 2016.

Os anos se passaram, e no final da década de 1920 foram inaugurados os viadutos Santa Tereza e Floresta (Figura 11), obras públicas construídas para a interligação da zona suburbana à área central, além de amenizar os inúmeros acidentes no cruzamento entre trens e bondes. A construção dos viadutos beneficiou o acesso da área central ao bairro Floresta e

intensificou ainda mais o desenvolvimento do centro comercial da rua, principalmente no trecho com maior fluxo viário (cruzamento das ruas Pouso Alegre, Curvelo e Itajubá) e áreas adjacentes.

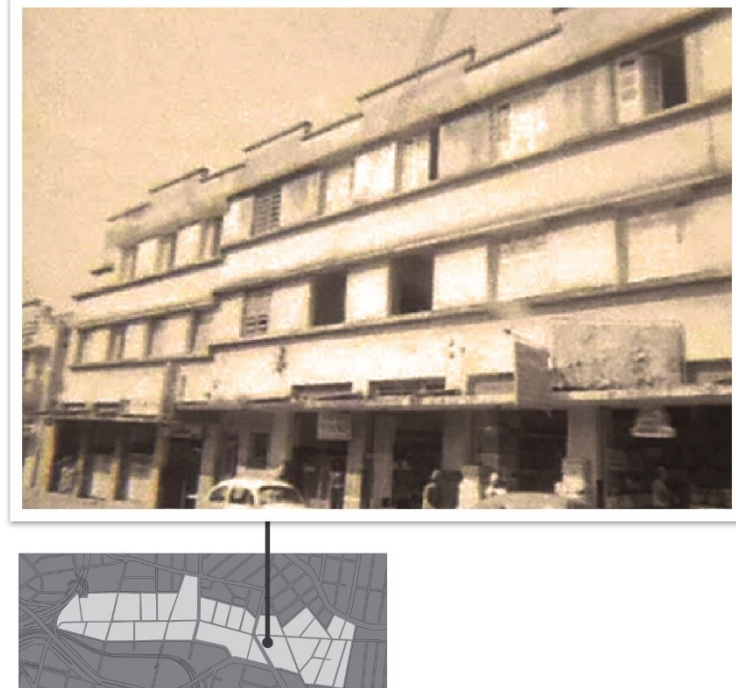
Figura 11: Vistas dos viadutos de Santa Tereza e Floresta



Fonte: <http://www.belo Horizonte.mg.gov.br>, acessado em 2016.

Em meados da década de 1940, a rua Pouso Alegre foi inserida no grupo que abrange a zona comercial de Belo Horizonte através do decreto-lei n.º 1910 (13 de novembro de 1946), o que permitiu um melhor aproveitamento das construções no lote com a verticalização, ocasionando a valorização dos terrenos. Assim, as atividades comerciais e/ou serviços exclusivamente do núcleo urbano da cidade começaram a migrar para este setor, acarretando num relativo aumento da população, e conseqüentemente do fluxo viário. Começaram a surgir, então, edificações de uso misto, as quais abrigavam o comércio e/ou serviço no primeiro pavimento e moradia nos demais (Figura 12), semelhantes às presentes no centro da cidade.

Figura 12: Centro comercial no encontro das ruas Pouso Alegre e Curvelo



Fonte: Museu da Imagem e do Som de Belo Horizonte, 1945.

Outro fator que justifica esse desenvolvimento, e conseqüentemente o adensamento populacional nesse trecho da rua, é a facilidade de acesso a outros setores da cidade, devido principalmente à variedade de linhas de transporte coletivo, que começou a circular em Belo Horizonte por volta dos anos 1960.

Além da relação harmônica entre as áreas habitacional e comercial/serviços presente na rua nesta época, manifestam-se também atividades sociais, predominantemente no trecho entre as ruas Itajubá e Curvelo, destacando-se os bailes de carnaval, as sessões de cinema no gracioso Cine Floresta e o *footing* (jogo de flerte nas noites).

Os populares bailes de rua do bairro Floresta transformaram-se em uma das maiores tradições da cidade de Belo Horizonte. As pessoas com máscaras ou com o rosto pintado festejavam o carnaval, pulando, dançando e cantando sambas e marchinhas típicas. O movimento manifestava-se através de encontro sociais, onde as pessoas se uniam e formavam blocos carnavalescos como o Bloco dos Bocas-Branças e o Bloco Corsário do Samba. Este último foi criado no ano de 1961 e é considerado o mais antigo em atividade no carnaval da capital mineira. Com carinho e respeito à tradição, um dos carros alegóricos do bloco traz consigo a faixa com o seguinte dizer: “a Floresta sempre foi... é e será a capital do samba” (Figura 13).

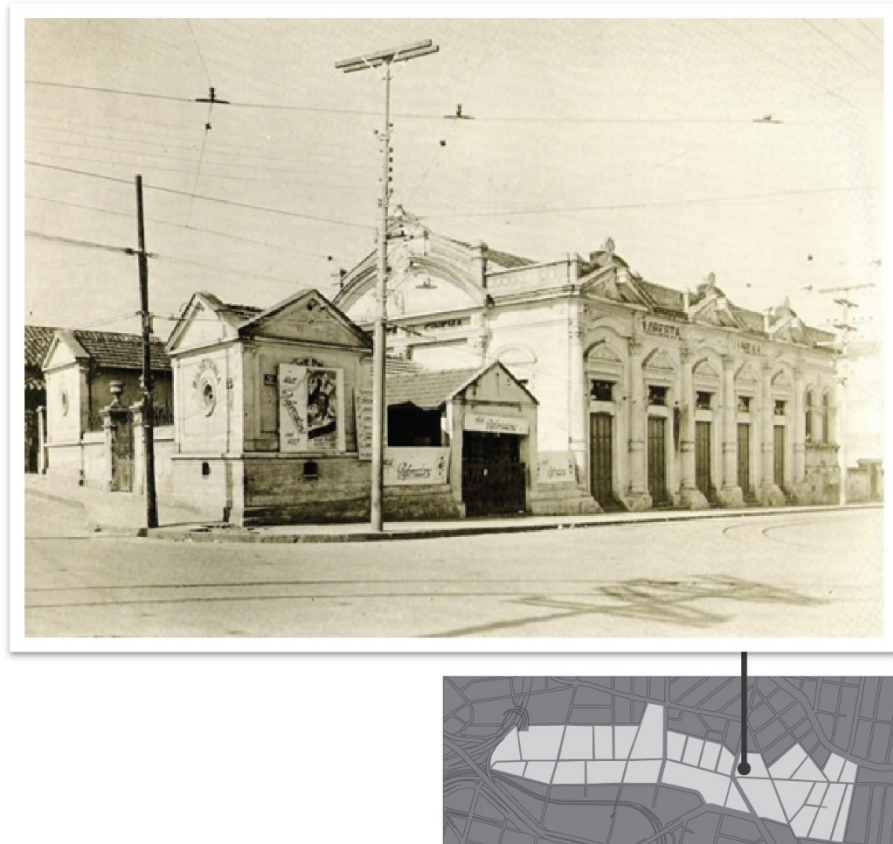
Figura 13: Bloco carnavalesco Corsário do Samba em carro alegórico



Fonte: Arquivo Público da cidade de Belo Horizonte, 1976.

Inaugurado em 1915 na contra esquina da rua Pouso Alegre com Itajubá, o Cine Floresta (ou Florestinha) é considerado o primeiro cinema de Belo Horizonte e um dos mais frequentados pela sociedade mineira (Figura 14). Em épocas do cinema mudo, orquestras eram convidadas a tocar durante a exibição dos filmes, o que proporcionou também a função de teatro e salão de baile. No ano de 1955 suas atividades foram interrompidas e logo em seguida foi decretada a sua demolição. Atualmente, um posto de combustível funciona neste local.

Figura 14: Fachada principal do Cine Floresta



Fonte: Revista Vida de Minas Ano I, nº 5, 1915

Os jornais, pioneiros veículos de comunicação, sempre circulavam pelo bairro despertando a atenção da população para os eventos no Cine Floresta, embora a cada década mudasse de sede, nome e proprietário. Dentre esses, A Floresta, Floresta-Jornal, a Gazeta da Floresta, o Veneno e Jornal da Floresta, registraram a memória do bairro através de suas publicações (Figura 15).

Figura 15: Jornal A Floresta n.º 1



Fonte: Coleção Linhares UFMG, 1915.

Após as sessões de cinema acontecia o animado *footing* semanal: encontro dos jovens. Enquanto os rapazes ficavam parados na calçada, as moças cruzavam o trecho da rua na altura do cruzamento com a rua Itajubá.

Vinha gente de longe participar, descia a Serra, subia de bonde Floresta. Sem cerimônia, os rapazes do bairro fechavam a rua ao trânsito e a cara aos estranhos (PAISAGEM, p. 34).

Também localizado na rua Pouso Alegre, o Colégio Santa Maria se destaca em um período em que, desprovidas de instituições educacionais, as famílias de maior poder aquisitivo de Belo Horizonte, enviavam suas filhas para internatos na França ou para o Colégio Sion, localizado em Petrópolis (Rio de Janeiro). A história do colégio se mistura ao nascimento da nova capital mineira: o Conselheiro Afonso Pena, um dos fundadores da capital, com apoio do Barão do Rio Branco, então ministro da Relações Exteriores da República, propuseram a criação de um colégio que fosse considerado semelhante às conceituadas instituições educacionais francesas, como forma de suprir a demanda educacional da sociedade belorizontina.

A instituição teve início no antigo palacete Antônio Olindo, atual Basílica Nossa Senhora de Lourdes, mais tarde foi transferido para o Palacete do Conde Santa Marinha, localizado nas proximidades da Estação Ferroviária, e em 22 de maio de 1909, o Colégio Santa Maria teve sua sede transferida definitivamente para as terras de Sabino Barroso, atual quarteirão que compreende as ruas Januária, Jacuí e Pouso Alegre, no bairro Floresta. Por intermediação do ministro Barão do Rio Branco, as Irmãs Dominicanas, de Sévres na França, vieram para administrar o colégio, que foi o primeiro em Belo Horizonte com formação de educação conexas às moças, filhas de respeitáveis senhores da capital e do interior com dedicação integral das Irmãs (Figura 16).

Figura 16: Alunas do Colégio Santa Maria



Fonte: <http://vejabh.abril.com.br/materia/cidade/estabelecimentos-mais-antigos-cidade-preservam-fatos-curiosos-historia-bh>, acessado em 2016.

Para a divulgação das atividades previstas pela instituição eram distribuídos folhetins destacando a ótima localização do colégio, os regimes de internato, o bonde especial para o transporte das moças, etc., com destaque para seguinte frase: “sob a fiscalização de uma Irmã (Figura 17).

Figura 17: Folhetim de divulgação do Colégio Santa Maria



Fonte: Veras, F & Moretti A. Guia de Belo Horizonte. Indicador da Capital. Belo Horizonte Anno I, 1912.

Grande parte das moças do regime externato utilizavam o bonde especial como meio de transporte para irem ao colégio.

Rangiam os trilhos na rua Pouso Alegre, viravam os bancos, retornava o bonde do fim da linha, descia atrasado a Floresta, em direção ao bar do Ponto, aos abrigos da rua Ceará e Pernambuco. Atravessava a cidade, cortava a arquitetura eclética de suas casas, platibandas, colunas, capitéis, molduras de feitos geométricos ou floral; passava pelos ficus da Contorno [...] suspiravam os rapazes quando, em um cruzamento repentino, encontravam, inalcançável, o bonde particular do Colégio Santa Maria que trazia para o bairro as mais belas moças da cidade, mas guardava também a freira severa e rígida a vigiar os olhares furtivos trocados por entre os carros - Ah, era por vezes inatingível este bairro da Floresta! (Dossiê de Tombamento rua Pouso Alegre, 338. 2012, p. 18 *in* Paisagem Floresta).

E despertavam a atenção dos jovens, segundo Carlos Drummond de Andrade:

Um tusta apenas e é a ridente Floresta seu Colégio Santa Maria, cheio de meninas (Ainda não se usa a palavra garota) que vão num bonde mágico e nele retornam para o rápido cruzamento em que, do nosso bonde, sentimos passar a graça das sílfides e o esvoaçar das libélulas inalcançáveis (ANDRADE, 1979, p. 134).

Até o ano de 1968 o colégio era administrado pela Irmãs Dominicanas, depois integrou-se ao Instituto Arquidiocesano de Educação criado pela Sociedade Mineira de

Cultura (SMC) em 1971. Posteriormente, o colégio tornou-se misto pelo Sistema de Ensino Arquidiocesano, maneira pela qual funciona até os dias de hoje.

Ao projeto original de José Verdussem do pavilhão que abrigou o colégio, foram agregadas outras edificações, dentre elas a capela do Colégio Santa Maria em 1936, atual Nossa Senhora do Líbano, o Teatro Santa Maria em 1953, e em 1954, a edificação no alinhamento da Rua Pouso Alegre esquina com a rua Jacuí, foi concluída (Figura 18). Atualmente, o pavilhão original conserva a fachada frontal e os jardins, que hoje acolhe um belíssimo pátio interno.

Figura 18: Capela Nossa Senhora do Líbano e Colégio Santa Maria



Fonte: Arquivo Pessoal, 2016.

No ano de 1991, Dom Serafim Fernandes, então arcebispo Metropolitano de Belo Horizonte, concedeu o uso da Capela do Colégio Santa Maria à paróquia de rito maronita, tradicional vertente do catolicismo no Líbano, atendendo ao pedido da ordem de São Patrício de Belo Horizonte. Em 1993, após a reforma da Capela-Igreja e do presbitério, inaugurou-se a Igreja Nossa Senhora do Líbano com ritos semelhantes às igrejas cristãs orientais em plena comunhão com a Sé Apostólica, diferentes dos ritos latinos dos católicos ocidentais.

O pavilhão de Nossa Senhora e a capela neogótica, pertencentes ao Colégio Santa Maria, construídos na rua Pouso Alegre no início do século XX, fazem parte do núcleo de edificações memoráveis que até hoje são referências no bairro Floresta.

3 MODERNIDADE: DO FASCÍNIO À FRAGMENTAÇÃO

Neste capítulo, a análise da transformação da paisagem urbana da rua Pouso Alegre se deu sob o enfoque da metropolização, com a premissa de que a modernidade tende a induzir à urbanização. O processo de metropolização intensificou a expansão da cidade, que cresceu de forma desordenada e em várias direções. A verticalização e a aprovação das Leis de Uso e Ocupação do Solo provocaram um adensamento das áreas adjacentes à avenida do Contorno, a exemplo do bairro Floresta, devido ao esvaziamento demográfico do centro da cidade.

Destaca-se neste capítulo também o processo de proteção do Conjunto Urbano Bairro Floresta, com ênfase na rua Pouso Alegre.

3.1 A metropolização: verticalização

Da Floresta eu guardei para sempre a lembrança de seus ares lavados, do cheiro das árvores e das flores e da terra que vinha da chácara de Júlio Pinto, da dos Negrão da D. Olinda, do Sabino Barroso, do Colégio Santa Maria, dos Negrão de seu Licas, Gustavo Pena, do Raul Mendes. Cheiro das acácias, cheiro de goiaba (cheiro adocicado de goiaba), terebintina de manga. Manga-rosa, manga-espada, manga-sapatinho. Frescura de regas e de chuvas estiadas nos fins da tarde de prata clara e pervinca, que ia virando no cobre e na púrpura do crepúsculo lendário e depois no azul ouro da noite cheia de cantigas e conversa (NAVA, 1977, p. 109).

Durante as primeiras décadas do século XX, apesar do crescimento das áreas urbana e suburbana da cidade, nota-se que o processo de verticalização se limitou predominantemente na zona central. A verticalização se fortaleceu através da construção de uma nova imagem de metrópole para a cidade de Belo Horizonte. Foi a partir da implementação de decretos-lei na década de 1930 que mudanças consideráveis no processo de verticalização deram início.

Em 1933, o Decreto n.º 165 de 1º de setembro que regulamentava a altura e a largura dos edifícios, além da ocupação dos terrenos pelas construções, estabeleceu um gabarito para os edifícios devido ao tratamento diferenciado que confere às faces laterais em cada pavimento.

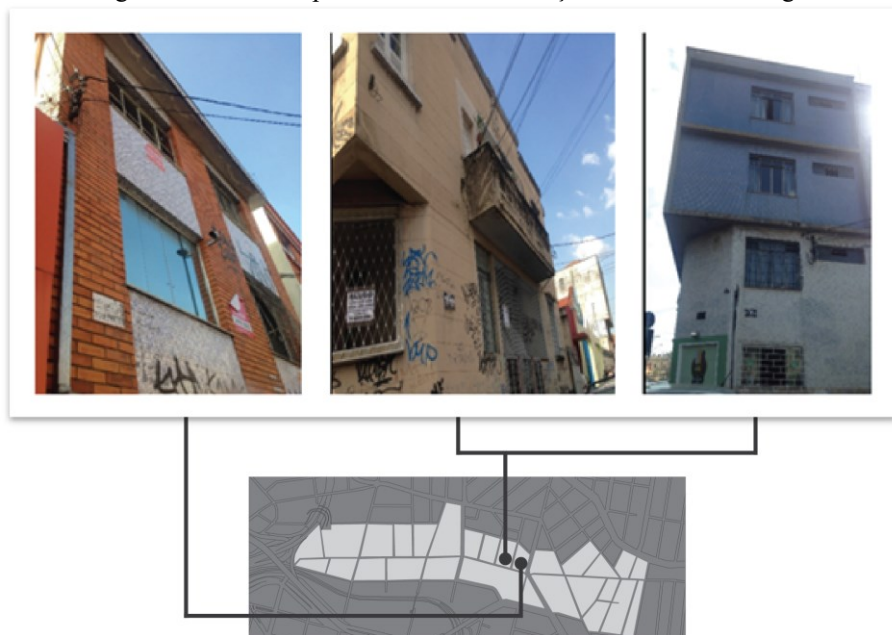
Segundo este decreto, a altura máxima da edificação era fixada da seguinte maneira:

1- Na Zona Residencial: a) do lado da rua, por um plano com a inclinação de 50° sobre a horizontal, passando a 5 m (cinco metros) de altura na sua interseção com o plano de alinhamento da face oposta da rua; b) nos lados, por outro plano com inclinação de 50% (BELO HORIZONTE, 1963, p. 112).

Em contrapartida, o Decreto n. ° 30 de 1º de agosto de 1938 modificou o artigo 64 do decreto anterior, fazendo com que a altura das edificações fosse obtida por um plano com inclinação de 55 graus, o que denota um incentivo ao adensamento populacional pelo aumento da altimetria dos edifícios. A verticalização expandiu-se para os arredores do centro da cidade e áreas adjacentes com predominância de uso residencial, vencendo o preconceito associado à ideia de cortiço por parte dos moradores ao adensamento.

As alterações na paisagem urbana da rua Pouso Alegre, com a implementação dos referidos decretos-lei a partir de 1933, permitiram um melhor aproveitamento do terreno, e conseqüentemente um relativo crescimento populacional. A influência desses fatores se manifesta claramente ao longo da rua e seu entorno com a implantação de edifícios residenciais multifamiliares lado-a-lado a moradias unifamiliares (Figura 19).

Figura 19: Início do processo de verticalização da rua Pouso Alegre



Fonte: Arquivo pessoal, 2016.

Com a aprovação das emendas relacionadas pelo decreto-lei n. ° 30 no ano de 1938, a cidade de Belo Horizonte foi dividida em zonas: zonas Central (ou Comercial) e Zona Urbana (ou Residencial). Foi assim que, com as permissividades do referido decreto, a rua Pouso Alegre, que já era considerada polo comercial, demonstrou um aumento populacional e uma maior concentração de comércio e serviços de atendimento local, com a construção de edificações de dois ou três pavimentos e de uso misto (comercial/serviço e residencial). O movimento manifestou-se através de expressivos sobrados localizados ao longo da rua,

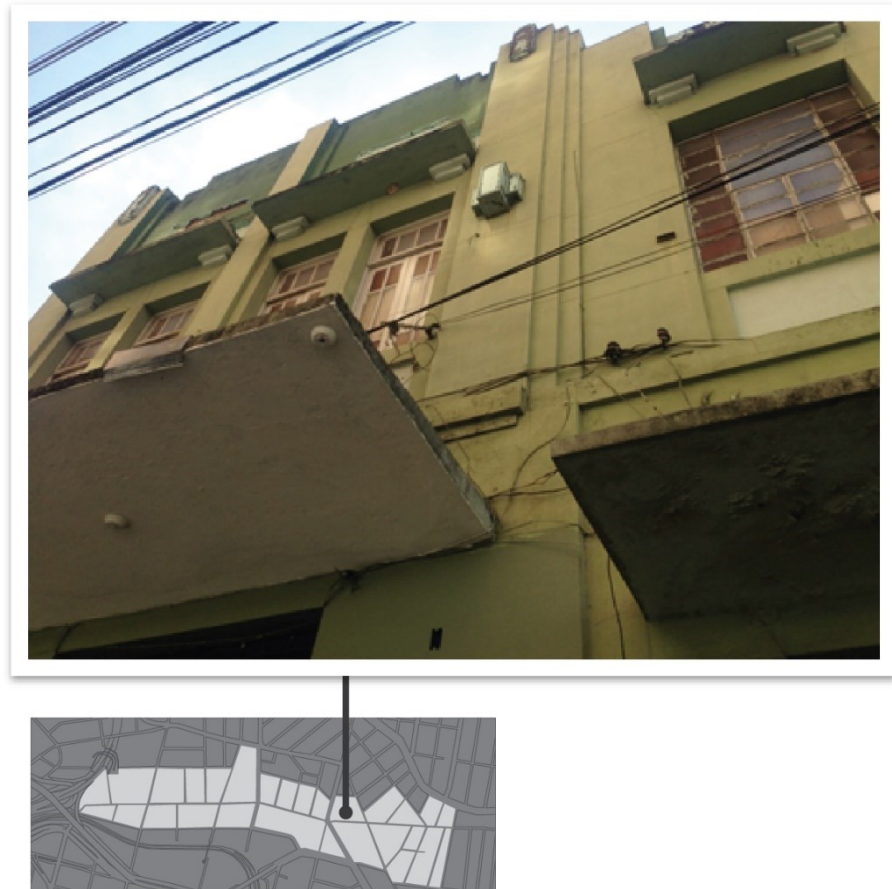
principalmente nos trechos de maior fluxo viário. Observa-se que os primeiros sobrados construídos ainda na década de 1930 apresentavam características predominantes do estilo eclético, com a fachada frontal demarcada pela mistura de vários estilos arquitetônicos (Figura 20).

Figura 20: Sobrado em estilo eclético



Fonte: Arquivo pessoal, 2016.

Em contrapartida, grande parte dos sobrados construídos nos períodos posteriores exibiam a fachada principal com poucos elementos decorativos, porém expressivos, similares às edificações em estilo *art déco* do centro da cidade (Figura 21).

Figura 21: Sobrado em estilo *art déco*

Fonte: Arquivo pessoal, 2016.

De acordo com Teixeira (1996), com a aprovação do decreto-lei n.º 1910 no ano de 1946, que impôs novos limites para a zona comercial de Belo Horizonte, possibilitou-se um relativo aumento do índice de aproveitamento em todo o território classificado como zona comercial, como também a valorização do preço da terra devido ao incentivo às mudanças de uso e ocupação. Tal fenômeno gerou não só um maior adensamento, como também instigou o processo de especulação imobiliária nesse setor.

Decreto-Lei nº 1910 de 13 de novembro de 1946 dispõe sobre a delimitação da zona comercial de Belo Horizonte, que tem início no cruzamento da avenida do Contorno com avenida Bias Fortes e por esta até a Praça Raul Soares, avenida Augusto de Lima entre avenida do Contorno e a Praça Raul Soares, seguindo pela referida avenida Augusto de Lima até o cruzamento da rua da Bahia e por esta até o cruzamento da avenida Álvares Cabral e rua Guajajaras; pela rua Guajajaras até a avenida Afonso Pena e por esta até a rua da Bahia, prosseguindo pela avenida Tocantins (viaduto) até o cruzamento da rua Sapucaí e por esta até a avenida do Contorno, continuando até a Praça São João del Rei; daí pela rua Curvelo até o cruzamento das ruas Pouso Alegre e Itajubá e por esta de novo a avenida do contorno até o cruzamento da rua Tiradentes (atual rua 21 de abril); por essa a Praça Vaz de Melo e a avenida Antônio Carlos até a rua Formiga, por esta até a rua Itapeperica, continuando por esta através da Praça Vaz de Melo até novamente a

avenida do Contorno e por esta até o cruzamento com avenida Bias Fortes, onde teve começo a demarcação (TEIXEIRA, 1996, p. 48).

Dentre as consequências das alterações dos valores dos parâmetros urbanísticos, estão a verticalização, diretamente relacionada com o aumento do coeficiente de aproveitamento, e a presença de outras atividades comerciais/serviços nas áreas com modificação de zoneamento pelo referido decreto-lei.

O alcance regional desse centro de comércio se firmou ainda mais, quando seu núcleo foi abrangido pelo decreto que estabeleceu a zona comercial para o centro de Belo Horizonte, em meados da década de 40, que possibilitava alto índice de aproveitamento nas construções em lotes da citada zona, tendo como consequência a alta valorização dos terrenos. Desse fato resultou o aparecimento nesse setor da Floresta de atividades até então encontradas quase que exclusivamente no centro da cidade [...]. Ao longo das ruas Pouso Alegre e Jacuí, já evidenciando a tendência destas como eixos coletores da região, iam surgindo as construções de uso misto, onde o primeiro pavimento era destinado ao comércio ou serviço e o segundo à habitação (TEIXEIRA, 1996, p. 48).

Vasconcelos confirma também a tendência de verticalização da zona comercial:

Consequência do crescimento que tem caracterizado ultimamente, o movimento imobiliário de Belo Horizonte, principalmente voltado para as construções de apartamentos, em altura, passou a ser objeto do maior interesse a questão da chamada zona comercial e sua ampliação, porquanto só nela se permite edifícios de vários pavimentos. (VASCONCELOS, 1956, p. 32).

Essa característica, comum aos edifícios, facilitou a instalação de estabelecimentos comerciais, auxiliando na consolidação da zona comercial que a rua já abrigara. No ano de 1950 foi construído o primeiro edifício em grande escala no bairro no encontro das ruas Pouso Alegre e Itajubá. O edifício Galeria Pio VI conta com 8 pavimentos residenciais e uma galeria de lojas no térreo, onde concentram-se atividades com atendimento local em sua maioria (Figura 22). Essa tipologia de construção trazia como foco principal a classe média, oferecendo moradia próxima ao centro a preço acessível.

Figura 22: Primeiro arranha-céu – Edifício Galeria Pio VI



Fonte: Arquivo pessoal, 2016.

Enfim, o processo de verticalização da rua manifestou-se de forma diferenciada: antes da implementação das leis de uso e ocupação do solo, as edificações situadas nas áreas que abrangiam a zona comercial de Belo Horizonte, principalmente as grandes torres, eram mistas; já os implantados externamente à zona comercial, eram, em grande parte, somente residenciais, em função da pouca demanda comercial.

A chegada da industrialização à Nova Capital impulsionou o crescimento urbano e o adensamento da área central, incentivado pela verticalização, que por sua vez, tornou-se um fenômeno que perdurou por várias décadas. Com isso, a população de Belo Horizonte, cresceu significativamente no decênio seguinte. A industrialização propiciou a migração de pessoas e atividades exercidas na área central para as áreas adjacentes ao núcleo urbano, e com ela veio o chamado progresso.

Os edifícios habitacionais multifamiliares construídos na rua Pouso Alegre em meados da década de 1960 apresentavam elementos que os conferiam certa sofisticação, alterando a paisagem urbana através do estabelecimento de uma nova forma de uso e ocupação.

Considerada um organismo dinâmico, a rua Pouso Alegre, em constante mutação, impulsionou o processo de especulação imobiliária, que juntamente com as políticas públicas, incrementaram os decretos-lei, implementando normas flexíveis, possibilitando não só mudanças de uso e ocupação do solo, como aumento da densidade populacional nesta área.

Ao mesmo tempo, a legislação como instrumento de regulação da ocupação do solo, promove o crescimento, controla a expansão e contribui para a formação da paisagem urbana de cada região, possibilitando assim, ambientes mais seguros e aprazíveis à população local.

Pereira Costa reafirma este conceito quando diz que:

[...] a ação das forças políticas, econômicas e sociais manifesta-se na cidade segundo os planos urbanísticos, criando cenários distintos de acordo com as ideologias que os caracterizam (COSTA, 1999, p. 80).

O processo de desenvolvimento deste arcabouço legal baseou-se nas diretrizes traçadas pelo planejamento urbano, que se manifesta através das políticas econômicas e culturais de cada região, designando-a a um zoneamento que se utiliza de parâmetros urbanísticos como taxa de ocupação e coeficiente de aproveitamento como fonte de intervenção no espaço urbano.

3.2 A paisagem através das lentes das leis de uso e ocupação do solo

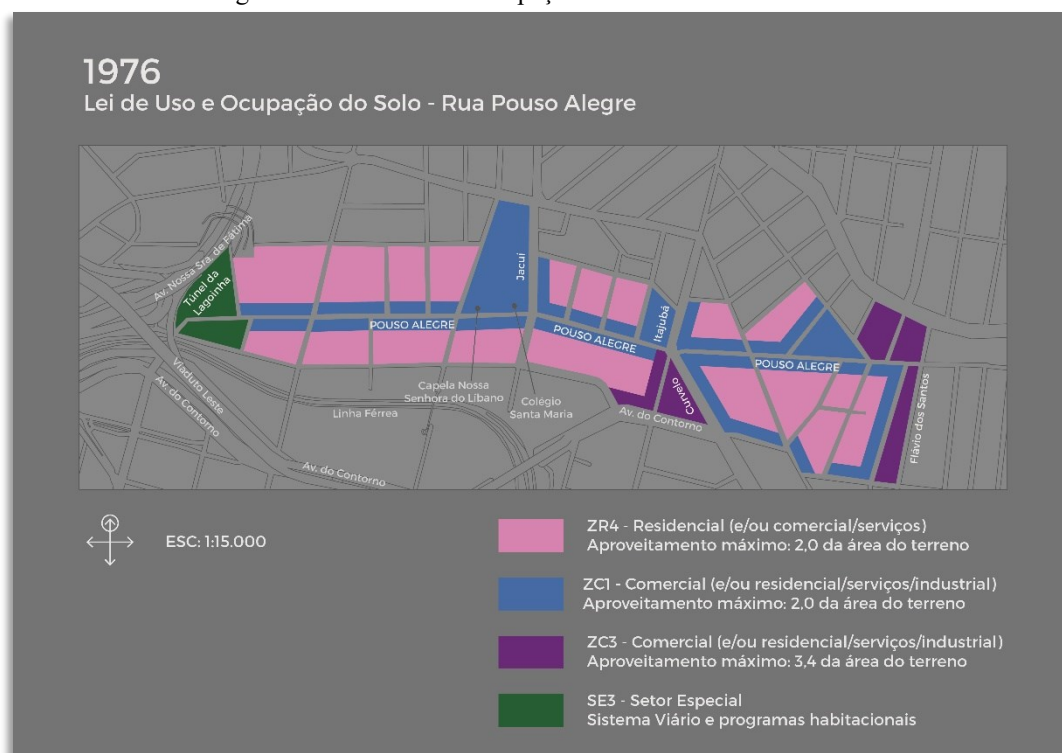
O êxito do planejamento urbano depende das políticas públicas e de sua implementação, sendo a legislação uma importante ferramenta de regulação da ocupação do solo urbano, cujo objetivo maior é acompanhar as transformações urbanas e controlar o adensamento, a fim de resguardar traços de ambiência local e criar espaços adequados para se viver. Sua permissividade e aplicabilidade contribuem para a formação da paisagem, adequando às características de cada sítio, controlando e/ou inibindo quaisquer catástrofes ambientais. O zoneamento e os parâmetros urbanísticos, tais como coeficiente de aproveitamento (CA) e taxa de ocupação (TO), fazem parte do método utilizado por esta estrutura legal, que implantados, intervêm na paisagem urbana.

A Lei de Uso e Ocupação do Solo n. ° 2.662 de 1976 foi um instrumento urbanístico de grande importância na regulação do solo urbano, por seu pioneirismo, e por seus critérios, os quais influenciaram consideravelmente o uso do solo e a configuração da paisagem da rua Pouso Alegre. Essa lei dividia as atividades do município de Belo Horizonte em zonas de uso

e definia os parâmetros urbanísticos para cada Modelo de Assentamento (MA) de acordo com diretrizes específicas de determinada região. Cada zona de uso (comercial, residencial e especial – institucional), corresponde a um modelo de assentamento com parâmetros urbanísticos próprios, tais como: taxa de ocupação, coeficiente de aproveitamento, área mínima do lote e afastamentos frontais e laterais mínimos, permitindo um maior controle do adensamento, da verticalização e da ocupação horizontal dos lotes, pelas políticas públicas, em conformidade com seus usos.

Tal lei classificou as vias de maior fluxo viário como zonas comerciais (ZC). Assim, grande parte dos terrenos ao longo da rua Pouso Alegre, que já nessa época era considerada como via coletora, se enquadra nas zonas comerciais ZC-1 e ZC-3 (que também admite o uso residencial unifamiliar e multifamiliar), com exceção dos lotes externos à rua, que foram definidos como zona residencial ZR-4 e as áreas próximas ao túnel da Lagoinha, classificadas como setor especial SE-3 (Figura 23).

Figura 23: Lei de Uso e Ocupação do Solo n.º 2.662 de 1976



Fonte: Adaptado pelo autor a partir de dados da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 2016.

Basicamente, essa lei estabelecia que, ao longo dos principais corredores de tráfego, - avenidas do Contorno, Silviano Brandão e Cristiano Machado e ruas Jacuí, Pouso Alegre e Flávio dos Santos - , seriam definidas zonas comerciais - ZC-1 e ZC-3 - , mediante a aplicação de Modelos de Assentamento (MA) que resultassem em uma ocupação mais densa ao longo desses corredores, para melhor adequá-los às suas

funções, sendo permitido também o uso residencial tanto familiar quanto multifamiliar em toda a sua extensão. O comércio e os serviços de bairro, localizados ao longo das vias coletoras foram permitidos na ZC-1; na ZC-3, em terrenos localizados ao longo das vias arteriais que constituem o sistema regional, a lei permitiu o uso do comércio atacadista, indústria de pequeno e médio porte, além das atividades institucionais que poderiam atingir até a escala metropolitana.

A zona residencial - compreendida pela ZR-4 (localizada no interior adjacente às ruas Jacuí, Salinas e Pouso Alegre, interior da avenida do Contorno e imediações do Colégio Batista), permitia o uso residencial unifamiliar e multifamiliar, comércio local e atacadista, serviço local, uso institucional local e micro-indústria não poluente. Os setores especiais [...] SE-3 (destinado à implantação de sistema viário e a programas habitacionais) claramente definidos em consonância com as condições naturais, encontrava-se próximo à linha férrea. (TEIXEIRA, 1996, p. 51 e 52, grifo meu).

A Tabela 1 apresenta os parâmetros urbanísticos para cada zoneamento previsto e seus respectivos MA's, evidenciando, através da variação do CA (1,5 a 3,4, máximo), e da TO (0,8 a 1,0, máximo) o adensamento ocorrido.

Tabela 1: Zoneamento e parâmetros urbanísticos de acordo com a lei n.º 2.662/76

Zona	Modelo de Assentamento	Parâmetros Urbanísticos	
		CA	TO (%)
ZC-1	MA-1, MA-2, MA-3, MA-4, MA-5, MA-8, MA-8A, MA-12, MA-15, MA18 e MA20	0,8 a 2,0	0,4 a 1,0
ZC-3	MA-1, MA-2, MA-3, MA-4, MA-5, MA-8, MA-8A, MA-9, MA-12, MA-14, MA-15, MA-16, MA18, MA-19 e MA20	0,8 a 3,4	0,4 a 1,0
ZR-4	MA-1, MA-2, MA-3, MA-4, MA-4A, MA-8, MA-12, MA-15 e MA-18	0,8 a 1,5	0,4 a 0,8
SE-3	Regulamentação por decreto	-	-

Fonte: Dados da pesquisa

Os altos valores dos coeficientes de aproveitamento vinculados às taxas de ocupação acarretaram diversas transformações, que hoje são claramente identificadas com a mudança do uso residencial unifamiliar para residencial multifamiliar.

A implantação de edifícios multifamiliares elevados, viabilizados através de lotes com amplas áreas e/ou da união de lotes com área reduzida manifestou-se de forma pontual, tendo em vista o modelo de assentamento e suas diretrizes urbanísticas.

Como exemplo tem-se o edifício Melo Reis, localizado na rua Pouso Alegre, n.º 524, que usufruiu da permissividade do zoneamento (ZC-1), aliado ao MA-5 que apresentava elevados CA's e TO's (Figura 24).

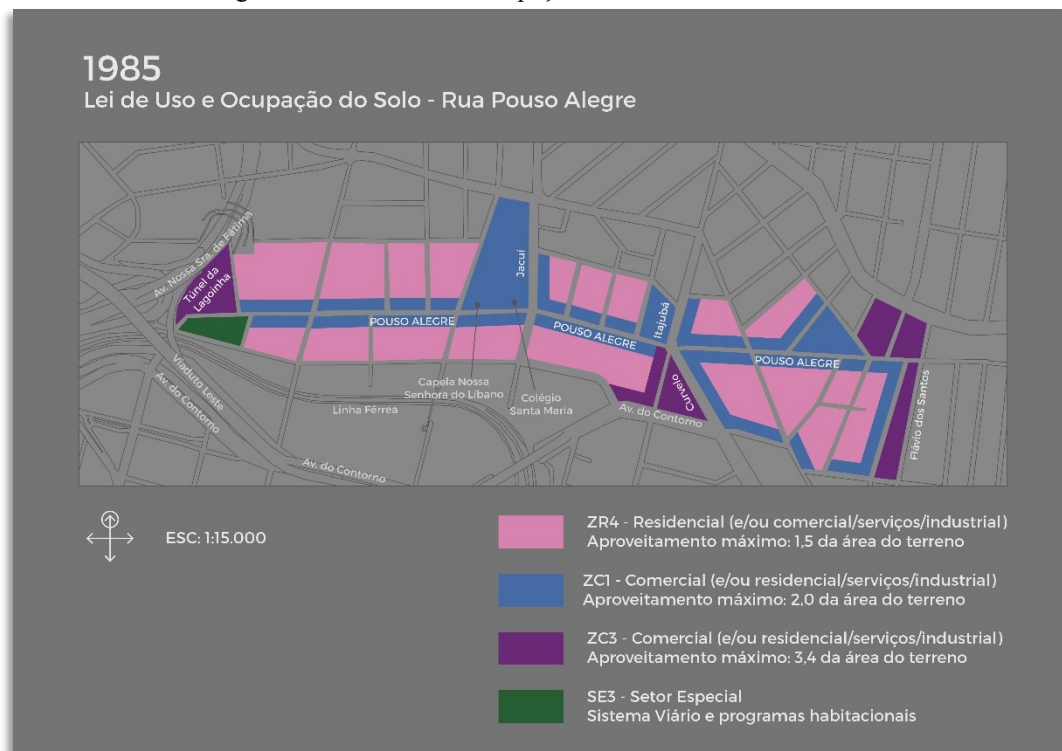
Apesar dos reflexos sob o âmbito da verticalização proveniente dessa legislação no bairro Floresta, observa-se que a rua Pouso Alegre apresenta um baixo índice de edificações verticais.

Em observação aos parâmetros atribuídos pelos zoneamentos compreendidos na área de pesquisa, percebe-se uma preocupação da escala do pedestre com o processo de verticalização em conformidade com a paisagem urbana, pois apesar dessa lei admitir um percentual elevado da TO e do CA, estabelece um afastamento frontal mínimo (três metros) em todos os modelos de assentamento, fator que contribuiu para uma melhor percepção do espaço da rua pela população.

Além dos serviços e do comércio de atendimento local instalados ao longo da rua Pouso Alegre, essa lei proporcionou um maior adensamento, atraindo ainda mais atividades comerciais, principalmente para a área do entorno dos cruzamentos da rua Pouso Alegre com as ruas Itajubá e Curvelo.

Com a revisão da lei no ano de 1985 (Lei n.º 4.034 – Figura 26), a região próxima ao túnel da Lagoinha passou a ser classificada como ZC-3, com coeficiente de aproveitamento máximo de 3,4 da área do terreno, conforme modelo de assentamento.

Figura 26: Lei de Uso e Ocupação do Solo n.º 4.034 de 1985



Fonte: Adaptado pelo autor a partir de dados da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 2016.

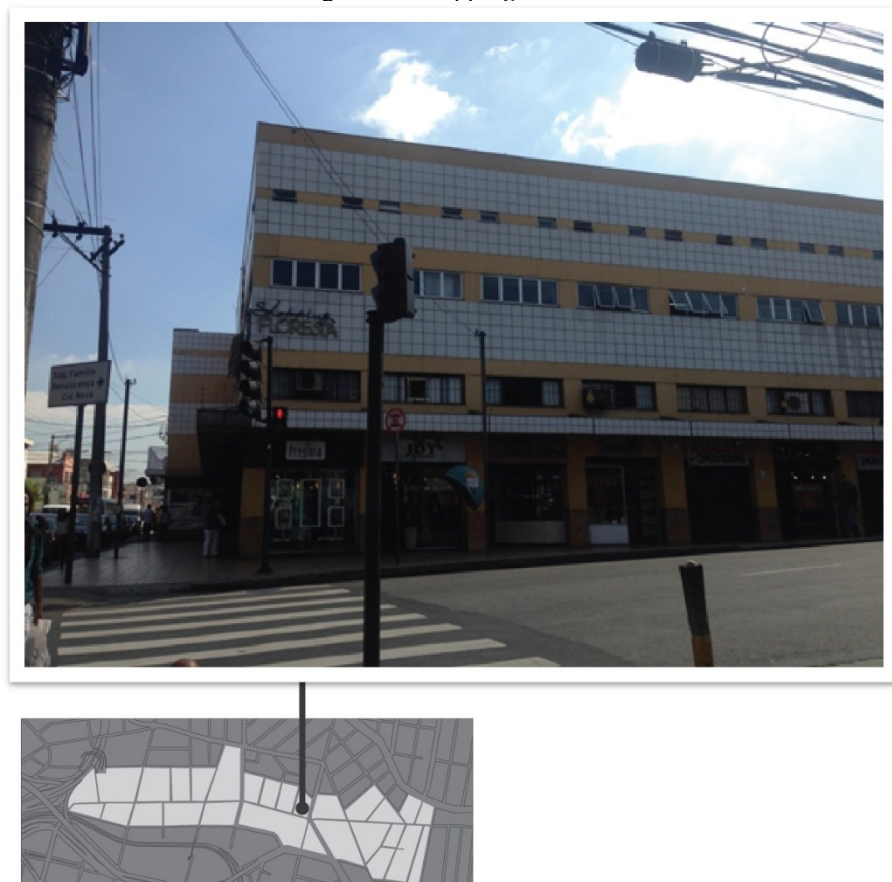
De acordo com Teixeira:

[...] a área compreendida pelas ruas Pouso Alegre, Sabará e Ubá, tiveram seus usos modificados de SE-3 na lei original para ZC-3. Obviamente deveriam manter suas funções sociais iniciais, mas não deixaram de se submeter às conceituações especulativas vigentes em ações inconsequentes não só dos que administravam, como também dos que decidem sobre bens públicos (TEIXEIRA, 1996, p. 52).

As demais quadras da rua não tiveram modificações quanto ao zoneamento estabelecido pela lei de 1976.

A permissividade da revisão de 1985 da LUOS e o tráfego intenso de veículos foram fatores que induziram o crescimento do setor comercial na rua. As atividades tradicionais presentes começaram a competir com o comércio/serviço de âmbito regional, principalmente com a chegada do *Shopping Floresta* (Figura 27), que usufruiu das diretrizes urbanísticas destinado a prédios de serviço.

Figura 27: *Shopping Floresta*



Fonte: Arquivo pessoal, 2016.

Após a implementação das primeiras LUOS, a cidade encontrou-se quase que totalmente urbanizada, fazendo-se necessário discipliná-la ou até mesmo contê-la.

Com o crescimento rápido e desordenado da cidade de Belo Horizonte, o poder público aprovou em 1996 uma nova lei para reger e controlar a ocupação e o uso do solo em toda extensão territorial.

Basicamente, a Lei n.º 7.166, sancionada em 27 de agosto de 1996 (Figura 28), estabeleceu normas e condições para parcelamento, ocupação e uso do solo urbano no município, constituindo um arcabouço legal que visando a um acordo da sociedade belo-horizontina diante da função social da propriedade urbana e da cidade. Os parâmetros urbanísticos propuseram zoneamentos para todo o município, estabelecendo normas para a relação entre os lotes e as ruas, ambos e os bairros, introduzindo o conceito de permeabilidade do solo, objetivando um maior conforto ambiental. Após cerca de um ano e meio de trabalho, o poder público apresentou à sociedade os seguintes documentos: Plano Diretor de Belo Horizonte, Lei de Uso e Ocupação do Solo, estudos básicos e a minuta dos projetos de lei (BELO HORIZONTE, 1996).

Figura 28: Lei de Uso e Ocupação do Solo n.º 7.166 de 1996



Fonte: Adaptado pelo autor a partir de dados da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 2016.

Dentre as alterações realizadas em substituição à LUOS de 1985, destaca-se a unificação do zoneamento ao longo do bairro Floresta, incluindo as quadras da rua Pouso Alegre do recorte territorial que pertenciam às zonas ZC-1, ZC-3, ZR-4 e SE-3 e que passaram a ser classificadas como zona de adensamento preferencial (ZAP).

Este novo zoneamento foi adotado para toda região de Belo Horizonte passível de adensamento, em decorrência de condições favoráveis de infraestrutura e de topografia, conforme considerações do poder público.

De acordo com os parâmetros urbanísticos estabelecidos para este zoneamento, cabe ressaltar que a taxa de ocupação se aplicaria somente a ele. O coeficiente de aproveitamento atuaria em conjunto com demais mecanismos como: quota de terreno por unidade habitacional, taxa de permeabilidade e afastamentos laterais e de fundos, conforme definição a seguir.

O potencial construtivo é calculado mediante a multiplicação da área total do terreno pelo coeficiente de Aproveitamento CA da zona em que se situa. [...] Quota de terreno por unidade habitacional é o instrumento que controla o nível de adensamento nas edificações destinadas ao uso residencial ou na parte residencial de uso misto. Considera-se taxa de permeabilização a área descoberta e permeável do terreno, em relação a sua área total, dotada de vegetação que contribua para o equilíbrio climático e propicie para o sistema público de drenagem urbana [...] (Lei n.º 7.166 – 27 de agosto 1996, p. 69).

Os Modelos de Assentamento adotados nas LUOS de 1976 e de 1985 foram substituídos por uma fórmula que relaciona os afastamentos, conforme descrito no anexo VII da Lei n.º 7.166 de 1996:

Fórmula: $A = 2,30 + (H - 12,00) / b$, sendo:

A - Afastamentos laterais e de fundos mínimos, em metros, quanto aos pavimentos obrigatoriamente recuados; 2,30 - afastamento mínimo, em metros, para pavimentos obrigatoriamente recuados, cujo H esteja situado entre 6,00 m e 12,00 m.

H - Diferença de cota, em metros, entre a laje de cobertura do pavimento ou do topo da edificação e o piso do primeiro pavimento acima da cota altimétrica média do alinhamento

12,00 - Limite superior, em metros, das diferenças de cota sujeitas a afastamento mínimo.

b = 10 - para edificações na ZCBH e na ZA

b = 4 - para edificações na ZAR, ZAP, ZP, ZCBA e ZCVN

(BELO HORIZONTE, 1996, p. 163).

Importante ressaltar que, a aplicação desta fórmula restringe o processo de verticalização em áreas de índice de ocupação elevado, pois quanto maior o valor de “b”, menores serão os afastamentos.

A tabela a seguir apresenta o zoneamento e os parâmetros urbanísticos adotados pela lei n.º 7.166 de 1996 para a área de pesquisa. Nota-se que o coeficiente de aproveitamento é o parâmetro urbanístico responsável por mudanças da paisagem urbana, pois sua aplicabilidade beneficiou a verticalização nas áreas internas adjacentes à rua, que se alterou de 1,5 para 1,7.

Tabela 2: Parâmetros urbanísticos de acordo com a lei n.º 7.166 de 1996

Zoneamento	Coefficiente de Aproveitamento	Cota de Terreno por Unidade Habitacional	Taxa de Ocupação	Taxa de Permeabilização	Altura Máxima na Divisa
ZAP	1,7	25 m ² /un.	-	20%	5,0 m

Fonte: Lei de Uso e Ocupação do Solo de 1996

Mesmo com o estímulo ao adensamento populacional pelo poder público através das diretrizes urbanísticas, tal fato ocorreu de forma pontual na rua Pouso Alegre, devido a dificuldades como implantação de edifícios multifamiliares em lotes pequenos e estreitos e negociações com os proprietários, por se tratarem, na maioria dos casos, de imóveis recebidos através de heranças.

O maior aumento populacional foi percebido no trecho da rua compreendido entre o túnel da Lagoinha e a rua Jacuí, considerado tipicamente residencial, ou seja, com características favoráveis à implantação de torres multifamiliares.

A médio e longo prazos, os ônus do crescimento populacional, mesmo que pontual, e da expansão do polo comercial da rua Pouso Alegre (classificada como de passagem), são o entafamento do sistema viário e degradação da paisagem construída. Esses fatores influenciaram diretamente nos novos parâmetros de hierarquização da via estabelecidos pela lei de 1996, que associados ao zoneamento, tenderam à polarização dos trechos da rua classificados como vias arteriais, e à preservação dos traços da ambiência nos trechos classificados como vias locais e coletoras.

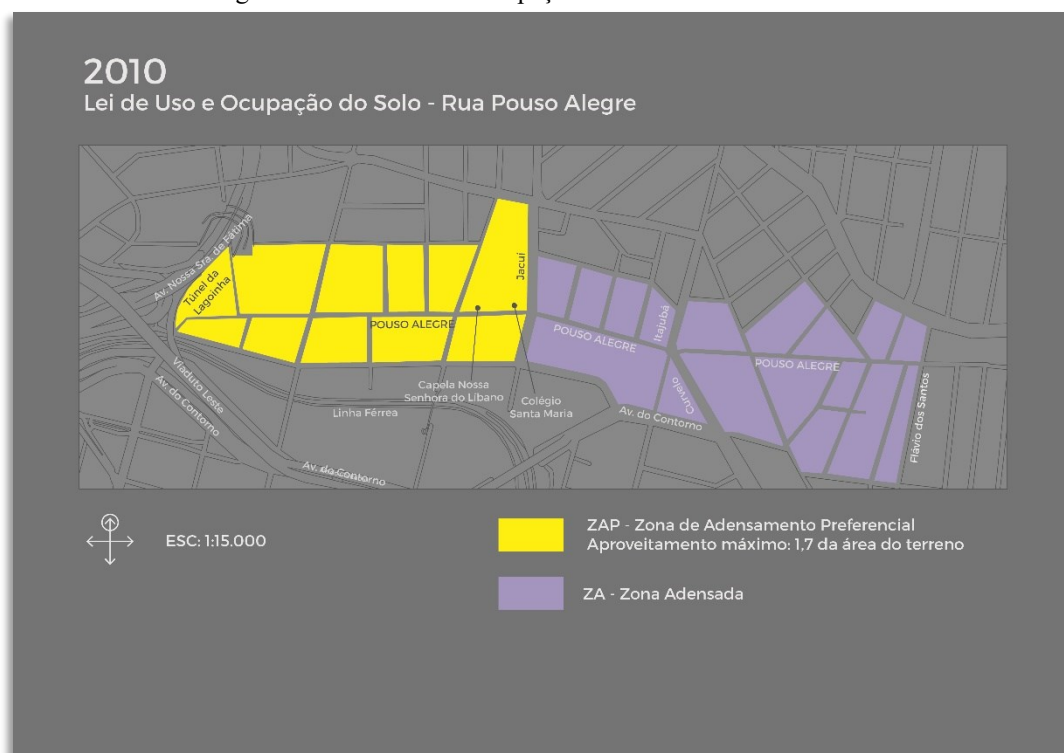
Diante do ainda elevado crescimento da população de Belo Horizonte, o poder público aprovou alterações na Lei n.º 7.166 de 1996, publicando no ano de 2000 a Lei n.º 8.137 de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo, que visou a adaptar a sociedade à dinâmica urbana, amenizando-a das consequências do crescimento.

Dentre as mudanças aprovadas para a cidade de Belo Horizonte, ressaltam-se as alterações de alguns zoneamentos e a hierarquização do sistema viário, além da inclusão de novos zoneamentos e áreas de diretrizes especiais (ADE's). Estas modificações não

interferiram diretamente no recorte territorial da pesquisa, mantendo-se inalterado às diretrizes estabelecidas pela lei anterior, embora parte da rua Curvelo, localizada na confluência na confluência com a rua Pouso Alegre, classificada como via local, passasse a ser considerada como via arterial. Fator que, aliado aos parâmetros urbanísticos estabelecidos pelas zonas de adensamento preferencial (ZAP), permitiu a instalação do comércio com âmbito regional, o que acentuou o tráfego de veículos, e conseqüentemente majorou o adensamento populacional nesta área.

No ano de 2010 novas modificações foram aprovadas e publicadas através da lei n.º 9.959, alterando algumas diretrizes adotadas pelas Leis 7.166 de 1996 e 8.137 de 2000. Dentre as várias modificações, destaca-se a inclusão da zona de adensamento (ZA) na área de pesquisa (Figura 29).

Figura 29: Lei de Uso e Ocupação do Solo n.º 9.959 de 2010



Fonte: Adaptado pelo autor a partir de dados da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 2016.

Portanto, as quadras da rua Pouso Alegre entre a rua Jacuí e a avenida Flávio dos Santos passaram a admitir parâmetros urbanísticos estabelecidos pelo novo zoneamento, que estabeleceu dois limites para o coeficiente de aproveitamento, o básico (CAB) e o máximo (CAM), interferindo diretamente na forma de utilização e ocupação do solo.

Tabela 3: Parâmetros urbanísticos da lei n.º 9.959 (2010)

Zoneamento	CAb	CAM	Observações
ZA	1,4 *1,8 **1,0	1,8 * 2,3 ** 1,3	* Opcionalmente para edificações exclusivamente residenciais, em terrenos com frente igual ou superior a 20 metros e área igual ou superior a 800 m ² . ** Para edificações não residenciais e parte não residencial das edificações mistas.

Fonte: Lei de Uso e Ocupação do Solo n.º 9.959 (2010)

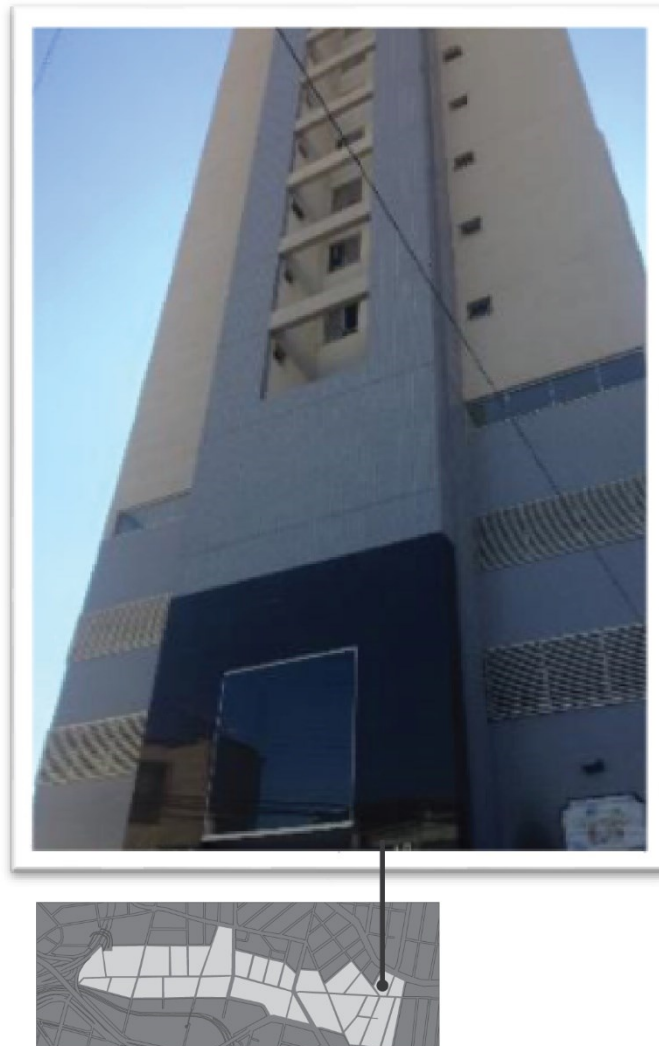
De acordo com essa legislação, todas as quadras pertencentes às zonas de adensamento (ZA) passaram a admitir índices urbanísticos maiores para a construção de edificações, principalmente de uso habitacional. Pode-se dizer que esta LUOS teve como objetivo principal estimular a verticalização e o adensamento populacional com este zoneamento, o que poderia acentuar o tráfego de veículos e transformar a paisagem urbana da rua Pouso Alegre nestas áreas, o que não ocorreu na prática.

O edifício Portal da Floresta, situado no encontro das ruas Pouso Alegre e Araripe é um exemplo pontual da permissividade à verticalização que a lei de 2010 concedeu à área de pesquisa. Admite um CAM de 2,3 para a parte residencial e 1,3 para a não residencial, com valor construtivo maior ao atribuído pela legislação anterior. De uso misto, a edificação é composta por 20 andares residenciais e uma galeria com várias lojas não só de atendimento local como também regional (Figura 30).

Portanto, tendo em vista as particularidades da atual LUOS, pode-se prever que a paisagem da rua no momento em que vier a transformar sua configuração poderá se assemelhar aos demais bairros da cidade.

Como forma de conter a verticalização e a descaracterização da paisagem do bairro Floresta, incluindo a Rua Pouso Alegre, previstas pelas leis urbanísticas, a Secretaria Municipal de Cultura elaborou o processo de proteção das edificações de valor histórico e cultural presentes no bairro com o intuito de preservar a paisagem local e sua ambiência.

Figura 30: Edifício Portal da Floresta



Fonte: Arquivo pessoal, 2016.

3.3 Formação do conceito do patrimônio histórico cultural

A cidade se nutre de tudo que se serve de signos porque tudo é chamado a funcionar como signo de forma fugidia ou durável. Este sobrepeso de signos e de suas potencialidades incomensuráveis passa a traçar as condições da aventura da percepção cotidiana da cidade (Henri-Pierre Jeudy).

O patrimônio engloba tudo o que tem valor para a história, que pode representar civilizações de períodos anteriores, nos permitindo conhecer sua cultura através dos valores presentes nos símbolos materializados. A arquitetura é também memória edificada, é patrimônio.

A preservação dos bens patrimoniais torna-se necessária à medida em que se configuram testemunhos de uma história, permitindo a formação da identidade e da continuidade cultural de uma sociedade.

Os valores e os significados dos elementos incorporados ao plano urbano da cidade interagem-se continuamente com o cotidiano humano e passam a ser identidade e marcos de uma sociedade.

Com o passar do tempo, a partir da necessidade de manter-se presente elementos físicos que fossem representativos da sociedade em seus diversos períodos, ressaltou-se a importância do patrimônio cultural. Quando os bens patrimoniais eram ameaçados por ações de vandalismo, a Igreja ou os aristocratas realizavam ações de preservação para resguardá-los. Da mesma forma, a reforma protestante ameaçou destruir os antigos monumentos do catolicismo inglês. Até então a proteção ao patrimônio era sempre de caráter urgente e ocasional.

O conceito de patrimônio surgiu à medida em que os países europeus começaram a entender que muitos monumentos possuíam capacidade de representar a nação. Para preservá-los, o Estado desenvolveu medidas de proteção ao patrimônio, as quais traduziam a compreensão de que os bens eram formadores de identidade.

Etimologicamente, o termo patrimônio refere-se a todos os bens comuns que herdamos e que são transmitidos de geração a geração. Conhecer a história é entender o cenário da vida do homem, é saber a origem, o significado e o porquê das tradições perpassadas pelas sociedades. Todo centro urbano, juntamente com seus bens móveis, imóveis ou naturais, que possua, reconhecidamente, valor inestimável para uma sociedade, é tido como patrimônio histórico cultural e passa a ser a identidade e o marco de uma geração. O reconhecimento desse patrimônio é atribuído a vários fatores, tais como: artístico, documental, científico, antropológico, religioso, histórico e espiritual para os bens móveis e imóveis, além da biodiversidade e do ecossistema conferido ao bem natural.

A visão da preservação abrangendo conjuntos e centros urbanos não é um fim em si mesmo, não é a perpetuação do bem cultural como objeto isolado, mas sim uma das formas de resgate da história de um lugar. O atual conceito de “patrimônio urbano” baseou-se na teoria do arquiteto Gustavo Giovannoni, que no ano de 1931 estabeleceu a relação de complementaridade que os valores estético e histórico dos bens culturais antigos têm com os novos bens. Durante o período de 1930 a 1970, as recomendações de proteção de

monumentos e de sítios urbanos contidas na carta de Atenas, fundamentadas nos conceitos de Giovannonni, foram primordiais para a elaboração de diretrizes de proteção nesse período.

A legislação brasileira despontou para a importância do patrimônio nacional após a divulgação da Carta de Atenas em 1931, que propunha o envolvimento do Estado na preservação dos bens patrimoniais. A Carta de Atenas foi o primeiro documento resultante de uma reunião que discutia a preservação e a conservação dos bens patrimoniais que na época eram considerados apenas monumentos.

Antes mesmo do impacto da referida Carta no Brasil, o escritor Mario de Andrade iniciou um projeto para o patrimônio nacional, em busca da preservação das obras arquitetônicas existentes, as quais garantiriam a formação da identidade nacionalista.

No ano de 1937, diante do anteprojeto de Mario de Andrade, a Organização de Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional oficializou o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), sendo o primeiro órgão federal de preservação dos bens culturais na América Latina.

No mesmo ano, foi promulgado o decreto lei n. ° 25, que estabeleceu ações de preservação para áreas urbanas bastante homogêneas, de estilo colonial, além de obras artísticas ou históricas de propriedade do governo ou da Igreja.

Após a Segunda Guerra Mundial no ano de 1945, diante de muitas cidades destruídas, houve a necessidade de uma organização a nível mundial que resgatasse os conceitos relacionados à restauração e à preservação das edificações patrimoniais. A partir dessa necessidade, criou-se a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (*United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* – UNESCO) e posteriormente organizações com interesse mais específicos no âmbito da restauração como o Conselho Internacional de Museus (ICOM) e o Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauração da Propriedade Cultural (ICROM).

Décadas após a elaboração da Carta de Veneza, o conceito de patrimônio incorporou ao monumento (objeto isolado) a preservação também do seu entorno, caso apresentasse relevância histórica. Como o auxílio às questões que vinham surgindo, a UNESCO criou o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (*International Council on Monuments and Sites* – ICOMOS), que tem como objetivo formular teorias e metodologias, além de promover a tecnologia para conservação dos monumentos e sítios históricos do mundo, ou seja, a preservação do patrimônio cultural.

O ICOMOS define patrimônio cultural como sendo:

[...] uma noção muito ampla, pode-se dizer que é tudo o que se relaciona com a cultura, com a história, a memória, a identidade das pessoas ou grupos de pessoas – coletividades de natureza diversa como grupos familiares, associações profissionais, grupos étnicos, nações – são os lugares, as obras de arte, as edificações, as paisagens, as festas, as tradições, os modos de fazer, os sítios arqueológicos. É tudo o que, para determinado conjunto social, interessa proteger por ser considerado como cultura própria, o que é base de sua identidade, o que o faz distinto de outros grupos, incluindo não somente monumentos e outros bens de caráter físico, mas a experiência vivida, que se condensa na linguagem, nos conhecimentos, nas tradições, nos modos de usar bens e espaços. (Disponível em: <http://www.icomos.org.br/001_001.html>. Acesso em: 22 abril 2016).

A discussão sobre a importância da preservação do entorno da obra edificada se fortificou com a elaboração da Carta de Amsterdã em 1975, que passou a considerar não somente a obra e o seu entorno, mas todo os conjuntos edificados, bairros e vilas com valor histórico e cultural.

Sendo o patrimônio um bem que possui significação cultural, o conceito traduzido pela Carta de Burra (1980), englobou através da palavra “bem” uma diversidade de abrangência que cobre desde um monumento a um conjunto de edificações definidos a partir das peculiaridades de cada patrimônio.

Neste mesmo ano, houve uma revisão conceitual do espaço urbano pela qual propôs-se uma leitura mais apurada da ambiência criada pela diversidade arquitetônica existente e sua contribuição para a coesão e a conservação dos valores identificados em um contexto urbano. O patrimônio cultural foi conceituado através de suas formas de expressão; de seus modos de criar, fazer e viver; das tecnologias; das obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; e dos conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. Coube ao poder público a proteção, preservação e gestão do patrimônio histórico e artístico do país.

A ampliação do conceito no Brasil foi confirmada legalmente na Constituição Federal de 1988 no art. 216 (Brasil, 1988):

Constitui patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os

conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Com base no referido conceito atribuído ao patrimônio cultural, iniciou-se o movimento para a criação da política de proteção de bens culturais em Belo Horizonte em 1984, com a aprovação da lei que institui o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte, e em 1993, foi designado o órgão municipal responsável pela implementação e gestão da política de proteção ao patrimônio cultural, atualmente representado pela Diretoria do Patrimônio Cultural de Belo Horizonte.

A política de proteção dos bens culturais fundamenta-se no Inventário de Conjuntos Urbanos para sua atuação, que é definido a partir do espaço de valor simbólico e/ou polarizador, onde são encontradas ambiências e edificações que apresentam expressivo significado histórico e cultural. Essas áreas destacam-se por exercerem uma função estratégica na estruturação e compreensão da paisagem urbana e de suas formas de ocupação.

Em Belo Horizonte, os bairros de tradição mantêm ainda sua identidade. Floresta, Lagoinha, Santa Tereza, Santa Efigênia, Prado, Cruzeiro, Serra, Funcionários, Barro Preto, contemplam sua imagem cristalina refletida nos olhos de seus moradores. Qualquer intervenção deve ser no sentido da revitalização criadora e sensível desses universos em permanente expansão. É nessa reordenação que o espaço urbano poderá se humanizar. Com invento e arte (SILVIA E D'AGUIAR, 1989, p. 223).

A preservação do patrimônio cultural tem como premissa a manutenção da identidade e da memória do imaginário coletivo, tanto por seu valor histórico-urbanístico, quanto por seus espaços edificados, que com o passar do tempo, incorporaram-se na dinâmica da cidade, na configuração da paisagem urbana e no cotidiano dos seus moradores, além de promover a qualidade de vida dos cidadãos e a reabilitação do patrimônio histórico da cidade.

A melhoria da qualidade de vida [...], tão ameaçada nos dias de hoje, depende em parte desse conhecimento e da valorização da cultura que nos cerca. Tão importante quanto preservar a natureza é também manter a feição dos lugares, ruas e outros ambientes que conformam a localidade em que vivemos e são incorporados e apreciados no nosso cotidiano (MARIANI, 1992, p. 50).

A proteção do bem cultural passa a integrar-se ao cotidiano da comunidade e deve ser partilhada com organizações sociais capazes de uma ação efetiva. Uma das formas de se proteger esse patrimônio cultural é o tombamento, que de acordo com o IPHAN:

O tombamento é um ato administrativo realizado pelo Poder Público, nos níveis federal, estadual ou municipal. Tem como objetivo preservar bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo a destruição e/ou descaracterização de tais bens. Pode ser aplicado aos bens móveis e imóveis, de interesse cultural ou ambiental. É o caso de fotografias, livros, mobiliários, utensílios, obras de arte, edifícios, ruas, praças, cidades, regiões, florestas, cascatas, etc. Somente é aplicado aos bens materiais de interesse para a preservação da memória coletiva. (Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12576&retorno=paginaIphan>>. Acessado em 22 de abril de 2016).

Assim, o espaço urbano é considerado como referencial simbólico e, em termos arquitetônicos, considera-se que não somente o patrimônio colonial, mas todas as intervenções estilísticas e períodos históricos têm interesse para a preservação, sempre que reforcem uma ambiência e contribuam para a coesão e a manutenção dos valores identificados em um conjunto urbano. Neste sentido, considera-se que o que deve ser lembrado ou esquecido, preservado ou desaparecido, não se relaciona necessariamente a acontecimentos e pessoas consideradas notáveis, mas a todas as manifestações sociais.

3.4 A importância da preservação do patrimônio cultural

A sociedade é dotada de vários fatores culturais que são transmitidos ao longo do processo histórico. Esse desenvolvimento perfaz gerações através de seus artefatos místicos e religiosos, os quais norteiam a sua forma de pensar e agir. Tendo em vista que o processo evolutivo se dá por meio do conhecimento da história, a conservação do patrimônio permite que a população local reconheça, compreenda e se relacione de forma mais harmônica com o seu território. Com isso, o patrimônio como parte significativa de identificação do contexto social e espacial, através da memória, possibilita rever o passado no presente.

O patrimônio deixa de ser considerado uma responsabilidade de outros e passa a ser de cada indivíduo, mesmo que apenas em caráter social, com atenção para as medidas adotadas pelo proprietário do bem, que possam influenciar na sua conservação. O primeiro objetivo do ato da preservação é resguardar a identidade cultural, que somente se faz presente quando se tem contato com bens históricos representativos e suas essências, como valores históricos, culturais e estéticos. Quando descartados, podem ocasionar a perda da identidade. A presença do patrimônio material no meio urbano é a representação dos diferentes períodos que formam a cidade e de sua importância nesse processo, garantindo um diálogo entre o passado e o futuro.

Entendemos que, a importância de preservar informações em quaisquer tipos de suporte provem da necessidade de resguardar o passado, no intuito de entender o presente e fazer prospecções ao futuro com base nas experiências vivenciadas anteriormente (MENDES; SANTOS e SANTIAGO, 2010, p. 2).

A compreensão da cidade pelo homem determina como ele se sente em relação ao espaço que habita, e essa relação, quando positiva, possibilita uma melhoria em sua qualidade de vida. A preservação é um ato de cuidado que pode acontecer por intervenções físicas e também sociais.

No Brasil, a preservação do patrimônio material tem sido emergencial, buscando resgatar o que parcialmente já foi perdido. Essa situação é resultado de uma cultura de descaso com o bem histórico que vem acompanhando muitas gerações. De modo geral, só se atua no momento em que conservar não é mais a solução, e sim a necessária intervenção de recuperação da edificação. Para haver uma alteração desse quadro atual, necessita-se de uma reeducação dos conceitos preservacionistas aplicados à realidade urbana para toda a sociedade. O governo pode tomar para si a responsabilidade de proteção dos bens materiais através do tombamento.

A conservação do patrimônio material é importante no sentido de se manterem as características próprias da edificação, no entanto, as alterações que não a descaracterizam e conservam sua memória são válidas no sentido de mantê-las vivas e atuantes na dinâmica da cidade através do processo evolutivo. A ideia da homogeneização embutida no atual contexto da globalização traduz-se na busca incessante de registro do passado, que visa responder às indagações do presente através da singularidade do lugar e da sociedade. Desde a década de 1980 já se identificava essa preocupação de preservar o passado sob as perspectivas do futuro:

A preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural é necessária, pois esse patrimônio é o testemunho vivo da herança cultural de gerações passadas que exerce papel fundamental no momento presente e se projeta para o futuro, transmitindo às gerações por vir as referências de um tempo e de um espaço singulares, que jamais serão revividos, mas revisitados, criando a consciência da intercomunicabilidade da história (ICOMOS, 1980).

A preservação visa ao resgate da memória da cidade através da proteção e manutenção dos bens históricos. O ato de salvaguardar percorre os níveis de intervenção física que vão desde a manutenção até a restauração, dependendo do estado de degradação que a edificação se encontra. Para que as intervenções físicas sejam reduzidas diante de uma conservação adequada dos bens, são necessárias intervenções sociais de valorização, de reconhecimento da

importância destes pela população. A compreensão da história destes bens e a sua relação com o entorno também é uma intervenção importante de identificação. Portanto, as transformações e as tenacidades contidas ao longo do tempo, configuram a paisagem edificada e devem ser analisadas sob a ótica patrimonial.

3.5 A proteção do Conjunto Urbano Bairro Floresta

Os bens históricos e culturais presentes no bairro Floresta apresentam fortes características que remetem ao momento da primeira fase de ocupação da cidade de Belo Horizonte, como os usos e os modos de apropriação material e simbólica dos espaços físicos, elementos de relevância num contexto urbano, sendo testemunhos da história da cidade.

Uma das formas de proteger o patrimônio histórico cultural é por meio do tombamento, instituição legal ligada ao poder público. De acordo com Castriota:

No caso do Brasil, neste primeiro modelo pertencer ao patrimônio vai ter, ao lado de um significado cultural, um significado jurídico quase único: preservar se identificava, quase exclusivamente, com “tombar” (CASTRIOTA, 2009, p. 156).

Visando à proteção dos espaços que conformam o cenário urbano do bairro e que apresentam grande importância para a cidade, o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural definiu, no ano de 1996, a partir de pesquisas elaboradas e concluídas pela equipe técnica da Secretária de Cultura, a proteção do Conjunto Urbano Bairro Floresta, a qual baseou-se nos critérios de relevância histórica, estilístico, uso e estético atribuídos a uma série de edificações que foram relacionadas segundo os graus de proteção:

Registro fotográfico - primeiro grau de proteção, correspondente à montagem de um registro detalhado da edificação, que deve ser documentada em seus aspectos arquitetônicos. / Tombamento parcial - proteção incidente sobre partes ou aspectos do bem cultural analisados. [...]: / Tombamento de fachada – proteção incidente sobre os planos das fachadas do edifício. / Tombamento de volume - proteção incidente sobre todos os planos exteriores que conformam o edifício (fachadas, telhados, etc.). / Tombamento de altimetria - proteção incidente sobre a altura da edificação. Toda nova construção no lote deverá seguir a altimetria, para se harmonizar com o conjunto pré-existente (BELO HORIZONTE, 1994, p. 76-77).

Considerando o processo de verticalização, a demolição e a descaracterização de edificações antigas ameaças à paisagem construída e sua ambiência expressa nas cenas urbanas do cotidiano local do bairro, foi elaborado um estudo documental e de campo pelo

Departamento de Memória e Patrimônio Cultural, tendo em vista os conceitos de mancha urbana, pedaço, trajeto, pórtico e circuito, elaborados pelo Núcleo de Antropologia Urbana da Universidade da USP (NAU/USP):

A categoria pedaço é formada por dois elementos básicos: um de ordem espacial, físico que configura um território claramente demarcado. [...] O segundo elemento - a rede de relações - instaura um código capaz de separar, ordenar, classificar. É no horizonte da vida do dia-a-dia que o pedaço se inscreve, possibilitando o ingresso e participação naquelas práticas de forma coletiva e ritualizada. (MAGNANI, 2002, p. 37).

[...] A mancha, ao contrário - sempre aglutinada em torno de um ou mais estabelecimentos, apresenta uma implantação mais estável, tanto na paisagem como no imaginário. [...] Uma área contígua do espaço urbano dotada de especificidade, competindo ou complementando - uma atividade ou prática predominante. (MAGNANI, 2002, p. 38).

O trajeto aplica-se a fluxos no espaço mais abrangente da cidade e no interior das manchas urbanas. Na paisagem mais ampla e diversificada da cidade, trajetos ligam pontos e manchas, complementares ou alternativos. [...] No interior das manchas os trajetos são de curta extensão, na escala do andar. (MAGNANI, 2002, p. 38).

Há, por fim, a noção de circuito. Trata-se de uma categoria que descreve o exercício de uma prática ou a oferta de determinado serviço por meio de estabelecimentos, equipamentos e espaços que não mantêm entre si uma relação de contiguidade espacial, sendo reconhecido em seu conjunto pelos usuários habituais: por exemplo, o circuito *gay*, o circuito dos cinemas de arte, o circuito neoesotérico, dos salões de dança e shows *black*, do povo-de-santo, dos antiquários, dos *clubber's* e tantos outros. (MAGNANI, 2002, p. 38).

A mancha urbana estabelecida por este estudo foi representada por cinco pedaços, que se distinguem pelos usos, equipamentos comunitários e urbanos, modos de ocupação e apropriação dos espaços físicos. São eles: Rua Aquiles Lobo e adjacências, Praça Comendador Negrão de Lima e adjacências, Centro Comercial do Floresta, Avenida Assis Chateaubriand e adjacências e Rua Célio de Castro e adjacências.

O Departamento de Memória e Patrimônio Cultural enquadrou a rua Pouso Alegre nos seguintes pedaços: rua Célio de Castro e adjacências, Centro Comercial do Floresta e Praça Comendador Negrão de Lima e adjacências (Anexo A):

Pedaço rua Célio de Castro: polarizado pela rua Célio de Castro, apresenta uma grande quantidade de edifícios ecléticos implantados no alinhamento, com uma predominância marcadamente horizontal na sua paisagem. O pedaço se caracteriza como uma das áreas mais antigas da cidade, onde residiam figuras importantes de nossa história como os escritores Carlos Drummond de Andrade, Pedro Nava e seu tio, Coronel Júlio Pinto, o qual trabalhou na construção da nova capital. Pedaço Praça Comendador Negrão de Lima: Compreende a área da antiga chácara Negrão de Lima, cuja sede remanescente foi tombada em 2003. A chácara abrangia toda área da quadra lindeira à Praça Negrão de Lima e, através de seu desmembramento,

foram instalados a própria praça e os lotes que hoje abrigam casas com grandes quintais de árvore frutíferas remanescentes e também com grandes jardins frontais que ampliam visualmente as vias urbanas e valorizam sua ambiência. A predominância residencial é a tônica do “pedaço” que se organiza em torno da praça. A presença do Colégio Santa Maria e sua capela, qualificam especialmente o local, sendo tradicional não apenas para o bairro, mas para toda a cidade. Pedaço Centro Comercial: caracteriza-se por abrigar colônias de imigrantes de variadas procedências, com destaque para os italianos, que ali edificaram prédios de uso misto, principalmente residencial e comercial, que são característicos dos sobrados do bairro. Por isso a região apresenta um número significativo de casas comerciais, algumas delas tradicionais na cidade, como a famosa Sorveteria Universal e a Fábrica de Balas Lalka. Próximo a elas, em frente à Igreja Nossa Senhora das Dores, na avenida do Contorno, realizam-se vários encontros da comunidade local, especialmente o seu famoso “footing”. Também nas proximidades se instalou o primeiro cinema da cidade, o velho Cine Floresta denominado carinhosamente de “Florestinha” (Maria Ângela Reis de Castro - Guias de bens tombados de Belo Horizonte 2006, p. 42. Grifo meu).

O Conselho definiu então o tombamento e o respectivo tipo de proteção de aproximadamente 300 bens culturais no bairro, compreendendo edificações, escolas, igrejas, praças e viadutos, além de restrições quanto à altimetria das edificações a serem construídas, ou seja, a nova edificação teria que possuir a mesma altura do imóvel tombado.

Desses bens, 49 situam-se no trecho da pesquisa da rua Pouso Alegre, sendo 33 atribuídos à categoria de tombamento e 16 à categoria de interesse cultural/registro documental, conforme Tabela 4. Também foram estabelecidas diretrizes altimétricas que limitaram a altura dos novos edifícios em 9 e 13 metros para toda a área de abrangência do tombamento provisório.

Tabela 4: Edificações com tombamento provisório no ano de 1996

Id.	Localização	Tipo de Proteção
1	Rua Pouso Alegre, 80	Tombamento: fachadas frontal/lateral esquerda e volume
2	Rua Pouso Alegre, 128	Interesse cultural/registro documental
3	Rua Pouso Alegre, 134/136	Interesse cultural/registro documental
4	Rua Pouso Alegre, 224	Interesse cultural/registro documental
5	Rua Pouso Alegre, 252	Tombamento: fachada frontal e volume
6	Rua Pouso Alegre, 262	Tombamento: fachada frontal e volume
7	Rua Pouso Alegre, 273	Tombamento: fachada frontal e volume
8	Rua Pouso Alegre, 282	Tombamento: fachadas frontal/lateral esquerda e volume
9	Rua Pouso Alegre, 290	Tombamento: fachadas frontal/lateral direita e volume
10	Rua Pouso Alegre, 295	Tombamento: fachadas frontal/lateral direita e volume

Id.	Localização	Tipo de Proteção
11	Rua Pouso Alegre, 303	Tombamento: fachadas frontal/laterais e volume
12	Rua Pouso Alegre, 331	Tombamento: fachadas frontal/laterais e volume
13	Rua Pouso Alegre, 338/346	Tombamento: fachada frontal e volume
14	Rua Pouso Alegre, 357/361	Tombamento: fachadas frontal/laterais e volume
15	Rua Pouso Alegre, 404	Tombamento: fachadas frontal/lateral direita e volume
16	Rua Pouso Alegre, 430	Interesse cultural/registro documental
17	Rua Pouso Alegre, 510	Tombamento: fachadas frontal/laterais e volume
18	Rua Pouso Alegre, 569	Tombamento: fachadas frontal/laterais e volume
19	Rua Pouso Alegre, 570	Tombamento: fachadas frontal/lateral direita e volume
20	Rua Pouso Alegre, 645	Tombamento: fachadas frontal/laterais e volume
21	Rua Pouso Alegre, Capela N.S. do Líbano	Tombamento: integral
22	Rua Pouso Alegre, 746	Interesse cultural/registro documental
23	Rua Pouso Alegre, 758	Interesse cultural/registro documental
24	Rua Pouso Alegre, 796/806	Interesse cultural/registro documental
25	Rua Pouso Alegre, 810/816	Tombamento: fachada frontal e volume
26	Rua Pouso Alegre, 833	Tombamento: fachadas frontal/laterais e volume
27	Rua Pouso Alegre, 863	Interesse cultural/registro documental
28	Rua Pouso Alegre, 933	Interesse cultural/registro documental
29	Rua Pouso Alegre, 1090/1098	Interesse cultural/registro documental
30	Rua Pouso Alegre, 1095/1099	Tombamento: fachada frontal e volume
31	Rua Pouso Alegre, 1102/1106	Tombamento: fachada frontal e volume
32	Rua Pouso Alegre, 1118	Tombamento: fachada frontal e volume
33	Rua Pouso Alegre, 1130	Tombamento: fachada frontal e volume
34	Rua Pouso Alegre, 1143	Interesse cultural/registro documental
35	Rua Pouso Alegre, 1150	Tombamento: fachada frontal e volume
36	Rua Pouso Alegre, 1215/1219	Tombamento: fachada frontal e volume
37	Rua Pouso Alegre, 1222	Tombamento: fachadas frontal/lateral esquerda e volume
38	Rua Pouso Alegre, 1247	Interesse cultural/registro documental
39	Rua Pouso Alegre, 1273/1283	Tombamento: fachadas frontal/lateral direita e volume

Id.	Localização	Tipo de Proteção
40	Rua Pouso Alegre, 1300	Interesse cultural/registro documental
41	Rua Pouso Alegre, 1333	Interesse cultural/registro documental
42	Rua Pouso Alegre, 1354/1356/1358/1362	Tombamento: fachadas frontal/laterais e volume
43	Rua Pouso Alegre, 1382/1388/1390	Tombamento: fachada frontal e volume
44	Rua Pouso Alegre, 1379/1389/1399	Interesse cultural/registro documental
45	Rua Pouso Alegre, 1396/1400	Interesse cultural/registro documental
46	Rua Pouso Alegre, 1416/1422	Tombamento: fachadas frontal/lateral direita e volume
47	Rua Pouso Alegre, 1426/1428/1434	Tombamento: fachada frontal e volume
48	Rua Pouso Alegre, 1444	Tombamento: fachada frontal e volume
49	Rua Pouso Alegre, 1456	Tombamento: fachada frontal e volume

Fonte: Dados de pesquisa

Antes mesmo da deliberação do tombamento definitivo das edificações por parte do Conselho, alguns moradores, influenciados pela especulação imobiliária vigente, e com o auxílio das mídias, se manifestaram contrários ao tombamento de suas edificações (Figura 31).

Figura 31: Protesto contra o processo de tombamento provisório



Fonte: Magni, 2012, p. 166.

A partir de então, a Câmara de Vereadores e os inúmeros moradores opositores ao tombamento provisório começaram a questionar o Conselho, que em pouco tempo, recuou pela tamanha insatisfação. Tal fato poderia ter sido minimizado ou até mesmo evitado, caso houvesse a participação dos moradores nos estudos de proteção do bairro.

Com isso, fez-se necessária a análise das impugnações apresentadas pelos proprietários indignados com o processo de tombamento provisório por parte do Departamento de Memória e Patrimônio Cultural, que com base nos critérios arquitetônico e urbanístico, e levando em consideração o estado de conservação das edificações, a existência de intervenções desqualificadoras e a articulação ou não da edificação com as outras da mesma quadra ou do mesmo pedaço, apresentou contestações objetivas às referidas impugnações. Esses tradicionais critérios extraídos a partir da arquitetura e da paisagem construída subsidiou o conselho quanto ao acatamento ou não de cada uma das impugnações, abrindo o leque para diversos questionamentos. Diante das oposições e sem o amparo que legitimasse o processo de tombamento provisório de 49 edificações situadas na rua Pouso Alegre, 39 apresentaram solicitação de impugnação ao tipo de proteção, das quais 26 foram acatadas (Figura 32).

Figura 32: Resultado do processo de proteção no Conjunto Bairro Floresta



Fonte: Dados de pesquisa, 2016.

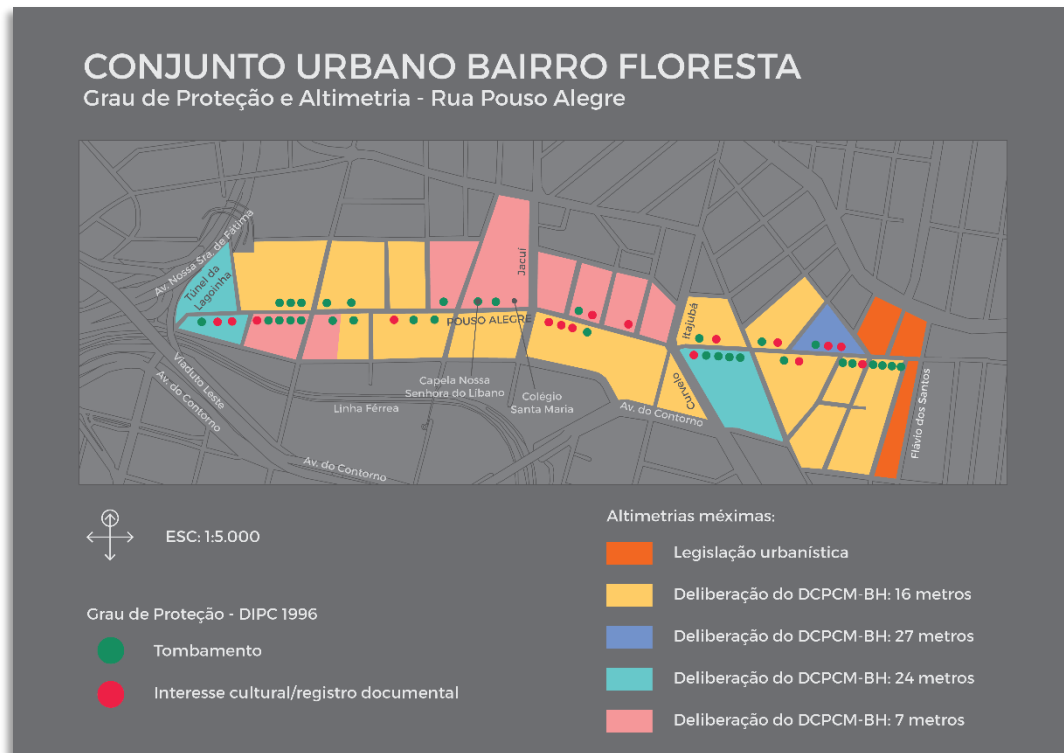
Com isso, o grupo de pessoas favoráveis à proteção do bairro temia que o cancelamento do tombamento de alguns bens provocasse um processo de destruição da paisagem local com a demolição dessas casas, o que não ocorreu com a dimensão prevista.

Os proprietários que não se manifestaram e os que tiveram a impugnação negada recebiam um comunicado com a justificativa do tombamento definitivo da sua edificação, e tinham 15 dias para manifestação. Tal manifestação compunha um dossiê, reafirmando a importância daquele tombamento. As edificações com a impugnação deferida e aquelas cujos tombamentos foram cancelados passaram a pertencer ao segundo grau de proteção, tendo os proprietários permissão para demolir.

Sendo assim, no ano de 2006, o Conselho, impelido pelo poder político, aprovou medidas de revisão ao processo de proteção do Conjunto Urbano Bairro Floresta, incluindo o reestudo de altimetrias e diretrizes especiais para as novas construções, visando a aumentar a densidade populacional nessa região através da verticalização.

Registra-se que o limite altimétrico estabelecido para as áreas de abrangências dos bens tombados na rua Pouso Alegre passou de 9 e 13 metros para 7, 16, 24 e 27 metros (Figura 33), fator considerável para um aumento da verticalização, e conseqüentemente para a homogeneização, podendo ocasionar um elevado grau de adensamento ao longo da rua, o que não ocorreu com a intensidade prevista.

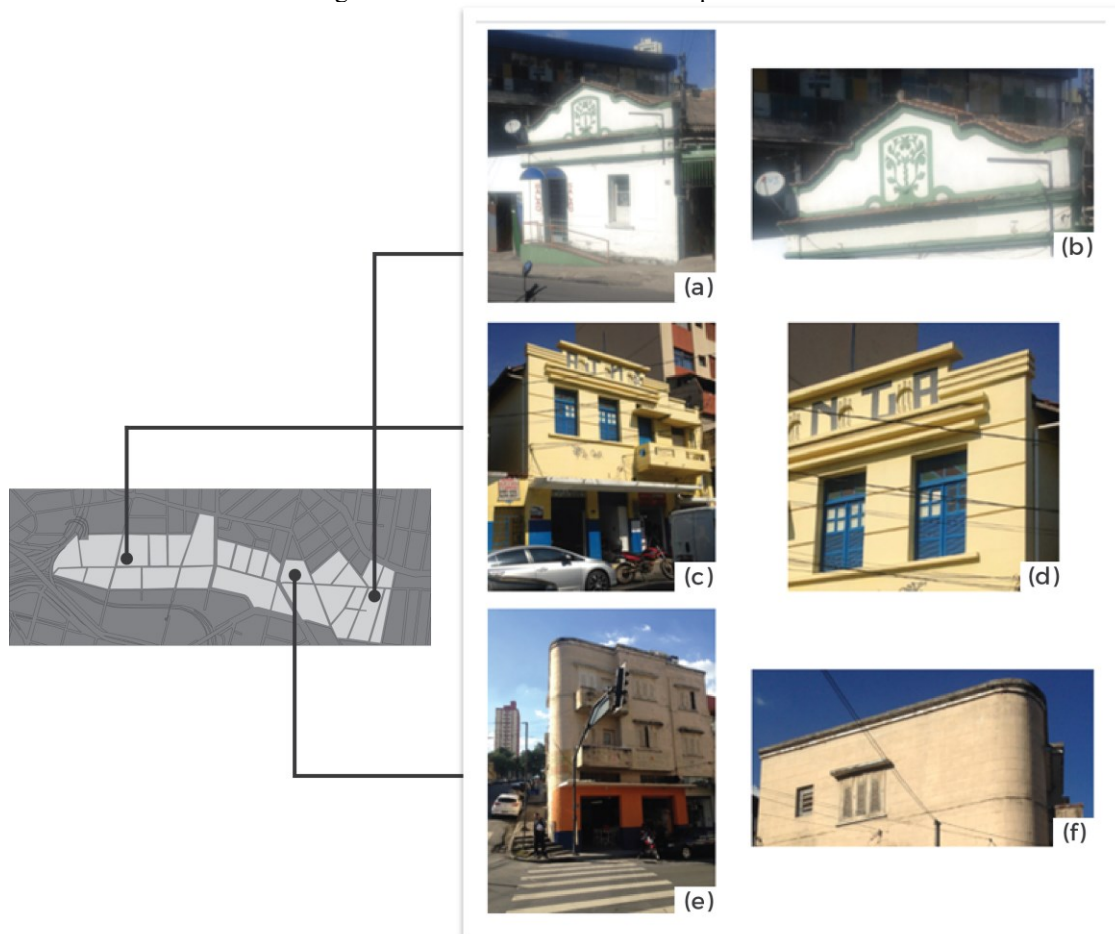
Figura 33: Grau de proteção e altimetria



Fonte: Dados de pesquisa, 2016.

O riquíssimo patrimônio edificado da rua Pouso Alegre pode ser percebido em ambas as áreas, pois expressa uma diversidade de linguagens e de estilos acumulada com o tempo (Figura 34).

Figura 34: Diversidade de estilos arquitetônicos



- (a) Rua Pouso Alegre, 1456 – Estilo eclético (2ª fase com influência neoclássica), possivelmente da década de 1920.
 (b) Detalhe.
 (c) Rua Pouso Alegre, 331 – Estilo *art déco*, possivelmente da década de 1930.
 (d) Detalhe.
 (e) Rua Pouso Alegre, 1095/1099 – Estilo protomoderno, possivelmente da década de 1940.
 (f) Detalhe.

Fonte: Arquivo pessoal, 2016.

O patrimônio edificado materializado corresponde às construções utilizadas para acolher diversas funções necessárias à sobrevivência humana. Pode-se dizer que as edificações contam histórias, porém, enquanto nos livros são as palavras que traduzem significados, nos edifícios são as formas, os materiais, os contextos urbanos e espaciais que podem dizer algo que se aproxima de uma determinada comunidade ou de um determinado lugar. Ao se observar uma edificação residencial, muitas vezes não se percebe o grande patrimônio cultural acumulado através do tempo. A presença da imagem arquitetônica contribui para a percepção de saberes de diversos povos, conhecimentos passados de geração para geração, inclusive através do encontro entre culturas.

É possível ter uma percepção imediata do muito que ali aconteceu ou acontece, apenas observando sua arquitetura. Além do aspecto funcional, os edifícios também possuem um aspecto estético ligado às formas e outro técnico ligado às tecnologias e aos materiais utilizados em sua construção. Todos esses elementos contribuem para a leitura e a interpretação do patrimônio edificado. O mesmo acontece com os traçados urbanos, pois, ao longo do tempo, foram ocorrendo alterações urbanísticas que substituíram os traçados anteriores, que podem ser identificados através de suas matrizes. O patrimônio edificado não é mais relevante do que as outras formas de manifestações culturais, mas, sem dúvida, é tão importante quanto, pois se manifesta nos espaços em que vivemos ou pelos quais passamos.

A arquitetura, ao se transformar em espaço de representação simbólica e referencial urbano, facilita a compreensão do processo de formação. Ela dá a escala do tempo e ajuda a entender as condições de vida sociais e econômicas das gerações anteriores. Assim, os moradores devem tornar-se os guardiões de suas tradições e de suas memórias através da manutenção de seus múltiplos espaços socioculturais. É neste sentido que a preservação dos bens culturais situados à rua Pouso Alegre ganha importância, visto que estas edificações correspondem a um raro exemplar característico do tradicional bairro de Belo Horizonte, o Floresta, que marcaram a primeira fase de ocupação da cidade, com o esplendor do seu comércio e serviços, que se misturam às residências com belas fachadas, alpendres, jardins e pinturas decorativas.

4 A PAISAGEM DA RUA POUSO ALEGRE

Construída e ocupada juntamente com a fundação da cidade de Belo Horizonte, a rua Pouso Alegre é tradicionalmente caracterizada como um importante corredor comercial, marcada por um grande elenco de atividades comerciais e de prestação de serviços, que se misturam às residências. Considerada um importante referencial urbano e arquitetônico, sua paisagem construída é rica e variada com situações fortemente referenciadas à sua história de ocupação e aos diferentes núcleos sociais que ali convivem. Ao longo do tempo, a paisagem original foi se transformando, principalmente após a aprovação das Leis de Uso e Ocupação do Solo. A proteção do Conjunto Urbano Bairro Floresta garantiu a preservação das edificações de valor histórico e patrimonial favorecendo a paisagem da rua.

O que dizem as pessoas sobre a rua? Sobre as mudanças e suas permanências? A história contada permite identificar as transformações através da memória contida em cada geração.

A memória está imbuída de vastidão de possibilidades, que a tornam infinitamente rica em suas manifestações. É um instrumento valioso para a construção de narrativas, que registram modos de freqüentar o mundo, fazendo a trama da vida existir como drama ou comédia. (GROSSI apud DELGADO, 2006, p. 59).

Este capítulo permite também conhecer o universo simbólico da rua na voz de seus moradores a partir de suas lembranças.

4.1 Tenacidades: edificações que persistem ao tempo e sua importância

“Nós não herdamos a Terra dos nossos antepassados, nós tomamo-la de empréstimo às gerações futuras.” Antoine Saint-Éxupéry.

Diante de uma cidade que se transforma, as construções antigas, luxuosas ou simples, remetem à uma época cuja história se entrelaça na memória e no modo de viver de cada geração. Uma edificação antiga se destaca em meio a novas construções pela singularidade espacial que permeia a visibilidade humana. A experiência visual retratada pela paisagem da rua Pouso Alegre mostra que grande parte dessas relíquias ainda resistem ao tempo e às pressões especulativas.

Um dos indicadores mais convenientes para a leitura do conjunto de imagens da rua consiste na intensidade de circulação de pessoas e veículos. Todavia, considerando que a rua é uma das principais artérias do bairro Floresta, pode-se relacionar diretamente a intensidade de sua transformação e a permanência de seu patrimônio.

A rua Pouso Alegre possui um conjunto patrimonial edificado rico em história, porém incompreendido por parte da população e até mesmo por alguns moradores. Essa desvalorização é resultado da deficiência de uma cultura que possa reconhecer os passos dados no decorrer de seu desenvolvimento e aprender com eles sobre própria história.

O descarte do patrimônio edificado neste espaço dificulta a compreensão do bairro pela ausência cada vez maior de marcos significativos da memória ou que possam referenciar momentos significativos no processo de evolução da rua. Tais referenciais históricos permitem o entendimento, a identificação e a apropriação deste local. Quando a história não se sobressai no espaço urbano, o cidadão perde referência, não compreendendo as edificações como resultado de uma evolução propiciada pelos homens que por ela passaram. Assim confirma Landim:

“[...] somente seremos capazes de realmente apreender, entender e reconhecer a cidade por meio de sua paisagem se nesta estiverem presentes elementos remanescentes de outros tempos” (LANDIM, 2004, p. 38).

A presença dos bens históricos edificados na rua Pouso Alegre expõe as referências do seu desenvolvimento ao longo dos anos e a maneira com que se apresentam hoje. A ausência dessas edificações em sua paisagem faz com que o cidadão a visualize de maneira superficial, desvalorizando assim a sua configuração atual, o que o distancia da sua história pessoal e a de seus antepassados. De acordo com Rolnik:

Não são somente os textos que a cidade produz e contém (documentos, ordens, inventários) que fixam esta memória, a própria arquitetura urbana cumpre também este papel [...] as formas e 27 tipologias arquitetônicas, desde quando se definiram enquanto hábitat permanente, podem ser lidas e decifradas, como se lê e decifra um texto (ROLNIK, 1994, p. 17).

A paisagem da rua sem suas memoráveis edificações fica comprometida tanto em sua leitura histórica, quanto nas relações sociais vinculadas à sua presença, pois essa se reconstrói ao invés de evoluir acompanhando o tempo em que está inserida.

O bairro Floresta teve seu auge de desenvolvimento na década de 1930, ocasião de expansão das atividades comerciais e da prestação de serviços na rua Pouso Alegre. Muitas edificações foram construídas nos estilos eclético, *art déco* e protomoderno, que se tornaram as representações arquitetônicas mais significativas deste período na rua.

Essas construções são geralmente consideradas arcaicas, fato que prova o desrespeito e a desvalorização da história retratada por elas e sua ambiência expressa na configuração da paisagem local. Enfim, há ainda muito a ser debatido para que em um futuro próximo não se lamente por essa carência.

Assim, remanescentes de uma época que antecedeu à ativa especulação imobiliária, as edificações, vítimas dos luxuosos edifícios concebidos sob a premissa de modernização, persistem no tempo e nos remetem a outras épocas, tornando-se âncoras temporais. Segundo Rodolpho:

A 'âncora' caracteriza-se, enfim, por ser o elemento que estabiliza, que firma, que tem a propriedade de agarrar, de prender, de reter, de segurar uma situação ou uma condição, princípio antagônico ao significado da palavra 'temporal', o qual implica a noção de transitoriedade, de perenidade, de algo que não permanecerá. Assim, a 'âncora temporal' concentra duas situações, quase como se realizasse dois esforços opostos: ela pode garantir sua permanência, manter a sua posição, mesmo estando prestes a sucumbir, a desaparecer (RODOLPHO, 2004, p. 139).

A história dessas âncoras temporais se entrelaça com a fundação da cidade de Belo Horizonte. As casas, sobrados, prédios, repartições comerciais, escolas e igrejas, que foram concebidas no período da ocupação, são belos exemplares que até os dias hoje, qualificam a rua Pouso Alegre, bem como consolidam a ambiência urbana proveniente da unidade de vizinhança.

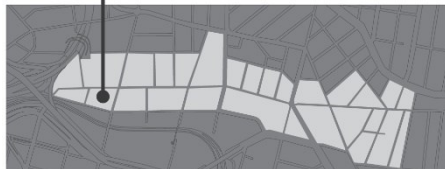
Essas edificações permitem a visibilidade de um amplo repertório de formas, ao mesmo tempo guardam as marcas, as inscrições da passagem do tempo em seu desgaste material.

A participação da Secretaria Municipal de Cultura e do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural na elaboração do processo de tombamento das edificações com valores históricos e culturais da rua Pouso Alegre foram fundamentais para a permanência e conservação desses bens na configuração da paisagem local, sendo que, algumas ainda permanecem com seu uso original, e outras não (Anexo B).

Grande parte dos usos destes bens foram alterados devido à dinâmica urbana. Mesmo com esta mudança, as edificações tombadas revelaram-se importantes não só para rua como

também para seus habitantes, pois permitiram a percepção acurada dos processos de continuidades e sobreposições envolvidas nas transformações da paisagem construída em função do seu bom estado de conservação (Figura 35).

Figura 35: Rua Pouso Alegre, 252 – uso original: residencial, uso atual: serviços



Fonte: Arquivo pessoal, 2016.

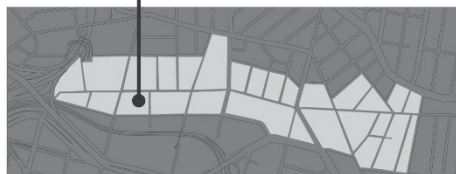
A análise do processo evolutivo culminou na reflexão sobre a permanência das edificações do período de ocupação, âncoras temporais, e sua ambiência na paisagem da rua, pois ambos se inserem não apenas na vida cotidiana, mas também na memória e no imaginário de cada morador.

Diante da tensão estabelecida pelo processo de modernização, a DIPC, na tentativa de viabilizar a recuperação dos bens protegidos por tombamento definitivo, entendeu que se fazia necessário repensar a altimetria prevista, uma vez que na revisão da proteção do Conjunto Urbano Bairro Floresta, ocorrida no ano de 2006, o CDPCM/BH estabeleceu que a altimetria para os lotes que abrigavam edificações protegidas por tombamento teria como referência a altura do próprio bem protegido.

Fato observado na recuperação do bem tombado localizado na rua Pouso Alegre n.º 404 (Figura 36), onde, após a reavaliação da altimetria pela Diretoria, foi possível a

viabilização econômica da restauração do imóvel, visto que, para que esta ocorresse, o proprietário providenciou a construção de uma nova edificação multifamiliar na parte posterior do terreno. Tal caso se justificou pelas condições topográficas do local, posto que o terreno, em declive a partir da rua Pouso Alegre, possui desnível aproximado de dez metros. A partir dessa condição topográfica, a Diretoria, através do Dossiê do referido imóvel, estabeleceu que a altimetria de referência não seria a do imóvel tombado, e sim a altura da edificação adjacente (n. ° 384). A fim de viabilizar a restauração, aprovou-se o projeto de acréscimo, ainda que a construção da torre ao fundo do terreno alterasse parte da paisagem e da cena urbana da rua, restringindo a permeabilidade visual do centro da capital, principalmente no encontro das ruas Pouso Alegre e Arthur Lobo, além de provocar o aumento da densidade populacional e de tráfego de veículos nesta área, considerada a mais verticalizada em toda a extensão do recorte territorial. Alegou-se que a construção desse anexo não provocaria impactos significativos no bem, permitindo sua preservação.

Figura 36: Rua Pouso Alegre, 404 – restauração do bem tombado



Fonte: Arquivo pessoal, 2016.

Outra iniciativa da DIPC, em parceria com a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH), foi a aprovação de um projeto de âmbito religioso para a instalação de um templo da Igreja Batista das Alterosas, composto por três pavimentos com aproximadamente 1.200 m² de área total construída, a fim de viabilizar a preservação do bem cultural tombado situado no encontro das ruas Pouso Alegre e Varginha (Figura 37).

Figura 37: Rua Pouso Alegre, 303 – futuro Templo da Igreja Batista das Alterosas



Fonte: Arquivo pessoal, 2016.

Essa edificação corresponde a um raro exemplar característico dos tradicionais bairros de Belo Horizonte que marcaram o início de ocupação da cidade, com o esplendor de suas residências, seu geocentrismo evidenciado nas linhas retas e nos elementos decorativos das fachadas. Típicas de uma época na qual, recuados do alinhamento dos lotes, apresentavam belos jardins, gradis e/ou muros ornamentados. Contextualizada como portadora de valores e referência à identidade local e dos grupos sociais formadores da sociedade belorizontina, trata-se de um local de memória que, à medida que remete a um tempo passado, insere-se na dinâmica social e cultural da atualidade, como marco identitário a ser preservado.

Dessa forma, entende-se que a preservação desse bem cultural resguardará representações arquitetônicas e sociais ligadas à primeira fase de ocupação da rua, mantendo suas características gerais. Importante ressaltar que o novo uso implicará num aumento da

circulação de pedestres e veículos na região com predominância de uso residencial, além de incentivar o comércio e os serviços voltados ao atendimento do estabelecimento.

As edificações que resistem à passagem do tempo, mesmo com suas funções originais modificadas, mantêm os valores arquitetônicos, sociais e culturais. São testemunhas da permanência desses valores construídos e presentes no cotidiano das gerações.

Porém, a sociedade ainda não reconhece a importância da permanência das riquezas dos detalhes estilísticos das edificações históricas, que de alguma forma relatam o desenvolvimento de uma sociedade em um determinado período. Como consequência, quando o bem patrimonial é ignorado, sendo descartado ou até mesmo descaracterizado, sua história passa a ser despercebida e impressa somente em livros e na memória de quem a vivenciou.

A sociedade contemporânea se apropria dos espaços visando ao lucro financeiro e não vivencia a memória presente em cada edificação histórica. Assim, quanto mais se moderniza, mais se distancia de suas raízes. Na maioria dos casos, a modernização inibe os aspectos históricos no meio urbano, que passam a não serem mais reconhecidos pela população local. Com a perda das referências físicas do passado, os moradores não se identificam mais com o lugar e nem mesmo com seu espaço. Para Magaldi:

[...] desconsiderar a questão do patrimônio histórico-ambiental urbano é exilar o cidadão, alijá-lo de seu próprio meio – fazer da cidade um ambiente hostil e estranho a maioria da população (MAGALDI, 1992, p. 21).

Durante anos, o patrimônio material procedente do processo de ocupação não era reconhecido pelos cidadãos, pois esses não valorizavam sua história. Sendo assim, a aproximação do homem com a sua história possibilita a valorização das antigas edificações e de sua ambiência. Não é uma questão somente de preservação do material histórico, mas de sua identidade, para um futuro melhor, com qualidade de vida.

A história materializada é representada pela paisagem e cenas urbanas contidas no cotidiano da rua, já que essa representa os conflitos e os consensos das relações humanas.

A busca incessante pelo novo, pelo contemporâneo, leva a população a ignorar suas memórias transfiguradas pelas marcas do passado e construir espaços repletos de novas tecnologias e novos usos, sem a preocupação de manter a identificação com a rua. As memoráveis edificações contemplam espaços ricos em memória, que diante do descaso, começam a ser descartadas pela especulação imobiliária. O desprezo ao patrimônio torna-se evidente no momento em que inúmeras edificações históricas cedem lugar às novas

construções, e também através de ações esparsas que demonstram a reação de alguns moradores com imposições contrárias ao tombamento.

Tais intervenções podem ser observadas em alguns bens patrimoniais da rua Pouso Alegre com o registro da destruição e descaracterização de forma intencional ou até mesmo por negligência quanto ao processo de preservação, como mostram as figuras a seguir.

Figura 38: Rua Pouso Alegre, 1.247 – descaracterização do bem tombado



Fonte: Diretoria do Patrimônio Cultural, 1996, e arquivo pessoal, 2016.

Figura 39: Rua Pouso Alegre, 1.222 – descaracterização do bem tombado



Fonte: Diretoria do Patrimônio Cultural, 1996, e arquivo pessoal, 2016.

Figura 40: Rua Pouso Alegre, 1.273 – descaracterização do bem tombado



Fonte: Diretoria do Patrimônio Cultural, 1996, e Magni, 2011.

Figura 41: Rua Pouso Alegre, 396 – descaracterização do bem tombado



Fonte: Diretoria do Patrimônio Cultural, 1996 e 2011.

Figura 42: Rua Pouso Alegre, 357 – descaracterização do bem tombado



Fonte: Diretoria do Patrimônio Cultural, 1996, e arquivo pessoal, 2016.

4.2 A percepção da paisagem e o processo de transformação

Atualmente, se aceita a percepção como instrumento medidor importante entre o homem e o meio ambiente urbano e a reformular-se o enfoque até então em prática: de que as qualidades e as necessidades não são mais consideradas absolutamente consensuais, mas sim variáveis entre grupos, culturas e épocas (DEL RIO, 1990, p. 92).

Os trabalhos realizados pela UNESCO priorizam os estudos da percepção do meio ambiente como uma forma de contribuir para o desenvolvimento de uma relação mais harmoniosa entre o homem e seu habitat. Todo processo de interação entre o homem e o seu espaço ocorre através de mecanismos perceptivos – estímulos externos e cognitivos.

Ao mesmo tempo, as pesquisas perceptivas segundo Amorim Filho, vieram consolidar efetivamente como uma das linhas mestras para os estudos do ambiente humano, sobretudo no âmbito empírico, onde:

[...] os valores e as percepções individuais e de pequenos grupos sejam levados em consideração na descrição e na procura da explicação da organização desses espaços e paisagem no futuro (FILHO, 1987, p. 19).

A percepção também pode ser definida como um processo seletivo pelo fato de se conhecer através dos sentidos. Para isso, faz-se necessário a proximidade do sujeito com o objeto, no tempo e no espaço. Diante disso, a percepção traduzida pela sociedade revela-se através de um conjunto de sentidos, onde o homem identifica-se com os espaços da vida que são expressos pela paisagem.

Sendo um organismo complexo, a paisagem pode ser definida como referência à combinação de elementos no espaço, sendo uma categoria de análise fundamental para a compreensão da percepção humana, sobretudo na vivência do homem em relação ao ambiente. Sauer reafirma este conceito quando diz que:

[...] o conteúdo da paisagem é constituído pela combinação de elementos materiais e de recursos naturais, disponíveis em um lugar, com as obras humanas correspondendo ao uso que deles fizeram os grupos culturais que viveram nesse lugar (SAUER apud Christofolletti, 1999, p. 39).

Por outro lado, Bertrand sugere que “o estudo das paisagens não pode ser realizado senão no quadro de uma Geografia Física Global”, sendo assim conceituada:

[...] a paisagem não é a simples adição de elementos geográficos disparatados. É, numa determinada porção do espaço, o resultado da combinação dinâmica de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução (BERTRAND, 1972, p. 2).

O estudo da paisagem também oferece possibilidades para desvendar as relações da sociedade (sujeito com a natureza), pois a atuação do homem no espaço é decodificada em valores simbólicos materializados. Dessa forma:

[...] penetrar no estudo da percepção é compreender o espaço tanto pelos seus processos visíveis (em função dos elementos que o constituem), quanto por meio das representações, embora essa concepção varie conforme os indivíduos (MACIEL, 2001, p. 1).

Além disso, a leitura da paisagem possibilita desvendar as relações do homem com o meio que habita, pois, sua atuação no espaço é interpretada através dos valores simbólicos materializados.

Carlos afirma que a observação da paisagem compreende dois fundamentais elementos: o espaço construído, traduzido nas edificações, e as cenas urbanas, cotidiano da vida.

O primeiro chama a atenção pela diferença, pelo choque de contraste nos tipos de utilização da cidade, do uso do solo urbano, enquanto o segundo elemento refere-se ao movimento das pessoas, apressadas ou não, dos meios de circulação, etc. Em suma é um lócus dinâmico de atividades exercidas por pessoas de acordo com suas necessidades sociais, vinculadas diretamente ao processo de reprodução do capital (op.cit., p. 41).

A análise perceptiva da paisagem da rua Pouso Alegre ao longo do seu processo de ocupação, torna-se importante na medida em que possibilita demonstrar a conexão entre intencionalidades sociais (valores dos usuários) e a configuração do espaço, no qual se insere.

Assim, a paisagem é o resultado de obras coletivas, realizadas por um grupo de indivíduos que expressam suas dimensões humanas através dos sentimentos contraditórios – paixão e emoção. Suas marcas impressas pelo tempo revelam uma construção histórica cheia de lembranças, que são naturalmente identificadas pelas pessoas que ainda lá residem.

De fato, a paisagem da rua expressa pela vida cotidiana dos moradores permite um melhor conhecimento do indivíduo e suas relações com o outro e com o lugar. Assim, no presente trabalho buscou-se analisar o modo de vida do núcleo residente da rua Pouso Alegre através da leitura das relações cotidianas dos seus moradores. Reconhecer as particularidades desenvolvidas no cotidiano é relevante principalmente por visarem melhorias na qualidade de vida dos moradores locais.

A rua conquistou sua autonomia no momento em que a individualização e a proximidade do núcleo central da cidade, principalmente pela facilidade de acesso após a construção dos viadutos Santa Tereza e Floresta na década de 1920, proporcionaram um desenvolvimento acelerado na rua, e conseqüentemente uma interferência na configuração da paisagem edificada com a implantação de prédios de grande porte e na alteração do uso residencial para comercial e/ou prestação de serviços.

Ao observar o processo de ocupação da rua, percebe-se a substituição da função residencial original por atividades comerciais e prestação de serviços, provenientes não só por sua característica de canal de ligação para outros setores da cidade, mas também pela constante atuação da LUOS.

A conformação da paisagem construída e a forma de uso e apropriação do espaço na rua Pouso Alegre levam a segmentá-la em três áreas principais, com características de ocupação distintas: a área I compreende o trecho entre o túnel da Lagoinha e a rua Jacuí; a área II, o trecho entre as ruas Jacuí e Itajubá; e por fim, a área III compreende o trecho entre a rua Itajubá e a avenida Flávio dos Santos. Esta setorização foi estabelecida para melhor compreensão das transformações e das tenacidades proeminentes na paisagem construída da rua Pouso Alegre.

A descrição e análise dos usos e apropriações das edificações que conformam o espaço investigado basearam-se, sobretudo, na pesquisa de campo realizada em junho do ano de 2016 e no mapeamento de todas as edificações, as quais nortearam a elaboração de um quadro descritivo com as principais características ali encontradas, seus usos e atividades atuais e o número de pavimentos (Anexo C).

Sendo a mais antiga do bairro Floresta, a referida área I tinha como predomínio, na primeira fase do processo de ocupação, o uso residencial unifamiliar, que mesclava com variados tipos de comércio e serviços de atendimento local de uso misto. Apresentavam características vinculadas ao estilo eclético, com riqueza de detalhes e adornos dos mais variados estilos arquitetônicos, e ao protomoderno, que enaltece os ritmos das fachadas através de ranhuras, saliências e marquises, que adornam as janelas.

Ao longo do tempo, outras edificações residenciais, como os sobrados, foram implantadas de forma diferenciada das referidas construções acima citadas, recuados do alinhamento dos lotes, contando com a presença de jardins frontais, gradis e muros ornamentados. Os chalés, com tipologia e implantação semelhantes, contavam com a presença de torres circulares incorporadas ao volume da edificação e passaram a fazer parte da

configuração da paisagem da rua. Tais edificações, com predominância do estilo eclético, se destacam pela riqueza e imponência de seus ornamentos diante de outras formas de expressões da arquitetura presente neste espaço (Figura 43).

Em meados da década de 1940, sob o processo de modernidade, constatou-se que houveram mudanças de usos que refletiram na configuração da paisagem da rua. Com a implementação dos decretos lei n.º 165/33 e 30/38, as edificações multifamiliares de baixa altimetria, podendo apresentar uso comercial e/ou serviços no pavimento térreo, começaram a se expandir de forma rápida neste setor, o qual se destaca pela predominância na paisagem atual.

Com a implantação da primeira LUOS (n.º 2.662) em 1976 e com o loteamento Cidade Nova, a verticalização passou a se expressar de forma diferente, quando prédios de elevada altimetria e com alto padrão construtivo, passaram a ocupar o espaço das edificações antigas e adquiriram grande destaque em meio à paisagem horizontal até então dominada por casas e edifícios baixos (Figura 44).

Figura 43: Rua Pouso Alegre, 645 – exemplar típico de residência em estilo chalé



Fonte: Arquivo pessoal, 2016.

Figura 44: Rua Pouso Alegre, 224 – substituição de uso



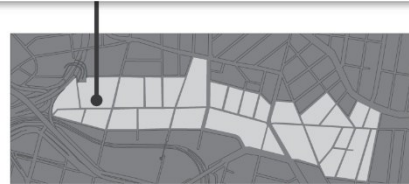
- (a) Edificação original.
 (b) Edificação atual

Fonte: Diretoria do Patrimônio Cultural, 1996, e arquivo pessoal, 2016.

Importante ressaltar que, mesmo com a permissividade à verticalização pelas LUO's, a paisagem construída é caracterizada pela predominância da horizontalidade, com a presença de prédios mais altos, evidenciada apenas em alguns pontos com uso exclusivamente habitacional.

O alto índice de substituição do uso residencial unifamiliar para comércio e/ou serviços nessa área foi influenciado também pelas leis urbanísticas. Grande parte das edificações residenciais unifamiliares vêm incorporando novos usos, apresentando-se de forma distinta na paisagem atual da rua, sendo que algumas continuam com a própria função residencial, adaptada com um pequeno comércio na parte frontal das casas (Figura 45).

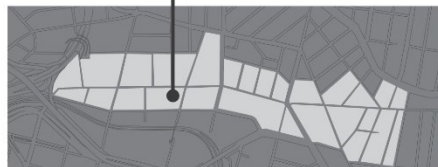
Figura 45: Rua Pouso Alegre, 295 – chalé incorporando um novo uso



Fonte: Arquivo pessoal, 2016.

As demais cederam seus espaços internos para a adaptação à prestação de serviços com atuação em escritórios de advocacia, clínicas de fisioterapia, empresas de engenharia, salões de beleza, templos, dentre outros. Fato claramente observado em edificações que possuíam o uso residencial unifamiliar original e que fazem parte do processo de continuidade da paisagem edificada nesta área (Figura 46).

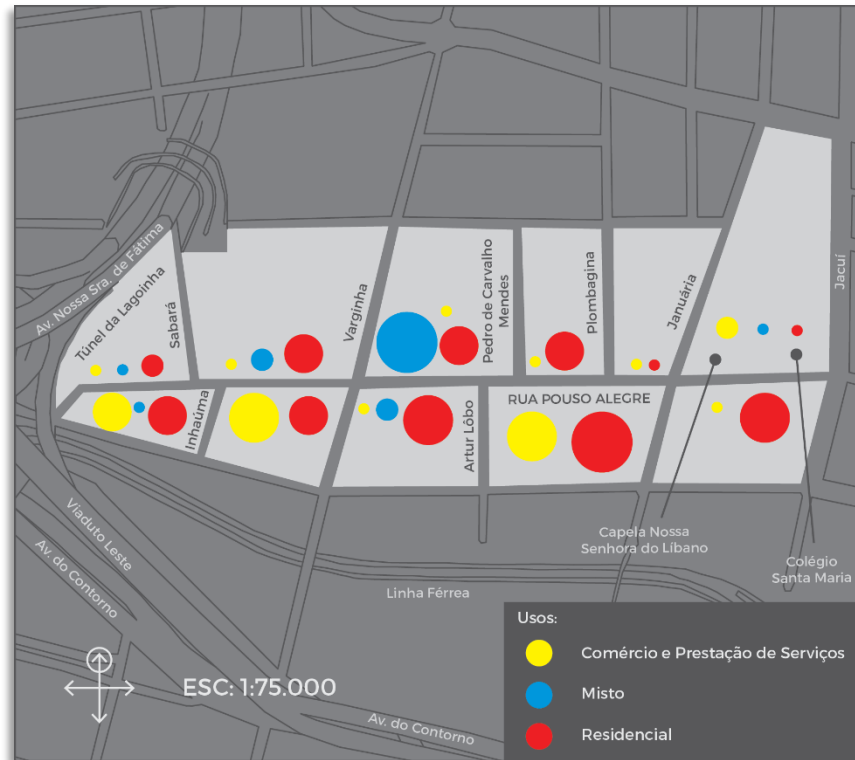
Figura 46: Rua Pouso Alegre, 570 – uso original: residencial, uso atual: serviços



Fonte: Arquivo pessoal, 2016.

Essas mudanças de uso refletiram diretamente na ambiência produzida pelas cenas urbanas residenciais, com a ausência quase por completo do vínculo afetivo entre os moradores e seus vizinhos, mesmo com o predomínio residencial em sua paisagem atual em função do processo de verticalização ocorrido ali (Figura 47).

Figura 47: Paisagem urbana, uso atual – área I



Fonte: Dados de pesquisa, 2016.

As alterações de uso propiciaram um aumento da circulação de pedestres e do fluxo viário proveniente de outros setores da cidade, além de insegurança por parte dos moradores, denotando uma nova percepção da paisagem social desta área, que já foi considerada tranquila com ares interioranos.

Recentemente, a instalação do Instituto dos Olhos e da Central de Flagrantes da Polícia Militar (Figura 48) nesta área, estreitou ainda mais o vínculo entre os habitantes com seu espaço, principalmente pela incerteza do que pode vir a acontecer em meio à circulação de pessoas “desconhecidas” como também pelos reflexos do fluxo viário intenso, como a poluição do ar e os constantes engarrafamentos nesta parte da via.

O vazio urbano incorporado à paisagem edificada nesta área provem da permissividade à demolição das construções pelo Conselho Patrimonial com proteção sob interesse cultural após a entrega e análise do registro documental (Figura 49), além do processo de ruptura que se averiguou com a mudança de zoneamento estabelecida pela LUOS em 1985, autorizando a implantação do comércio e serviços locais (Fonte: Diretoria do Patrimônio Cultural, 1996, e arquivo pessoal, 2016.

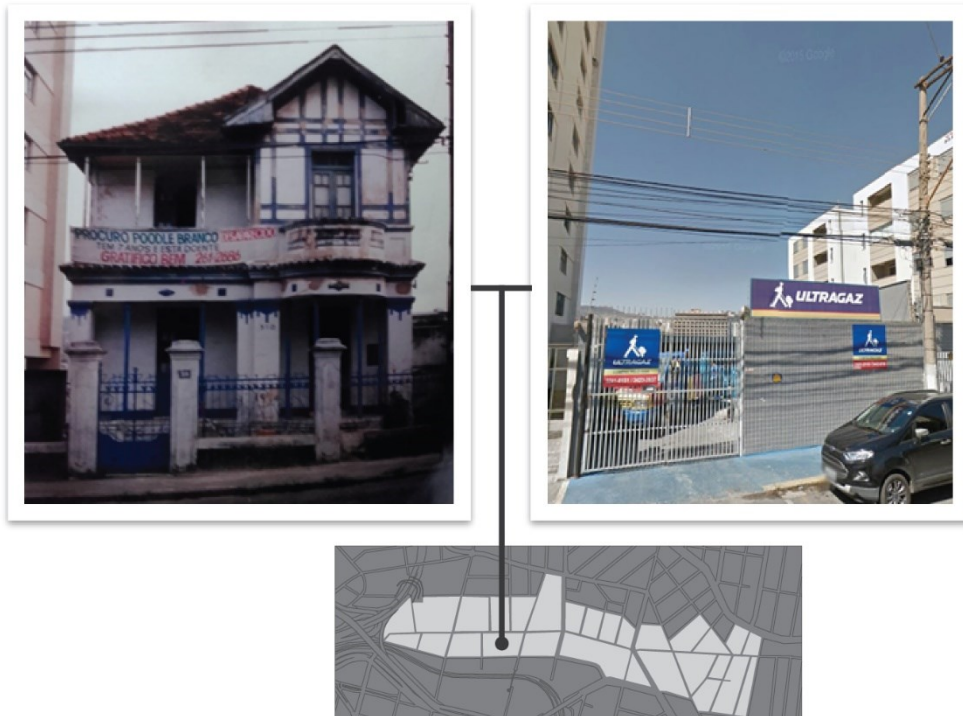
Figura 50).

Figura 48: Rua Pouso Alegre, 407 (Instituto dos Olhos) e 417 (CEFLAG), respectivamente



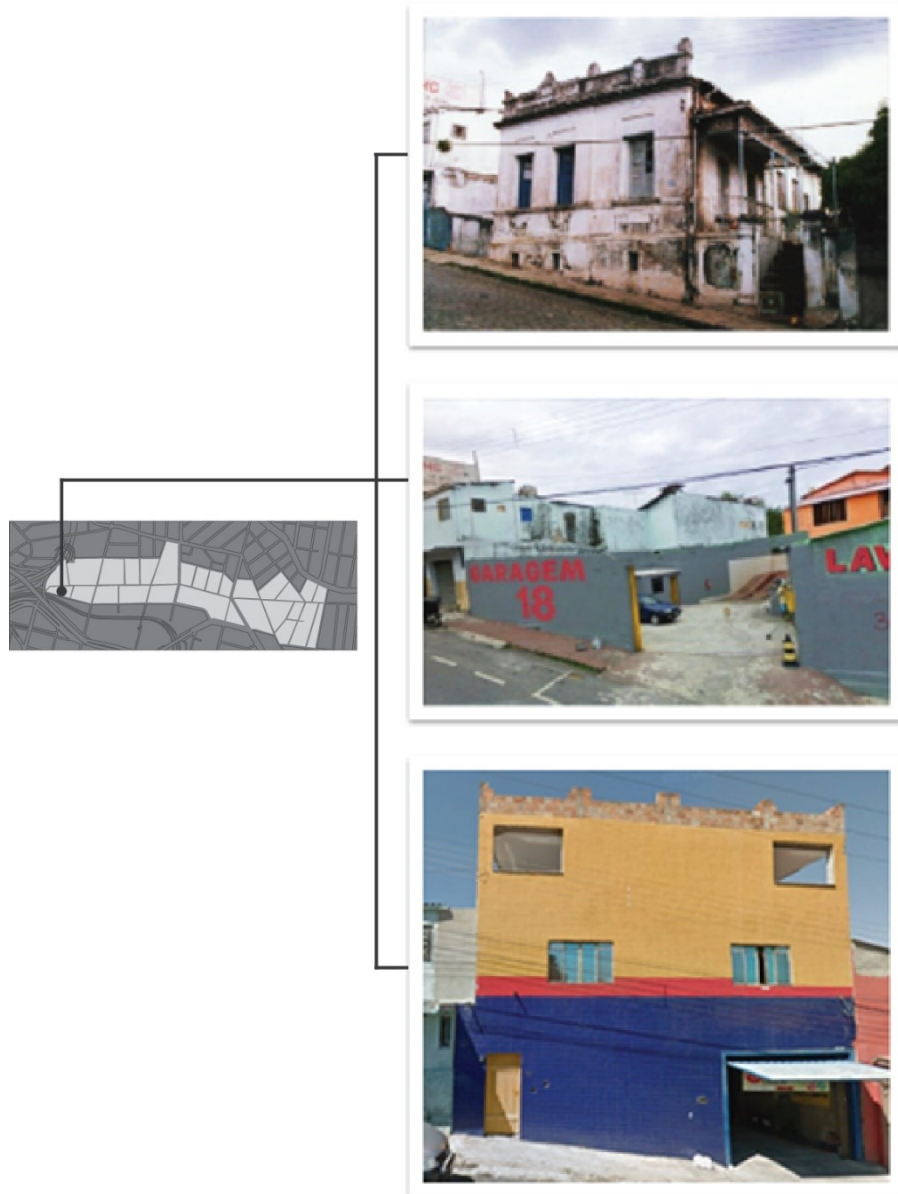
Fonte: Arquivo pessoal, 2016.

Figura 49: Rua Pouso Alegre, 510 – processo de demolição



Fonte: Diretoria do Patrimônio Cultural, 1996, e arquivo pessoal, 2016.

Figura 50: Rua Pouso Alegre, 80 – processo de ruptura



Fonte: Diretoria do Patrimônio Cultural, 1996 e 2011, e arquivo pessoal, 2016, respectivamente.

Em meio à esta transformação, a qual permeia a visibilidade, grande parte das construções antigas, de pequeno ou grande porte, suntuosas ou simples, bem conservadas de maneira geral, persistentes ao tempo e às pressões especulativas decorrentes da dinâmica urbana, continuam incorporadas à paisagem local através do projeto de tombamento dos bens de valor histórico e patrimoniais, mesmo não apresentando o uso original.

A presença de duas memoráveis edificações históricas (âncoras temporais), o Colégio Santa Maria e a Igreja Nossa Senhora do Líbano, qualificam especialmente esta área tradicional não apenas no Floresta, mas também para a cidade de Belo Horizonte.

A área II compreende o trecho entre as ruas Jacuí e Itajubá, e se destacou, no processo de ocupação, pela presença do comércio local e do uso misto, principalmente nas áreas adjacentes ao polo comercial do bairro (ruas Itajubá e Curvelo). Sua paisagem edificada se configurava com predominância de ocupação horizontal com a presença dos sobrados, apresentando comércio e/ou serviços de atendimento local no pavimento térreo em meio às residências unifamiliares.

As casas remanescentes da ocupação, com traços típicos dos estilos eclético, *art déco* e protomoderno foram construídas com afastamento frontal onde se abrigam jardins que se tornam uma extensão desta área e valorizam sua ambiência. Contam com a presença de grandes quintais arborizados, principalmente com árvores frutíferas. Tais residências se misturavam com as atividades comerciais localizadas nas proximidades dos principais corredores comerciais do bairro.

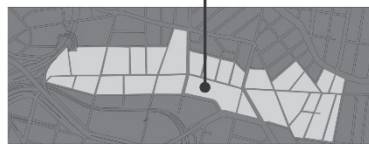
Em virtude da implementação dos decretos leis n. ° 165/33 e 30/38, iniciou-se a verticalização nesta área através de prédios residenciais de baixa altimetria, implantados no alinhamento dos terrenos, podendo apresentar o uso comercial e/ou serviços no pavimento térreo.

Percebe-se que tais edificações atualmente agregam em si uma ampla variedade de usos em seus pavimentos térreos, em sua grande maioria voltada ao comércio, com destaque para as lojas voltadas ao vestuário, informática, arte e artesanato, lanchonetes e restaurantes e confeitaria.

Em meio a esta verticalização e da constante atuação da LUOS, constata-se o crescimento e a substituição do uso residencial unifamiliar ou misto para o comércio e/ou serviços com características não só locais como também regionais, que migraram do núcleo central da cidade para as áreas com grande fluxo viário, principalmente do transporte coletivo. A maioria dessas edificações destina-se à prestação de serviços e comércio com atuação em salões de beleza (Figura 51), restaurantes, empresas de engenharia, escritórios de advocacia, dentre outros, conferindo vivacidade à área, permitindo a conservação desses bens na paisagem edificada da rua.

Diante dessa expansão comercial, algumas atividades de atendimento local estão cedendo espaço para o comércio de âmbito regional, como a expansão da confeitaria Momo no lugar da saudosa loja de utilidades do Sr. Armando, com atendimento local, outras veem surgindo paralelamente ao uso residencial e ao atendimento local (Figura 52).

Figura 51: Rua Pouso Alegre, 810 – uso original: residencial, uso atual: serviços



Fonte: Arquivo pessoal, 2016.

Figura 52: Expulsão do comércio local – ampliação da confeitaria MOMO



Fonte: Magni, 2012, p. 212, e arquivo pessoal, 2016.

Tendo em vista as transformações, constata-se que a paisagem edificada continua sendo configurada pela concentração das atividades comerciais e/ou serviços, principalmente nas proximidades do cruzamento das ruas Pouso Alegre, Itajubá e Curvelo, considerado polo comercial do bairro (Figura 53), com características regionais como a rede de academia de grande porte (Figura 54), restaurantes, a confeitaria MOMO e *shopping center*'s.

Figura 53: Paisagem urbana, uso atual – área II



Fonte: Dados de pesquisa, 2016.

Tais mudanças refletiram na paisagem local desta área em virtude do aumento do fluxo de pedestres e de veículos, além da insegurança gerada pela perda significativa dos vínculos por parte dos moradores ao comércio de atendimento local, o que configura uma nova percepção da paisagem social desta área, considerada intensa. No entanto, nesta área, os bens patrimoniais seguem no processo de continuidade da paisagem da cena urbana.

Figura 54: Rua Pouso Alegre, 884 – uso atual: serviços de âmbito regional



Fonte: Arquivo pessoal, 2016.

A área III, compreendida entre a rua Itajubá e a avenida Flávio dos Santos, sofreu influência no processo de ocupação por imigrantes principalmente italianos que ali construíram sobrados com características em estilos eclético, *art déco* e protomoderno. Tais sobrados apresentavam, ora uso residencial, ora adaptações ao uso misto com o comércio e/ou serviços de atendimento local alinhados ao terreno. Se expandiu no decorrer da década de 1940 devido à migração do comércio central da cidade.

Com características semelhantes às edificações do núcleo central da cidade, esta área abriga, no encontro das ruas Pouso Alegre com Curvelo, o primeiro arranha céu do bairro, composto por uma variedade de lojas no pavimento térreo e unidades residenciais superpostas verticalmente.

É notadamente a área mais arborizada da rua, apresentando resquícios do período de existência das chácaras. A permissividade das leis urbanísticas pouco interferiu na paisagem edificada e nas cenas urbanas retratadas por parte dos moradores e usuários. Fator decorrente da presença de um grande número de estabelecimentos comerciais de atendimento local (Figura 55) que até hoje mantêm suas atividades e conservam a ambiência tipicamente de

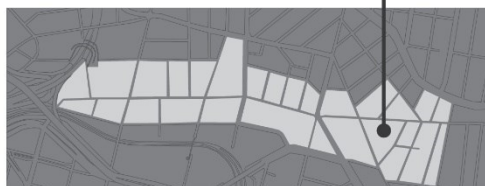
cidade do interior, através de brechós, bazares e armazéns (Figura 56), apesar do grande fluxo viário atual.

Figura 55: Paisagem urbana, uso atual – área III



Fonte: Dados de pesquisa, 2016.

Figura 56: Rua Pouso Alegre, 1422 – exemplar típico de comércio remanescente (brechós)



Fonte: Arquivo pessoal, 2016.

Uma reduzida parte de suas edificações teve seu uso alterado de residencial unifamiliar para comércio e/ou serviços de atendimento local principalmente nas proximidades do polo comercial do bairro (ruas Itajubá e Curvelo) sob a ótica regional. Tais alterações, desde que não descaracterize a edificação, podem ser consideradas importantes na manutenção desses bens na paisagem da rua, caracterizada predominantemente pela atividade comercial local exercida em edificações tombadas, refletindo de forma positiva na continuidade de sua ambiência. Em contrapartida, tem-se o vazio urbano da paisagem edificada advinda da demolição do saudoso Cine Floresta no ano de 1955, onde funciona atualmente um posto de combustível (Figura 57).

Figura 57: Vazio urbano – Cine Floresta x Posto de Combustível



Fonte: Arquivo pessoal, 2016.

4.3 O passado e o presente na voz dos moradores e usuários

Somente palavras que andam, passando de boca em boca, lendas e cantos, no âmbito de um país mantêm o povo vivo (CERTEAU, 1994, p. 221).

A paisagem do recorte territorial pode ser traduzida através de dois momentos singulares, o original, e o atual, retratada pela memória dos moradores e usuários. O primeiro relaciona a rua Pouso Alegre às características tradicionais, familiar e de vida cultural ativa. O outro surge com a ausência das atividades sociais que ali ocorriam, a substituição dos usos de exemplares da primeira fase de ocupação da rua, as construções de prédios altos residenciais, e a ampliação do núcleo comercial com características regionais.

Referências políticas, sociais, culturais e simbólicas serviram de base para as representações da memória sobre a rua. Ressaltam-se relatos e percepções que remetem a momentos significativos e mais representativos dentro do contexto das demais evidências coletadas.

A memória é caracterizada por sua descontinuidade, fragmentação e seleção, fazendo com que a percepção transcrita no presente trabalho não seja linear. Remete-se a momentos em períodos distintos no que diz respeito às ações políticas, culturais e socioeconômicas vivenciados pelos moradores. A pesquisa local proporcionou um tom especial à paisagem da rua, ora tendendo ao colorido da vida com lembranças do passado, ora ao cinza com a insegurança dos acontecimentos recorrentes na dinâmica da modernidade. A memória afetiva dos moradores com seu passado é marcada pela história da construção das antigas edificações e de suas famílias, contradizendo o vazio urbano proveniente do processo de demolição e de degradação destas edificações.

Foram entrevistadas ao longo de todo o recorte territorial entre os meses de junho de 2016 e maio de 2017, moradores, trabalhadores do local e pessoas que utilizam do comércio e/ou prestação de serviços da rua. O conteúdo da pesquisa encontra-se no Anexo C.

Estes três grupos de entrevistados foram escolhidos aleatoriamente por entender que diferentes vidas cotidianas determinam percepções distintas.

A faixa etária dos entrevistados variou entre 20 e 80 anos. Os moradores com idade atual entre 50 e 80 anos traçaram sua trajetória de vida na rua e no bairro Floresta juntamente com seus pais e/ou avós. Entre os jovens entrevistados, alguns nasceram no bairro e não mais residem, embora ainda frequentemente o local; outros são trabalhadores que utilizam o transporte coletivo que circula pela via.

A memória e o vínculo afetivo trazem de volta lembranças de um passado repleto de saudades. Pacífica de se viver, familiar, e agitada por conta das sessões de cinema, bailes de carnaval e o *footing*, a rua Pouso Alegre se destaca pela riqueza de sua diversidade social. Foi habitada inicialmente por funcionários da estrada de ferro, trabalhadores da nova capital, por estrangeiros (maioria de italianos) e pintores de grandes autorias, além de ser frequentada por importantes escritores. Fragmentos revelam o colorido que a rua apresentou aos moradores e seus frequentadores durante décadas, os quais foram retratados pelos entrevistados com muito saudosismo. São acontecimentos da vida cotidiana e social, traduzidos pela tranquilidade que ali existia.

... era uma rua tranquila, onde os moradores se conheciam, amigos de todas as horas, um ajudando o outro... (Ângela, 50 anos – professora).

Considerado ponto de referência, o encontro das ruas Pouso Alegre e Itajubá colocou o Floresta em posição favorável em relação ao centro da cidade, pois o grande elenco de

atividades comerciais e de serviços de atendimento local e regional instalados nesta região da rua possibilitou ao bairro mais autonomia.

... tem muitas lojas aqui na rua, tudo que preciso eu encontro, e o que não tem, fica muito próximo, não precisa andar muito, pertinho de casa. (Ivone, 52 anos – professora aposentada).

Os bons momentos sociais foram aspectos que marcaram a memória dos entrevistados, principalmente aqueles que remetem à alegria e à diversão, como a exibição de filmes no saudoso Florestinha, considerado um dos cinemas mais frequentados de Belo Horizonte, além do *footing* semanal.

O cinema era frequentado por muita gente, como era bom... a rua ficava cheia e ali aconteciam as “paqueras”. Derrubaram o cinema e tudo isso acabou... (Gilberto, 75 anos – aposentado).

Ressalta-se que, além do espaço de significado social, o Cine Floresta também está na memória dos moradores entrevistados como referencial arquitetônico (imponente volumetria em estilo eclético) da rua Pouso Alegre. Sua demolição deixou um vazio urbano e recordações da arquitetura do período de ocupação da rua.

A beleza de sua arquitetura encantava a todos, era imponente, muito bonito... lembrava os casarões do centro da cidade. (Willian, 70 anos – engenheiro).

Os bailes de carnaval com os blocos caricatos que transitavam pela rua também estão nas lembranças que marcaram a vida social de muitos moradores. Formado por jovens do bairro Floresta, era a atração do carnaval belorizontino.

O carnaval era muito animado, com o bloco dos Imigrantes da Abissínia e os Bocas Brancas (José Elias, 75 anos – vendedor aposentado).

A identificação dos moradores com o comércio da rua foi manifestada de forma positiva. As residências se misturam ao comércio/serviço presentes e revivem a relação de vizinhança com as atividades cotidianas.

... fui criada por meus avós. Meu avô tinha uma casa e um armazém aqui na rua, eu adorava ficar com ele no armazém, a gente conhecia todo mundo que ia comprar na venda, boas lembranças (Iara, 69 anos – dona de casa).

O comércio próximo às moradias é confortável e prático. Existe uma relação de amizade pelo motivo de sempre haver o encontro. (Adriano, 55 anos – arquiteto).

O sentido que os moradores atribuem ao lugar e às pessoas revela a relação humanizada dos seus habitantes. Esse sentido também foi identificado por pessoas que moram no bairro e ainda frequentam o comércio local da rua.

Meu avô morava no Floresta. Daí as lembranças das mercearias que frequentávamos quando íamos visita-lo. (Adriano, 55 anos – arquiteto).

Moro na rua Célio de Castro e sempre vou aos brechós dessa rua. (Maria, 50 anos – dona de casa).

A venda do Sr. Armando foi outro ponto de comércio local que possuía grande singularidade e caráter identitário, por parte dos habitantes e frequentadores da rua. Com a expansão da confeitaria Momo, a loja transferiu-se para outro local.

Tinha de tudo... do simples ao chique, faz falta... fiquei sabendo que ainda está no bairro, mas não sei onde (Janaina, 35 anos – publicitária).

Adorava aquela vendinha ao lado da Momo, sempre encontrava o que estava precisando (Cristiane, 30 anos – professora).

Armando, amigo de longa data, vinha gente de longe comprar na sua loja (Flávio, 73 anos – professor aposentado).

Ao longo do seu processo evolutivo, a paisagem da rua passou por mudanças que marcaram a influência da LUOS e das fortes pressões do mercado imobiliário. Com isso, algumas casas foram substituídas por prédios altos e outras abrigam atividades voltadas para a prestação de serviços e comércio. Muitos moradores estão alarmados com esta expansão.

Hoje eu não conheço praticamente ninguém aqui na rua, muitos amigos já morreram e as casas antigas que ainda existem estão sendo utilizadas como restaurantes, empresas... e outras vêm sendo demolidas dando lugar a prédios... a rua mudou bastante. (Alysson, 77 anos – vendedor aposentado).

O processo de tombamento do Conjunto Urbano Bairro Floresta foi uma iniciativa do poder público de controlar a expansão e preservar memoráveis edificações que contam um pouco da história de formação da cidade de Belo Horizonte. Este processo até os dias de hoje não foi bem recebido por grande parte dos moradores, que temiam qualquer modificação e dificuldade de negociação de venda.

Concordo com a preservação, mas não com a forma de tombamento das edificações que ocorreu no bairro. Os moradores não foram consultados. Muitos ficaram preocupados, sem saber o que fazer e quais as modificações poderiam fazer em suas casas. (João Mayer, 56 anos – comerciante).

E uma pequena parte dos moradores se solidariza com o processo de preservação das edificações históricas da rua.

É importante a preservação da história e da arquitetura. (Maria de Assis, 68 anos – aposentada).

Por outro lado, alguns dos jovens moradores apontam como positivo o crescimento e a diversidade de atividades comerciais e de serviços que veem surgindo com a alteração dos usos das edificações, lado a lado do comércio de atendimento local.

É raro, mas de um lado da Pouso Alegre você encontra academia, restaurantes, confeitaria, lojas de roupas e um shopping center e do outro brechós e bazares. (Luciene, 27 anos – educadora física).

Tanto os jovens quanto os idosos temem pela segurança com a expansão comercial e da prestação de serviços, principalmente com a substituição do uso residencial, que gerou um crescimento populacional e evidenciou a violência contra os moradores e as pessoas que circulam na rua. Fato expressado de forma negativa pelos entrevistados diante da ausência da relação de vizinhança que existia no lugar.

Cada dia que olho pela janela não conheço mais as pessoas que andam pelas calçadas, que entram e saem dos novos prédios, dos restaurantes e das lojas. Alguns amigos já foram assaltados na porta de casa. Tenho medo de sair sozinha (Rachel, 75 anos – professora).

No início da noite quando as lojas fecham, a rua fica sem movimento, com poucas pessoas, e é aí que mora o perigo (Thiago, 20 anos – estudante).

Os moradores vêm acompanhando o processo de transformação da rua com a incerteza do futuro. Ao mesmo tempo em que o progresso levou desenvolvimento e crescimento para a rua Pouso Alegre, provocou demolições e causou a descaracterização e o abandono de edificações, alterando sua paisagem, sobretudo os modos de vida de seus habitantes.

Apesar dos perigos que se enfrentava com a travessia do bonde na região, os moradores, sobretudo os mais idosos, apontam que não era tão perigoso atravessar a rua. Atualmente, em função do trânsito intenso, o perigo é maior.

Unânicos são os relatos dos moradores entrevistados em apontar que aos poucos a rua vem se descaracterizando. Não existem espaços para o convívio social. O cinema cedeu lugar à prestação de serviços. A violência tomou conta em função do crescimento do tráfego de veículos e pedestres que utilizam o comércio e serviços da rua, fatores que afastam ainda mais as pessoas desse lugar.

Os moradores, de maneira geral, atribuem ao poder público a responsabilidade pela situação em que a rua se encontra e por seu futuro. Temem que as descaracterizações da paisagem da rua, provocados pelo crescimento da verticalização imposto pela especulação imobiliária, intimidem os órgãos de proteção a preservarem os bens tombados.

Espero que mantenha o comércio local juntamente com o comércio urbano e as moradias, pois o convívio é agradável e salutar. (André, 26 anos – administrador).

Com toda essa atmosfera que permeia o universo da rua e tende à sua homogeneidade, pode-se concluir que de maneira geral os moradores entrevistados possuem plena consciência que essas transformações aproximam a rua dos setores existentes no núcleo central da cidade e admitem que o progresso possibilita benefícios como o crescimento de infraestrutura, mas também insegurança e incerteza ao futuro da rua.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Construída e ocupada junto com a formação da cidade de Belo Horizonte, a rua Pouso Alegre, localizada no bairro Floresta, possui vasta riqueza arquitetônica advinda da primeira fase de ocupação da nova capital, além de ser considerada um dos principais eixos viários do bairro, tradicional pelas atividades comerciais e de prestação de serviços lado a lado a residências.

Pertencente à área suburbana (externa à avenida do Contorno), a rua abrigou colônias de imigrantes de variadas procedências no início de sua formação, os quais tiveram papel fundamental em seu processo evolutivo de ocupação.

Inicialmente, as linhas de bonde que atendiam ao bairro, incluindo a rua Pouso Alegre, facilitaram o acesso ao centro da cidade, permitindo o crescimento populacional e econômico da região através do aumento da atividade comercial e da prestação de serviços.

A construção dos viadutos de Santa Tereza e Floresta acelerou o processo de desenvolvimento da rua, que, aliada à permissividade das leis de uso e ocupação do solo, interferiu na configuração da sua paisagem com a construção de prédios de elevada altimetria e com a substituição do uso residencial para comércio e prestação de serviços advindos do núcleo central da cidade. Mesmo com a ação do poder público através das LUO's e da especulação imobiliária, nota-se um crescimento pontual desse uso residencial multifamiliar, fazendo com que a paisagem da rua ainda permaneça com a predominância da horizontalidade.

Temendo uma maior descaracterização da paisagem da rua, o Conselho Patrimonial deliberou sua proteção através da instituição do Conjunto Urbano Bairro Floresta, o que beneficiou a paisagem urbana, preservando as edificações históricas e suas características.

A relação do processo de tombamento e os moradores se mostrou conflituosa, uma vez que, em um primeiro momento não houve diálogo com a comunidade. A aprovação desse processo por parte de alguns moradores indica o desejo de se manterem vivas as memórias de tempos passados. Por outro lado, estão os que defendem a ruptura com o passado em prol da modernização.

Nem mesmo a perda do Cine Floresta e as demais transformações ocorridas na paisagem da rua, traduzidas pela influência das atividades de atendimento regional com a presença marcante do comércio e da prestação de serviços, além da ausência das manifestações sociais que ali ocorreram, impediram que esta fosse considerada ponto de

referência do bairro, principalmente no encontro das ruas Itajubá e Curvelo. A abrangência do centro da rua Pouso Alegre, aliada às residências ali implantadas (unidade de vizinhança), são fatores que contribuem para a manutenção satisfatória das condições funcionais desta área.

Grande parte das mudanças que vêm ocorrendo na rua são reflexos das necessidades da sociedade em se adaptar à dinâmica urbana e às consequências do crescimento populacional.

Mesmo apresentando notáveis alterações na configuração original, o processo de verticalização e substituição de usos de algumas edificações da rua, com o respaldo da LUOS, observam-se traços de conservação e preservação de boa parte dos bens imóveis, marcantes para a perpetuação de sua paisagem original.

A presente pesquisa proporcionou, através da investigação, o reconhecimento de algumas situações que as transformações urbanas têm o poder de modificar, reconfigurando muitas vezes as próprias funções que cada edificação desempenha na rua. Edificações que geram, através da passagem do tempo e das marcas deixadas, não apenas na sua própria materialidade, mas, sobretudo na memória de seus habitantes, o seu próprio discurso, retificando alguns elementos em detrimento de outros, em um movimento contínuo e seletivo.

REFERÊNCIAS

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. O contexto teórico dos estudos urbanísticos e perceptivos da geografia. In: AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno.; CARTER, Harold.; KOHLSDORF, Maria Elaine. **Percepção ambiental: contexto teórico e aplicações do tema urbano**. Belo Horizonte: 1987.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Esquecer para lembrar: (Boitempo III)**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1979.

BARRETO, Abílio. **Belo Horizonte: memória histórica e descritiva - história antiga e história média**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995.

BELO HORIZONTE. Decreto-Lei nº 165, de 1º de setembro de 1933. Dispõe sobre a altimetria das edificações da cidade de Belo Horizonte e contém outras disposições. In: BELO HORIZONTE. **Código de Obras**. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal, 1963. p. 112.

BELO HORIZONTE. Decreto-Lei nº 1910, de 13 de novembro de 1946. Dispõe sobre a delimitação da zona comercial da cidade de Belo Horizonte e contém outras disposições. In: In: BELO HORIZONTE. **Código de Obras**. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal, [196-]. p. 115.

BELO HORIZONTE. Lei nº 4.034, de 25 de março de 1985. Dispõe sobre o uso e a ocupação do solo urbano do município de Belo Horizonte e dá outras providências. In: BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. **Uso e ocupação do solo urbano de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: PBH, 1985.

BELO HORIZONTE. Lei nº 9.959, de 20 de julho de 2010. Altera as leis nº 7.165/96 - que institui o plano diretor do município de Belo Horizonte - e nº 7.166/96 - que estabelece normas e condições para parcelamento, ocupação e uso do solo urbano no município -, estabelece normas e condições para a urbanização e a regularização fundiária das zonas de especial interesse social, dispõe sobre parcelamento, ocupação e uso do solo nas áreas de especial interesse social, e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**, Belo Horizonte, 21 jul. 2010.

BELO HORIZONTE. Lei nº 2.662, de 29 de novembro de 1976. Dispõe sobre normas de uso e ocupação do solo do Município de Belo Horizonte e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**, Belo Horizonte, 08 dez. 1976.

BELO HORIZONTE. Lei nº 7.165, de 27 de agosto de 1996. Institui o Plano Diretor do Município de Belo Horizonte. **Diário Oficial do Município**, Belo Horizonte, ano 2, n. 224., ago. 1996.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Planejamento. Mapa com o zoneamento da Lei de Uso e Ocupação do Solo de 1996. In: BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. **Plano diretor de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: PBH, 2000. Escala 1:900.

BELO HORIZONTE. Prefeitura. Cine Floresta. **Revista Vida de Minas**, Ano 1, n. 5/6, set. 1915. Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/fundacao-municipal-de-cultura/arquivo-publico/acervo/revistas>>. Acesso em: 22 abril 2015.

BELOTUR. **Viaduto de Santa Tereza**. Disponível em: <<http://www.belo Horizonte.mg.gov.br/local/atrativo-turistico/viaduto-santa-tereza>>. Acesso em: 23 mar. 2016.

BERTRAND, Georges. Paisagem e geografia física global: esboço metodológico. **Cadernos de Ciências da Terra**, São Paulo, n. 43, p. 1-27, 1972.

BLOOMER, K. C. MOORE, C. W. **Cuerpo, memória y arqyutectura**: introduccion al diseno arqytetônico. Madrid: Hermann Blume, 1983.

BORGES, Marcos de C. **Vamos passear na Floresta**: Belo Horizonte: PBH, 1990. (I Concurso de Monografias de História de bairros da Região Leste - Bairro Floresta).

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. Intervenções sobre o patrimônio urbano: modelos e perspectivas. **Fórum Patrimônio**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 9-31, set./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.forumpatrimonio.com.br/material/pdfs/d23192f049e13a93838d.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2016.

CASTRO, Maria Ângela Reis de (Org.). **Guia de bens tombados de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal, 2006.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHRISTOLOLETTI, Antônio. As perspectivas dos estudos geográficos. In: CHRISTOFOLETTI, Antônio (Org). **Perspectiva da geografia**. São Paulo: Difel, 1985.

COLÉGIO SANTA MARIA. **Histórico**. Disponível em: <<http://www.santamariamg.com.br/colégio-santa-maria/o-santa-maria/historico-2-2/>>. Acesso em: 23 mar. 2016.

COSTA, Stael de Alvarenga Pereira. Transformações e permanências no tempo da Savassi, Belo Horizonte. **Topos: Revista de Arquitetura e Urbanismo**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 80-92, jul./dez. 1999.

CULLEN, G. **Paisagem urbana**. Lisboa: Edições 70, 1984.

DEL RIO, Vicente. Cidade da mente, cidade do real: percepção ambiental e revitalização na área portuária do RJ. In: OLIVEIRA, Livia de; DEL RIO, Vicente (Org.) **Percepção ambiental**: a experiência brasileira. São Paulo: Studio Nobel, 1996. p. 3-22.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral**: memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GIOVANNONNI, Gustavo. **Vecchie città ed edilizia nuova**, Roma: Città Studi, 1931.

GOMES, L. N. **Aspecto físico e humanos do centro comercial do bairro Floresta**. 1990. Monografia (Especialização em Urbanismo) – Universidade /federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura, Belo Horizonte, 1990.

GOMES, Leonardo José Magalhães. **Memória de ruas**: dicionário toponímico da cidade de Belo Horizonte. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

ICOMOS. **Carta de Burra**. Austrália, 1980. Disponível em: <https://www.icomos.org/charters/burra1999_spa.pdf>. Acesso em: 22 abril 2016

ICOMOS. **Sobre patrimônio cultural**. 2015. Disponível em: <http://www.icomos.org.br/001_001.html>. Acesso em: 22 abril 2016.

IPHAN. **Sobre a instituição**. Brasília: IPHAN, 2015. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12576&retorno=paginaIphan>>. Acesso em: 22 abril 2015.

IPHAN. **Tombamento**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Tombamento2.pdf>>. Acesso em: 22 abril 2016.

JOBIM, Luciana. Mapa de bondes de Belo Horizonte. **MDC: Revista de Arquitetura e Urbanismo**, 18 mar. 2013. Disponível em: <<https://mdc.arq.br/2013/03/18/oscarianas-mineiras/#jp-carousel-8934>>. Acesso em: 22 abril 2015.

LANDIM, Paula da Cruz. **Desenho de paisagem urbana**: as cidades do interior paulista. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

LIMA, Fábio José Martins de. **Bello Horizonte**: um passo de modernidade. Salvador: FAUFBA, 1994.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. Trad. Maria Cristina Tavares Afonso. Rio de Janeiro: Edições 70, 1990.

MACIEL FILHO, Carlos Leite. **Carta dos condicionantes a ocupação de Santa Maria - RS**. Santa Maria: Ed. UFSM, 2001.

MAGALDI, Cássia. O público e o privado: propriedade e interesse cultural. In: SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. **O direito à memória**: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo, 1992.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana, **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 11-29, jun. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbsoc/v17n49/a02v1749.pdf>>. Acesso em: 22 abril 2015.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Festa no pedaço**: cultura popular e lazer na cidade. São Paulo, Hucietec, 1998.

MAGNI, Teodoro. **O direito ao patrimônio em Belo Horizonte**: a institucionalização das práticas e a proteção do bairro Floresta. 2012. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia

Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Belo Horizonte, 2012.

MARIANI, Alayde Wanderley. **Memória e educação**. Rio de Janeiro: IBPC, 1992.

MENDES, Amélia; SANTOS, Charlene; SANTIAGO, Pietro. Preservação do acervo histórico da oficina guaianases de gravuras. **Biblionline**, João Pessoa, n. esp, p. 56-62, 2010. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/index.php/res/download/100782>>. Acesso em: 22 abril 2016.

MENEZES, Ivo Porto de. **Belo Horizonte, residências, arquitetura**. Belo Horizonte: Grupo Geraldo Iemes Filho, 1997.

MINAS GERAIS. **Comissão de estudo das localidades indicadas para a nova capital**. Belo Horizonte: Imprensa Nacional, 1893.

MINAS GERAIS. Lei nº 1, de 28 de outubro de 1891. Determina os pontos que devem ser estudados para a construção da nova capital. **O Estado de Minas**, Belo Horizonte, 19 nov. 1891.

MINAS GERAIS. Lei nº 150, de 20 de julho de 1896. Sobre a criação da Colônia Américo Werneck, juntamente com a colônia do Carlos Prates. **Livro da Lei Mineira**, 20 jul. 1896.

NAVA, Pedro. **Balão cativo**: memória II. 3 ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio, 1977.

NAVA, Pedro. **Beira-mar**: memórias IV. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

OLIVEIRA, Éder Aguiar Mendes de. **A imigração italiana e a organização operária em Belo Horizonte nas primeiras décadas do século XX**. 2004. 93f. Monografia (Especialização em História) – Faculdades Integradas de Pedro Leopoldo, Centro de Pós-Graduação, Pedro Leopoldo, 2004.

PATRIMÔNIO cultural. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2011. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Patrim%C3%B3nio_cultural&oldid=25127266>. Acesso em: 24 maio 2016.

PATRIMÔNIO histórico. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2011. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Patrim%C3%B4nio_hist%C3%B3rico&oldid=25029112>. Acesso em: 30 maio 2016.

PLAMBEL. **O meio natural no processo de organização do espaço na região metropolitana de Belo Horizonte**. Belo Horizonte, 1984.

PLAMBEL. **O processo de desenvolvimento de Belo Horizonte: 1897-1970**. Belo Horizonte, 1979.

REIS, Antônio. **Tema para solar um equívoco**. Belo Horizonte: Littera Maciel, 1933.

RODOLPHO, Patrícia. **A rua em imagens**: as transformações urbanas na fotografia: um estudo de caso sobre a Rua 13 de Maio em Campinas/SP. 2004. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Campinas, Instituto de Artes, Campinas, 2004.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SANTIANNA, Márcia. **Critérios de intervenção em sítios urbanos históricos**: uma análise crítica. Disponível em: < <http://www.archi.fr/SIRCHAL/>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

SILVA, Newton; D'AGUIAR, Antônio Augusto. **Belo Horizonte, a cidade revelada**. Belo Horizonte: Fundação Emílio Odebrecht, 1989.

SOUZA, Françoise Jean de; CAJAZEIRO, Kátia Gonçalves. **Dossiê de tombamento conjunto urbano do bairro Floresta**. Belo Horizonte: Diretoria de Patrimônio Cultural/Fundação Municipal de Cultura, 2009.

STARLING, Gustavo A M et al. **Paisagem Floresta**. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Cultura de Belo Horizonte, 1990. (I Concurso de Monografias de Histórico de bairros da Região Leste)

TEIXEIRA, Maria Cristina Villefort. **Preservação e percepção de um bairro pericentral**: a Floresta. Belo Horizonte: IGC/UFGM, 1996.

VASCONCELOS, Sylvio. **A construção de edifícios na região central de Belo Horizonte**. 1956.

VERAS, Felipe; MORETTI, Antônio. **Guia de Bello Horizonte**. Belo Horizonte: [s.n.], 1913. v.2.

ANEXOS

ANEXO A
EDIFICAÇÕES TOMBADAS NO CONJUNTO URBANO DO BAIRRO
FLORESTA (1996)

PEDAÇO 1:
Rua Célio de Castro e adjacências

Id.	Localização	Tipo de Proteção
1	Rua Pouso Alegre, 80	Tombamento: fachadas frontal/lateral esquerda e volume
2	Rua Pouso Alegre, 128	Interesse cultural/registro documental
3	Rua Pouso Alegre, 134/136	Interesse cultural/registro documental
4	Rua Pouso Alegre, 224	Interesse cultural/registro documental
5	Rua Pouso Alegre, 252	Tombamento: fachada frontal e volume
6	Rua Pouso Alegre, 262	Tombamento: fachada frontal e volume
7	Rua Pouso Alegre, 273	Tombamento: fachada frontal e volume
8	Rua Pouso Alegre, 282	Tombamento: fachadas frontal/lateral esquerda e volume
9	Rua Pouso Alegre, 290	Tombamento: fachadas frontal/lateral direita e volume
10	Rua Pouso Alegre, 295	Tombamento: fachadas frontal/lateral direita e volume
11	Rua Pouso Alegre, 303	Tombamento: fachadas frontal/laterais e volume
12	Rua Pouso Alegre, 331	Tombamento: fachadas frontal/laterais e volume
13	Rua Pouso Alegre, 338/346	Tombamento: fachada frontal e volume
14	Rua Pouso Alegre, 357/361	Tombamento: fachadas frontal/laterais e volume
15	Rua Pouso Alegre, 404	Tombamento: fachadas frontal/lateral direita e volume
16	Rua Pouso Alegre, 430	Interesse cultural/registro documental
17	Rua Pouso Alegre, 510	Tombamento: fachadas frontal/laterais e volume
18	Rua Pouso Alegre, 569	Tombamento: fachadas frontal/laterais e volume
19	Rua Pouso Alegre, 570	Tombamento: fachadas frontal/lateral direita e volume
20	Rua Pouso Alegre, 645	Tombamento: fachadas frontal/laterais e volume
21	Rua Pouso Alegre, Capela N.S. do Líbano	Tombamento: integral

PEDAÇO 2:
Praça Comendador Negrão e adjacências

Id.	Localização	Tipo de Proteção
22	Rua Pouso Alegre, 746	Interesse cultural/registro documental
23	Rua Pouso Alegre, 758	Interesse cultural/registro documental
24	Rua Pouso Alegre, 796/806	Interesse cultural/registro documental
25	Rua Pouso Alegre, 810/816	Tombamento: fachada frontal e volume
26	Rua Pouso Alegre, 833	Tombamento: fachadas frontal/laterais e volume
27	Rua Pouso Alegre, 863	Interesse cultural/registro documental
28	Rua Pouso Alegre, 933	Interesse cultural/registro documental




PEDAÇO 3:
Centro Comercial da Floresta


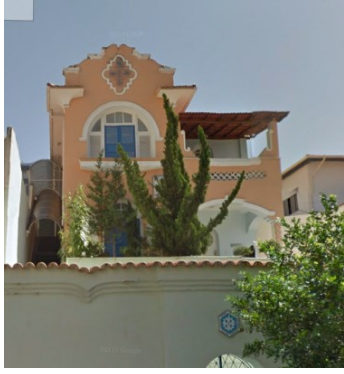

Id.	Localização	Tipo de Proteção
29	Rua Pouso Alegre, 1090/1098	Interesse cultural/registro documental
30	Rua Pouso Alegre, 1095/1099	Tombamento: fachada frontal e volume
31	Rua Pouso Alegre, 1102/1106	Tombamento: fachada frontal e volume
32	Rua Pouso Alegre, 1118	Tombamento: fachada frontal e volume
33	Rua Pouso Alegre, 1130	Tombamento: fachada frontal e volume
34	Rua Pouso Alegre, 1143	Interesse cultural/registro documental
35	Rua Pouso Alegre, 1150	Tombamento: fachada frontal e volume
36	Rua Pouso Alegre, 1215/1219	Tombamento: fachada frontal e volume
37	Rua Pouso Alegre, 1222	Tombamento: fachadas frontal/lateral esquerda e volume
38	Rua Pouso Alegre, 1247	Interesse cultural/registro documental
39	Rua Pouso Alegre, 1273/1283	Tombamento: fachadas frontal/lateral direita e volume
40	Rua Pouso Alegre, 1300	Interesse cultural/registro documental
41	Rua Pouso Alegre, 1333	Interesse cultural/registro documental
42	Rua Pouso Alegre, 1354/1356/1358/1362	Tombamento: fachadas frontal/laterais e volume

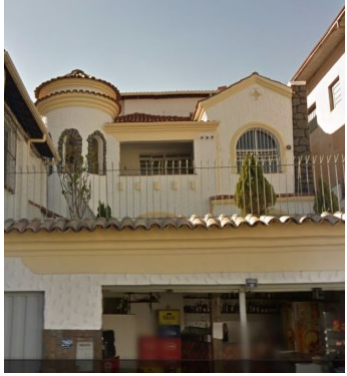

Id.	Localização	Tipo de Proteção
43	Rua Pouso Alegre, 1382/1388/1390	Tombamento: fachada frontal e volume
44	Rua Pouso Alegre, 1379/1389/1399	Interesse cultural/registro documental
45	Rua Pouso Alegre, 1396/1400	Interesse cultural/registro documental
46	Rua Pouso Alegre, 1416/1422	Tombamento: fachadas frontal/lateral direita e volume
47	Rua Pouso Alegre, 1426/1428/1434	Tombamento: fachada frontal e volume
48	Rua Pouso Alegre, 1444	Tombamento: fachada frontal e volume
49	Rua Pouso Alegre, 1456	Tombamento: fachada frontal e volume



Fonte: Diretoria do Patrimônio Cultural

ANEXO B
EDIFICAÇÕES QUE PERSISTEM AO TEMPO

Localização (rua Pouso Alegre, n.º)	Tipo de Proteção Atual	Uso Original	Uso Atual	Estado de Conservação	Foto
128	Interesse cultural/registo documental	Residencial	Serviços	Ótimo	
134/136	Interesse cultural/registo documental	Residencial	Serviços	Ótimo	
252	Tombamento: fachada frontal e volume	Residencial	Serviços	Ótimo	

Localização (rua Pouso Alegre, n.º)	Tipo de Proteção Atual	Uso Original	Uso Atual	Estado de Conservação	Foto
262	Tombamento: fachada frontal e volume	Residencial	Serviços	Ótimo	
273	Tombamento: fachada frontal e volume	Residencial	Serviços	Ótimo	
282 e 290	Tombamento: fachadas frontal/lateral direita e volume	Residencial	Institucional (Grupo Giramundo)	Bom	




Localização (rua Pouso Alegre, n.º)	Tipo de Proteção Atual	Uso Original	Uso Atual	Estado de Conservação	Foto
295	Tombamento: fachadas frontal/lateral direita e volume	Residencial	Misto	Ótimo	
303	Tombamento: fachadas frontal/laterais e volume	Residencial	Institucional	Péssimo	


Localização (rua Pouso Alegre, n.º)	Tipo de Proteção Atual	Uso Original	Uso Atual	Estado de Conservação	Foto
331	Tombamento: fachadas frontal/laterais e volume	Misto	Misto	Péssimo	
338/346	Tombamento: fachada frontal e volume	Residencial	Residencial/Misto	Bom (descaracterizada)	
357/361	Tombamento: fachadas frontal/laterais e volume	Misto	Misto	Bom	

Localização (rua Pouso Alegre, n.º)	Tipo de Proteção Atual	Uso Original	Uso Atual	Estado de Conservação	Foto
404	Tombamento: fachadas frontal/lateral direita e volume	Residencial	Anexo Residencial	Ótimo	
430	Interesse cultural/registro documental	Residencial	Serviços	Bom	
569	Tombamento: fachadas frontal/laterais e volume	Residencial	Serviços	Ótimo	
570	Tombamento: fachadas frontal/lateral direita e volume	Residencial	Serviços	Ótimo	

Localização (rua Pouso Alegre, n.º)	Tipo de Proteção Atual	Uso Original	Uso Atual	Estado de Conservação	Foto
645	Tombamento: fachadas frontal/laterais e volume	Residencial	Residencial	Ótimo	
Capela N.S. do Líbano	Tombamento: integral	Institucional	Institucional	Ótimo	
746	Interesse cultural/registro documental	Residencial	Serviços	Bom	

Localização (rua Pouso Alegre, n.º)	Tipo de Proteção Atual	Uso Original	Uso Atual	Estado de Conservação	Foto
758	Interesse cultural/registro documental	Residencial	Residencial	Ótimo	
796/806	Interesse cultural/registro documental	Residencial	Misto	Bom	
810/816	Tombamento: fachada frontal e volume	Residencial	Serviços	Ótimo	



Localização (rua Pouso Alegre, n.º)	Tipo de Proteção Atual	Uso Original	Uso Atual	Estado de Conservação	Foto
833	Tombamento: fachadas frontal/laterais e volume	Residencial	Residencial	Bom	
863	Interesse cultural/registo documental	Residencial	Residencial	Ótimo	
933	Interesse cultural/registo documental	Residencial	Residencial	Bom	



Localização (rua Pouso Alegre, n.º)	Tipo de Proteção Atual	Uso Original	Uso Atual	Estado de Conservação	Foto
1090/1098	Interesse cultural/registro documental	Residencial	Misto	Bom	
1095/1099	Tombamento: fachada frontal e volume	Residencial	Misto	Bom	

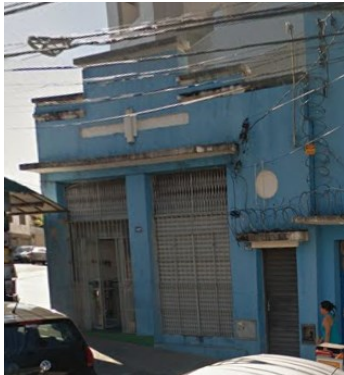

Localização (rua Pouso Alegre, n.º)	Tipo de Proteção Atual	Uso Original	Uso Atual	Estado de Conservação	Foto
1102/1106	Tombamento: fachada frontal e volume	Residencial	Misto	Péssimo	
1143	Interesse cultural/registro documental	Residencial	Residencial	Bom	
1150	Tombamento: fachada frontal e volume	Residencial	Misto	Bom	



Localização (rua Pouso Alegre, n.º)	Tipo de Proteção Atual	Uso Original	Uso Atual	Estado de Conservação	Foto
1215/1219	Tombamento: fachada frontal e volume	Residencial	Misto	Bom	
1222	Tombamento: fachadas frontal/lateral esquerda e volume	Residencial	Residencial	Bom (decaracterizada)	

Localização (rua Pouso Alegre, n.º)	Tipo de Proteção Atual	Uso Original	Uso Atual	Estado de Conservação	Foto
1247	Interesse cultural/registro documental	Residencial	Serviços	Péssimo (descaracterizada)	
1273/1283	Tombamento: fachadas frontal/lateral direita e volume	Residencial	Comercial	Péssimo	
1300	Interesse cultural/registro documental	Residencial	Residencial	Bom	

Localização (rua Pouso Alegre, n.º)	Tipo de Proteção Atual	Uso Original	Uso Atual	Estado de Conservação	Foto
1354/1356/1358/1362	Tombamento: fachadas frontal/laterais e volume	Residencial	Misto	Bom	
1382/1388/1390	Tombamento: fachada frontal e volume	Residencial	Misto	Ótimo	

Localização (rua Pouso Alegre, n.º)	Tipo de Proteção Atual	Uso Original	Uso Atual	Estado de Conservação	Foto
1379/1389/1399	Interesse cultural/registro documental	Residencial	Misto	Bom	
1396/1400	Interesse cultural/registro documental	Comércio	Comercial	Bom	

Localização (rua Pouso Alegre, n.º)	Tipo de Proteção Atual	Uso Original	Uso Atual	Estado de Conservação	Foto
1416/1422	Tombamento: fachadas frontal/lateral direita e volume	Residencial	Comercial	Péssimo	
1426/1428/1434	Tombamento: fachada frontal e volume	Residencial	Misto	Bom	

Localização (rua Pouso Alegre, n.º)	Tipo de Proteção Atual	Uso Original	Uso Atual	Estado de Conservação	Foto
1444	Tombamento: fachada frontal e volume	Residencial	Comercial	Péssimo (descaracterizada)	
1456	Tombamento: fachada frontal e volume	Residencial	Serviços	Bom	

Fonte: Dados de pesquisa/Diretoria do Patrimônio Cultural

ANEXO C
LEVANTAMENTO DOS USOS E PAVIMENTOS DAS EDIFICAÇÕES
SITUADAS NA RUA POUSO ALEGRE

N.º	Uso	Pavtos.	Atividade em Junho/2016
	S	1	Posto Ipiranga
1503	M	3	Residencial/Eletro e Som Eletrônica e Padaria
1495/1487/1479	M	2	Residencial/Oficina Mecânica
1468	M	3	Residencial/Martins Bar
1466	C	2	Bar
1471	S	1	Instituto de Beleza
1456	S	1	Salão/Placas
1463	C/S	1	Gráfica/Padaria
1444	C	1	Salão de beleza e Loja
1426	S	2	Clínica Odontológica
1422	M	2	Residencial/Brechó/Bar Leblon
1451/1447	M	2	Residencial/Vidro Rápido
1437	C	1	Comércio fechado
1435	M	≈20	Residencial/Primatas Bar/Ed. Portal da Floresta
1400	C	1	Comércio fechado
1390/1388/1382	I	3	Fundação Pedro Aleixo
1415	M	2	Residencial/Faça Festa Fácil
1365	I	1	Fundação Pedro Aleixo (Sede Nacional)
1399/1379	M	3	Residencial/Salão
1362/1354/1356 1358	M	3	Residencial/Restaurante/Brechó/Loja de Roupas
1373	S	1	Centro Automotivo (Total Car)
1357/1333	S	2	Morais e Henriques Advogados Associados/Vitalli Clínica Odontológica

N.º	Uso	Pavtos.	Atividade em Junho/2016
1324/1332/1320 1328/1324	M	2	Residencial/Classe A Persianas/Brechó/Cadeiras (Concerto)
1314/1312	R	1	Casa
1300	M	1	Residencial/Limpeza de Sofá
1288	R	1	Casa
1303	R	4	Ed. Biagio Antônio Rago
1276	R	2	Casa
1260	R	1	Casa
1297	S	1	Pop School (Curso de Inglês)
1283/1273	C	1	Bazar Lourdes
1246	M	2	Residencial/Loja fechada
SN	M	1	Residencial/Reformadora de Estofados
1257/1247A	S	2	Prestação de Serviços
1222	R	1	Casa
1210	R	1	Casa
1231	R	3	Prédio
1219/1215	R	2	Sobrado
1200	S	1	Tatoo
1203	C/S	1	Salão/Bazar
1198	R	2	Casa
1197/1195	M	1	Residencial/Bazar
1182	M	2	Residencial/Bazar
1185	C	1	Lima Baterias

N.º	Uso	Pavtos.	Atividade em Junho/2016
1164	C	1	Loja de Roupas/Bolos Caseiros/Salão de Beleza
1162/1160/1150	M	2	Residencial/Açaí
1157	C	1	Sacolão Center
1138	S	1	Laboratório São Marcos
1130	S	1	Ophicina Centro Automotivo/Serviços
1143	R	1	Casa
1118	C	1	Casa de Carnes Souza Costa
1139/1135	M	2	Residencial/Pasthel e Cia.
1106 (1102)	M	2	Residencial/Aula Particular/Casa da Tapioca/Marcenaria Pouso Alegre
1090 (1198)	M	2	Mercantil Máquinas/Salão do Butinada (Tesoura de Ouro)
1127	S	1	Alta Energia
1117	M	2	Residencial/Bar, Mercearia e Restaurante Triângulo/Beleza Negra
1105	M	3	Residencial/Papelaria
1099/1095	M	2	Residencial/Visão Óptica
1100/1096/1084 1080/1076/1068	C/S	11	Diversas Lojas (Condomínio)
1064/1060/1050 1046	C/S	11	Diversas Lojas (Condomínio)
1075/1083/1081 1079	C/S	1	Gyovanna (Roupas)/Sorveteria Almeida/Colchões Ortobom/Óptica Personnalité
	S	1	Posto Shell/Salão de Beleza
1000	C	1	Momo Confeitaria
1011	C/S	3	Shopping Floresta

N.º	Uso	Pavtos.	Atividade em Junho/2016
986/982	M	3	Residencial/Expansão MOMO/Loja de Roupas
974/960/954 950	M	≈3	Residencial/Lojas de Roupas
993	M	2	Residencial/Fujinobo (Fotos)
989/983	C/S	2	Cabeleireiros/Infovision (Jogos)
973	C	2	Arte e Artesanato
940	R	3	Ed. Marcelo
957	M	2	Residencial/Loja de Roupas/Odontologia Integral
920	M	2	Residencial/Loja de Roupas/Empório Palato
908	S	1	Serviços
933	C	2	La Fruta Sucos Naturais
919	C	2	Restaurante Tia Zarica
888	C	1	Restaurante Ambrozini
886	C	1	Rio Claro Pneus
884	S	1	Alta Energia
875	R	1	Casa
873/869/867 865	M	4	Residencial/Ed. Natan/Frutos do Brasil/Caixinha de Poá (Artes)/Jogo de Bicho
854	C/S	3	Advocacia/Asmec/i9Life Centro de Distribuição
863	R	1	Casa
834	R	3	Ed. Gabriel
853	S	2	Serviços
810	S	1	A & M Instituto de Beleza

N.º	Uso	Pavtos.	Atividade em Junho/2016
806/796	M	3	Residencial/Fábrica de Uniformes/Eco Civil Engenharia
833	R	2	Casa
788/784	S	2	Devachan (Yoga)
811	R	3	Prédio
770	R	4	Prédio
758	R	1	Casa
746	C	1	Aluguel Mesas e Cadeiras
707	I	3	Colégio Santa Maria
700	R	2	Casa
666	R	3	Ed. Pouso Alegre
659	I		Capela de Nossa Senhora do Líbano
650	R	9	Prédio
657	C/S	2	Centro Comercial Santa Maria
634/626	R	1	Casa
645	R	2	Casa
635	S	2	Advocacia
600	S	1	Aluguel de Veículos Rentável (Jeovah)
625	M	2	Residencial/Cantinho Mineiro (Bar)
365 (Januária)	R	2	Casa
570	S	1	Inspirare (Fisioterapia, Pilates, Estética)
585	R	2	Casa
558	R	1	Casa

N.º	Uso	Pavtos.	Atividade em Junho/2016
569	S	2	Marcon Auditoria e Contabilidade Gerencial
546	R	3	Casa
538	R	12	Prédio
524	R	12	Prédio
22 (Plombagina)	R	5	Prédio
533	R	2	Casa
510	C	1	Ultragaz
521	S	2	Planear Contábil
488	R	5	Prédio
489	R	2	Casa
477	R	5	Prédio
458	R	2	Residência para aluguel
444	C	2	Centro Técnico
453	M	4	Residencial/Fechado
430	S	1	Advocacia Criminal 24 Horas
447	M	2	Residencial/Café e Açai/Salão
404	R	1	Com torre anexa (7 pavtos.) – Ed. Amílcar Agretti
437	M	2	Lanchonete
417	PMMG	3	Ceflag – Central de Flagrantes
407	S	2	Instituto de Olhos (Ciências Médicas)
384	R	3	Prédio
391	R	6	Ed. Pouso Alegre

N.º	Uso	Pavtos.	Atividade em Junho/2016
356	R	9	Prédio
381	R	1	Residência à venda
377	R	3	Casa
346	R	1	Casa
361/357	M	2	Residencial/Moto Peças e Borracharia
338	M	1	Residencial/Bar
336	C	1	Bar
343	R	4	Ed. Catarina Abrahão
310	M	3	Residencial/Fechado/Medicina do Trabalho
331	M	3	Residencial/Restaurante
290	R	1	Casa
293 (Varginha)	R	2	Casa
303	T	3	Futuro Templo Igreja Batista das Alterosas
295	M	2	Residencial/Espetinho dos Anjos
282	S	2	Serviços
262	S	2	Serviços
273	I	2	Conselho Regional de Química
252	S	2	Restaurante
259	R	7	Ed. Cândido Vianna
224	R	10	Ed. Loisir
239	R	8	Ed. Monreal
219	R	3	Prédio

N.º	Uso	Pavtos.	Atividade em Junho/2016
218	S	1	Car Wash Floresta
200	-		Lote vago
197/193	M	3	Residencial/Ed. Café Almeid
180	R	7	Prédio
155	M	5	Residencial/Serviços
136	S	1	Serviços
128	C	1	Casa
120	C	1	Temperline (Comércio de Vidro Plano)
110	S	3	Serviços
111	R	5	Tivoli Residencial
98	R	1	Casa
105	R		Ruínas
70	M	3	Residencial/Lava Jato
85	C/S	1	Bar e Borracharia

Legenda:

C – Comercial

I – Institucional

M – Misto

PMMG – Polícia Militar de Minas Gerais

R – Residencial

S – Serviços

ANEXO D
QUESTIONÁRIO DE PESQUISA DE CAMPO – ENTREVISTA

Nome: _____ **Idade:** _____ anos

Sexo: Masculino Feminino **Tipo:** Morador Trabalhador Usuário

Escolaridade: _____ **Profissão:** _____

1) Há quanto tempo mora/frequenta a rua? _____

2) O que a rua representou/representa?

3) Quais as relações de vínculo afetivo com a rua (lembranças, recordações, etc.)?

4) Eventos sociais marcantes:

5) Relação entre moradia e comércio:

6) Relação entre moradores e usuários com o comércio local:

7) Quais as transformações vivenciadas na rua e seus impactos?

8) Qual a importância da preservação dos bens tombados?

9) O que pensa sobre o futuro da rua?

